

Plano de Emergência e Autoproteção
Empresa de Armazenamento e Venda de Produtos Industriais
(Espanha)

Vanda Inês Gomes Fidalgo

Beja

2016

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Mestrado Segurança e Higiene Trabalho

Plano de Emergência e Autoproteção

Empresa de Armazenamento e Venda de Produtos Industriais

(Espanha)

Dissertação de Mestrado apresentada na Escola Superior de Tecnologia e
Gestão do Instituto Politécnico de Beja

Elaborado por:

Vanda Inês Gomes Fidalgo

Orientado por:

Doutor Rui Isidoro

Beja

2016

Agradecimentos

Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me ajudaram na elaboração deste trabalho final que resume uma parte da informação e formação que adquiri ao longo destes meses de estudos.

Deste modo, gostaria de agradecer ao meu orientador de projeto, Professor Doutor Rui Isidoro que me ajudou e orientou no desenvolvimento deste trabalho. Ainda, agradeço a minha tutora Engenheira Ana Beijoca Lobo que me orientou e acreditou que eu seria capaz, dando-me força quando a necessitava, pois sem a sua ajuda em termos de informação e documentação não seria possível desenvolver este projeto.

Também, devo agradecer ao Doutor Francisco Javier Pintor Amador, Diretor do Departamento de Coordenação da empresa *Sersys Prevencion S.A (Grupo INPREX)*, por apoiar neste tipo de iniciativa e trabalho.

Mais carinhosamente, gostaria de agradecer aos meus pais e irmãos pelo o apoio e esforço, dados até ao momento, e por nunca me deixarem desistir para alcançar mais um dos meus objetivos, quero agradecer também a minha tia Zilda por estar sempre ao meu lado. A todos aqueles que, de uma forma ou de outra colaboraram e tornando possível a sua realização, o meu mais profundo agradecimento.

Por fim, devo estar grata ao Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Tecnologia e gestão pelo agradável tempo de estudo e por me proporcionar um digno desenvolvimento profissional.

Índice

Capítulo 1. – INTRODUÇÃO	11
1.1 Antecedentes e objetivos.....	12
1.2 Objetivos	16
1.3 Conteúdos	17
Enquadramento Legislativo.....	18
Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios	21
Legislação Geral.....	22
Legislação para setores específicos independentemente de ser ou não aplicável a Norma Básica de Autoproteção	23
a. Estabelecimentos turísticos.....	23
b. Estabelecimentos Hospitalares	24
c. Estabelecimentos Escolares.....	24
d. Espetáculos públicos e atividades recreativas	25
e. Estabelecimentos de fabricação, utilização e armazenamento de explosivos	26
f. Estabelecimentos que podem causar acidentes graves com substâncias perigosas	27
g. Atividades Industriais	28
Legislação autónoma ou local	31
Capítulo 2 - IDENTIFICAÇÃO DE TITULARES E LOCALIZAÇÃO	33
2. 2. - Descrição da atividade:	34
2. 3. - Identificação do centro objeto do plano:.....	34
Capítulo 3 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE E O MEIO FÍSICO.....	35
3.1. - Descrição das atividades incluídas no plano.	36
3.2- Descrição das instalações do centro ou estabelecimento.....	36
3.2.1. - Localização. E descrição do entorno de Urbano.	36
3.2.2. -Distribuição.	37
3.2.3. -Acessos as instalações e condições de acessibilidade do centro de trabalho.	38
3.3. – Classificação/ Descrição de usuários.....	40
3.4. - Plantas de situação e localização.	43
Capítulo 4 - AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	44
4.1. -Características construtivas	45
4.2. - Processos produtivos. Áreas de risco.....	45
4.3. - Instalações técnicas e locais especiais	45
4.4. - Atividades Adjacentes	46
4.5.-Identificação, Qualificação e Tipologia dos visitantes	46

4.6. - Plano de áreas de risco	47
Capitulo 5 - INVENTÁRIO E DESCRIÇÃO DE MEIOS DE AUTOPROTEÇÃO	48
5.1. - Inventário.....	49
5.1.1. - Meios materiais e humanos.....	49
5.1.2. - Meios de ajuda exterior	52
5.2.- Plantas dos meios de proteção e recorridos de evacuação.....	53
Capitulo 6 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES.....	54
6.1.-Manutenção preventiva das instalações de risco.....	55
6.2. -Manutenção preventiva das instalações de proteção.....	58
6.3. - Outras inspeções de segurança por normativa específica.....	60
Capitulo 7 - PLANO DE ACTUAÇÃO OPERANTE UMA EMERGÊNCIA.....	65
7.1. - Objeto.....	66
7.2. - Fatores de Risco.	67
7.3. - A gravidade da emergência.....	69
7.4. - Equipas de emergência.	70
CHEFE DE EMERGÊNCIA	70
CHEFE DE INTERVENÇÃO.....	71
EQUIPA DE PRIMERA INTERVENÇÃO.....	72
EQUIPA DE SEGUNDA INTERVENÇÃO	73
EQUIPA DE ALARME E EVACUAÇÃO	74
EQUIPA DE PRIMEIROS SOCORROS OU PRIMEIROS AUXILIO	76
RESPONSÁVEL DE RECONTAR (R.R.).....	77
ESTRUTURA DAS EQUIPAS DE EMERGÊNCIA	78
7.5. – Ações em caso de emergência.	79
DETEÇÃO:	79
COMPROVAÇÃO	80
INTERVENÇÃO	82
Emergência Parcial.	84
Emergência Geral.	86
7.6. - Evacuação.....	88
7.6.1. - Evacuação de uma Zona.....	88
7.6.2. - Evacuação de Edifício ou Recinto.....	91
7.7.- Diagrama de decisões perante uma emergência.....	94
7.8. - Instruções a seguir em caso de emergência.	95
Utilização de Extintores.....	97
Método de transporte de doentes ou feridos	98

7.9 - Descrição e localização dos elementos, instalações, processos de produção, etc. que podem dar origem a uma situação de emergência ou incidir de maneira desfavorável no desenvolvimento da mesma.	99
7.9.1. Critérios adaptados para a avaliação dos riscos de elementos, instalações e processos de produção nas atividades que se contemplam.	99
7.9.2. Atividades com regulamentação setorial específica	101
7.9.3. Critérios de avaliação de risco próprio da atividade e os riscos externos que podem afetar	101
7.9.4. Riscos consequência da atividade desenvolvida.....	110
7.9.5. Riscos externos contemplados por a Proteção Civil e atividades de risco próximas..	115
7.9.6. Avaliação geral de todos os riscos contemplados anteriormente.....	138
7.10. - Procedimento de atuação perante emergências.....	139
7.10.1. - Aviso de bomba ou deteção de um objeto suspeito.....	139
7.10.2. - Fuga de Gás ou Combustível.....	143
7.10.3. - Explosão	143
7.10.4. - Incidente com máquina ou equipamentos	144
7.10.5. - Risco elétrico	144
7.10.6. - Produtos Químicos Perigosos	145
7.10.7. - Acidente	146
7.10. 8. - Sucédidos derivados de comportamentos anti-sociais.....	146
7.10.9.- Fenómeno derivado da natureza.....	151
7.10.10. - Queda de aeronave.....	151
7.10.11. - Queda de raio.....	151
7.10.12. - Sismo	152
Capítulo 8 - INTEGRAÇÃO DO PLANO EM OUTROS DE ÂMBITO SUPERIOR.....	154
8.1.- Definições dos meios de ajuda externa.	155
8.2. - Coordenação entre os meios próprios e os externos.	156
8.3.- Protocolos de notificação de Emergência.....	158
Capítulo 9 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AUTOPROTEÇÃO	159
9.1.- Responsabilidade.	161
9.2.- Organização.....	163
9.3.- Meios técnicos.	164
9.4.- Meios humanos.....	165
9.5.- Simulacros.....	167
9.6. - Programa de implantação.....	169
9.7 – Sinalização e normas de atuação de visitantes	170
9.7.1 Sinalização de evacuação	170

9.7.2 Sinalização de proteção contra incêndios.....	170
Capítulo 10 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EFICÁCIA E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AUTOPROTEÇÃO.	171
10.1. - Programa de manutenção do Plano de Autoproteção.	172
10.2- Investigação de sinistros.	173
Capítulo 11 – CONCLUSÃO E FUTUROS TRABALHOS	174
Conclusão:	175
Capítulo 12 – Bibliografia	177
Bibliografia:	178
ANEXOS	180
Anexos 1 – Fichas de Comunicações	181
Equipas de Emergência - contactos	182
Contactos de Ajudas Externas.....	183
Contatos telefónicos dos serviços de manutenção e instalações.....	184
Anexo 2- Fichas de Informação	185
Anexos 3 – Formulários para Gestão de Emergências.....	209
Ficha de informação “Tipo” para identificação de uma Emergência.....	210
Modelo de notificação de acidente	211
Formulário de Investigação de Emergência	212
Formulário Investigação de acidentes	213
Formulário para ameaça telefónica	214
Anexos 4 - Simulacros	215
Checklist de Simulacros.....	216
Anexos 5 – Folheto de Sensibilização.....	220
Anexos 6 – Peças Desenhadas	222

Índice figuras:

Figura 1 - Estrutura de PLATERCEX.....	32
Figura 2 - Entorno	36
Figura 3 - Porta de acesso ao público	38
Figura 4 - Porta de Acesso através do parque de estacionamento.....	38
Figura 5 - Portas de Acesso para Trabalhadores	39
Figura 6 - Porta de Carga e descarga de Material.....	39
Figura 7 - Planta da empresa - identificação das portas	41
Figura 8 - Vista Aérea da empresa XXXX XXXX	45
Figura 9 - Imagem da proximidade da Estação de Serviços.....	46
Figura 10 - Ficha "tipo" de emergência.....	210
Figura 11 - Modelo de notificação de acidente	211
Figura 12 - Investigação de Emergência	212
Figura 13 - Investigação de Acidentes	213
Figura 14 - Formulário de ameaça telefónica.....	214

Índice Organograma:

Organograma 1 - Equipas de Emergência	78
Organograma 3- Comprovação de emergência	81
Organograma 4- Pequena de emergência	83
Organograma 5 . Emergência Parcial	85
Organograma 6 - Emergência Geral	87
Organograma 7 – Evacuação de uma Zona	90
Organograma 8 – Evacuação do Edifício	93
Organograma 9 – Decisões perante uma emergência.....	94

Índice Tabelas:

Tabela 1- Constituição do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios	21
Tabela 2 - Tipo de usuário	40
Tabela 3 - Quadros Elétricos	45
Tabela 4 - Distribuição e tipo de extintor	49
Tabela 5- Recomendações	50
Tabela 6- Bocas de Incêndio equipadas BIE	51
Tabela 7 – Meios de ajuda externa	52
Tabela 8- Eficiência de Extintores Portáteis.....	62
Tabela 9 – Tipo de Riscos	67
Tabela 10 - Chefe de Emergência.....	70
Tabela 11 - Chefe de Intervenção.....	71
Tabela 12 - Equipa de primeiro intervenção	72
Tabela 13 - Equipa de alarme e evacuação.....	75
Tabela 14 - Equipa de primeiros socorros	76
Tabela 15 - Responsável de recontar	77
Tabela 17 - Índice de Probabilidade	99
Tabela 18 - Índice de Consequências	99
Tabela 19 - Índice de Risco	100
Tabela 20 - Controlo de Riscos	100
Tabela 21 - Controlo de Riscos	102
Tabela 16 - Meios externos	206

Capítulo 1. – INTRODUÇÃO

- 1.1. - Antecedentes e objetivos
- 1.2. - Objetivos
- 1.3. – Conteúdos

1.1 Antecedentes e objetivos

Este trabalho é composto por a realização de um Plano de Emergência Autoproteção de uma empresa situada em Badajoz, que por motivos de proteção de informação do cliente não se podem facultar a sua designação.

Parte de este trabalho foi realizado durante estágio Erasmus na empresa INPREX S.A., respetivamente no departamento de consultoria da empresa.

A escolha deste tema para a apresentação de trabalho de fim de mestrado foram as seguintes:

- ✓ Trabalho de grande interessante desde o ponto de vista técnico.
- ✓ Interesse prévio por os planos de Autoproteção.
- ✓ Relação direta com a titulação de aceso ao mestrado.

O Grupo INPREX, é um dos principais operadores de Prevenção de Riscos no trabalho a nível nacional. Com quinze anos de experiência no setor, que fornece um serviço abrangente no campo da prevenção de riscos laborais, compreendendo a integração da prevenção como um componente fundamental na estratégia e produtividade competitiva da empresa, sendo seu objetivo final a redução de acidentes de trabalho dos seus clientes e assim, proporcionando valor acrescentado nas suas contas de exploração.

No Grupo INPREX, estão convencidos da importância que tem um desenvolvimento de cultura preventiva em empregadores e empregados, mas também na sociedade em geral. A Qualidade é uma constante no seu trabalho. O sistema de gestão implementa trabalho metodologias adaptado às necessidades de cada cliente.

Constituem uma grande equipa multidisciplinar com profissional solvência no cumprimento em o todo território de nacional da Lei 31/1995 de prevenção de riscos profissionais e de Real Decreto 39/1997, ambos legislação espanhola, seus serviços englobam as disciplinas de segurança, higiene Industrial, ergonomia e psicossociologia.

No local de trabalho, existem riscos que, por lei, o empregador deve evitar ou reduzir. Eles projetaram seus serviços para garantir que os seus clientes estejam a salvo.

Dentro do Grupo Inprex, se destaca Sersys Prevención, S.A., que é uma entidade especializada nascida em 1998, e cujo objetivo é o desenvolvimento de serviços especializados derivados do quadro regulamentar e normativo de “*Prevención de Riesgos Laborales*.”

Este objetivo está baseado na especialização, desenvolvimento, implementação e aplicação de serviços gerais e especializados em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, dentro do quadro regulamentar da União Europeia e Controlo de Desenvolvimento e sistemas de gestão, controlo e execução em áreas não-europeus, levaram à criação de estratégias e progressos crescimento em várias linhas de serviço.

- Consultoria em engenharia civil.
- Consultoria em engenharia preventiva em áreas industriais.
- Serviços especializados segundo a normativa de prevenção de riscos específicos, entre outros.

Outro objetivo é complementar a atividade preventiva da empresa, em funções que requerem alta especialização e convertesse em apoio constante e abrangente de recurso em prevenção de riscos disponíveis para a empresa, tais como:

- ✓ Avaliações específicas dos equipamentos de trabalho por o Real Decreto 1215-1297.
- ✓ Desenho e implementação de sistemas e bloqueio de sinalização (lock-out tag-out)
- ✓ Desenvolvimento de serviços derivado Real Decreto 1627/97, como Coordenador de Segurança e Saúde em construção e engenharia civil.
- ✓ Implantação de equipas de gestão preventivas em obra ou noutro local de trabalho
- ✓ desenvolvimento de funções de Recurso Preventivos e/ou Coordenador de segurança (Real Decreto 171/2004).
- ✓ Avaliações específicas de postos de trabalho de alta complexidade.
- ✓ Proteção documentos de explosão (ATEX).
- ✓ Desenvolvimento e implementação de Planos de Emergência e Autoproteção, e exercícios de simulacro com fogo real.

- ✓ Desenvolvimento de gestão de segurança de mineração na exploração e construção.
- ✓ Desenho e implementação de planos de prevenção como sistema de gestão de riscos laborais;
- ✓ Plano anual de atividades preventivas
- ✓ Avaliação de Riscos:
 - ✓ atividade
 - ✓ processos produtivos
 - ✓ organização
 - ✓ instalações
 - ✓ posto de trabalho
- ✓ Planificação da atividade preventiva
- ✓ Seguimento e controlo da gestão preventiva da empresa. Inspeções e auditorias de segurança
- ✓ Revisão continua das avaliações de riscos, atualizando a planificação da atividade preventiva
- ✓ Acessória técnica e jurídica em matéria de Prevenção de Riscos
- ✓ Desenho e implementação de medidas de emergência
- ✓ Desenho e Implementação do Plano de Formação da empresa em matéria de prevenção de Riscos
- ✓ Investigação de acidentes de trabalho e doenças profissionais
- ✓ Elaboração da memoria anual das atividades preventivas

Para a realização do plano de autoproteção e implementação contamos com a ajuda do técnico Ana Beijoca Lobo que é imprescindível, sendo um dos técnicos da empresa, e do diretor do departamento Francisco Javier Pintor Amador.

Para além dos objetivos académicos de este projeto, também existem objetivos mais claros, como a necessidade legislativa, uma vez que esta atividade está dentro do anexo I do Real Decreto 393/2007 e, portanto, exige-lhe ter um PEA e, em segundo lugar, para salvaguardar a integridade física dos ocupantes deste centro e igualmente todos os móveis e imóveis, que contém, e por a proximidade de uma Estação de serviços (bombas de

gasolina), que se localiza a menos de 200m do imóvel, e que apresenta um risco externo para a empresa em questão, por a proximidade dos depósitos de combustíveis.

Para este trabalho contou-se com a colaboração de todos os trabalhadores da empresa, que nos acompanharam em grande parte nas visitas e nos facilitaram as informações necessárias.

1.2 Objetivos

O presente documento tem por objeto a preparação, elaboração e aplicação de um plano de emergência e autoproteção, que inclui a organização dos meios humanos e materiais disponíveis para a prevenção de uma situação de emergência das descritas ou de qualquer outra equivalente, bem como para garantir a evacuação e intervenção imediata.

Este projeto deve ser considerado apenas como uma orientação geral, onde se junta a base técnica para alcançar os seguintes objetivos.

- a) Conhecer os edifícios e suas instalações, os perigos dos diversos sectores e os meios de proteção disponível, as lacunas existentes, de acordo com a legislação e as necessidades que devem ser abordadas como uma prioridade.
- b) Garantir a fiabilidade de todos os meios de proteção e instalações gerais.
- c) Prevenir as causas de origem da emergência.
- d) Dispor de pessoas organizadas, formadas e treinadas que possam garantir a velocidade e eficiência nas ações para controlo de emergências.
- e) Ter informado de todos os ocupantes das instalações da empresa de como devem agir em caso de emergência e em condições normais, como deve prevenir para evitar.

O plano deve facilitar as inspeções dos serviços de Administração e preparar a possível intervenção dos recursos exteriores em caso de emergência (Bombeiros, ambulância, polícia, etc.).

O objetivo legal é dar cumprimento ao estabelecido no Real Decreto 2816 / 1982, de 27 de agosto, por o que se aprova no “*Reglamento General de Policía de Espectáculos y Actividades*” e o Real Decreto 393 / 2007, de 23 de março, que aprova a “*Norma Básica de Autoprotección*” de estabelecimentos e dependências dedicadas às atividades que podem dar origem a situações de emergência.

Tendo em conta o Real Decreto 314/2006 de 17 de março que aprova o código de construção técnica e Real decreto 2267 / 2004, de 3 de dezembro, que aprova o “*Reglamento de Seguridad Contra Incendios en los establecimientos industriales*”.

1.3 Conteúdos

O presente relatório é composto por onze capítulos, a partir daqui, que tanto no seu conteúdo como em sua extensão pretendia dar a conformidade com os objetivos enunciados anteriormente. Com estabelecido no R. D. 393/2007, de 23 de março, que aprova a Norma Básica de Autoproteção dos centros, estabelecimentos, e unidades empregues em atividades que podem dar origem a situações de emergência. Este documento desenvolve os seguintes pontos:

Capítulo 2: identificação dos representantes, a localização da atividade e objetivo do plano a desenvolver.

Capítulo 3: inclui uma descrição detalhada da atividade e do meio físico onde se desenvolve.

Capítulo 4: define as condições de risco das instalações em relação aos recursos disponíveis. *Avaliação do risco.*

Capítulo 5: descrição dos materiais disponível e recursos humanos, equipamentos e suas características, e outros dados de interesse para garantir a prevenção de riscos e controlo inicial de emergências. *Meios de proteção.*

Capítulo 6: descreve a manutenção preventiva que deve ser submetida as instalações de risco e proteção para garantir o controlo e a operação dos mesmos, de acordo com as normas em vigor.

Capítulo 7: contempla os diferentes cenários de emergência e planos de ações para cada um deles e as condições de utilização e manutenção das instalações. *Plano de emergência.*

Capítulo 8: define os protocolos e formas de cooperação para alcançar a integração do plano a outro de nível superior.

Capítulo 9: consiste no exercício de divulgação geral do plano, a realização da formação específica de pessoal interno para o mesmo, a realização de Simulacros, bem como sua revisão para sua atualização quando apropriado. *Implementação.*

Capítulo 10: descreve o programa de auditorias, inspeções, revisões,

Capítulo 11: conclusões e trabalhos futuros.

Enquadramento Legislativo

Neste capítulo faz-se referência a legislação relacionada com a elaboração de Planos de Emergência e Autoproteção em Espanha.

A Lei 2/1985, de janeiro, sobre Proteção Civil, estabelecia no artigo 5 que o governo deveria realizar um catálogo das atividades de toda a ordem que poderiam dar origem a uma situação de emergência, assim como os centros, estabelecimentos e dependências em que se realizem. Em 2007, em cumprimento de este artigo, surge o “*Real Decreto 393/2007, de 23 de marzo*”, por o qual se aprova a Norma Básica de Autoproteção (NBA), a qual estabelece no anexo I as atividades obrigadas a aplicação da referida Norma.

É importante mencionar, que independentemente de que algumas atividades específicas sejam obrigadas a realização de um Plano de Autoproteção segundo a norma, de acordo com o artigo 20 da “Ley 31/ 1995, de 8 de noviembre, de Prevención de Riesgos Laborales (LPRL)” o empresário deverá garantir a segurança e saúde dos trabalhadores em situações de emergência, adaptando para tal as medidas necessárias em matéria de primeiros auxílios, luta contra incêndios e evacuação dos trabalhadores, designando o pessoal responsável de colocar em pratica estas medidas e comprovar periodicamente o correto funcionamento. Será necessário empregar ao menos as medidas de emergência que afetem a organização em caso de incêndio e evacuação. Neste caso a documentação necessária determinará o técnico de prevenção de riscos com base na sequência de atuações similares a realizar na avaliação de riscos.

Para evitar confusões devemos aclarar que, segundo a NBA, entendemos como plano de Emergência (PE) aquele documento pertencente ao Plano de Autoproteção (PA) em que se prevê a organização da resposta em situações de emergência classificadas, as medidas de proteção e intervenção a adotar e os procedimentos e sequencia de atuações para a resposta as possíveis emergências, enquanto que o Plano de Autoproteção, também segundo a NBA, é o marco orgânico e funcional previsto para atividade, centro, estabelecimento, espaço, instalações ou dependência, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos sobre as pessoas e bens e dar resposta adequada as possíveis situações de emergência, em que a zona debaixo a responsabilidade do titular, garantindo a integração das atuações no sistema público de Proteção Civil. Por tanto, o Plano de

Autoproteção é muito mais amplo, engloba o Plano de emergências que apenas faz referência a organização do pessoal e a estrutura está definida na NBA.

Regime Jurídico de Seguridad Contra Incendios

O “*Real Decreto 2267/2004*”, que se aprova o “*Reglamento de Seguridad contra incendios en establecimientos industriales, y que afecta a los edificios o recintos, cuya actividad principal sea de tipo industrial (industrias, almacenamientos industriales o talleres de reparación)*”, estabelece, em função da configuração e localização de estes centros em relação ao entorno e ao seu nível intrínseco, os requisitos construtivos e as instalações de proteção contra incêndios, que devem satisfazer (ambas questões resumidas de forma simples as “*Notas Técnicas de Prevención, del INSHT, 831 y 832*”.

Este regulamento obriga os titulares dos estabelecimentos industriais, segundo o tipo de risco identificado, a solicitar um organismo de controlo, inspeção periódica contra incêndios, que a serão regulados por o “*Reglamento de Instalaciones de Protección contra Incendios (Real Decreto 1942/1993)*”

O *Real decreto 2267/2004, 3 de diciembre*, engloba as disposições regulamentares de segurança contra incêndios aplicáveis a todos os edifícios e recintos industriais, sendo constituído por seis capítulos e quatro anexos:

Tabela 1- Constituição do Regime Jurídico de Seguridad Contra Incendios

Capítulos	I	Objeto y ámbito de aplicación
	II	Régimen de implantación, construcción y puesta en servicio
	III	Inspecciones periódicas
	IV	Actuación en caso de incendio
	V	Condiciones y requisitos que deben satisfacer los establecimientos industriales en relación con su seguridad contra incendios
	VI	Responsabilidad y sanciones
Anexos	I	Caracterización de los establecimientos industriales en relación con la seguridad contra incendios
	II	Requisitos constructivos de los establecimientos industriales según su configuración, ubicación y nivel de riesgo intrínseco
	III	Requisitos de las instalaciones de protección contra incendios de los establecimientos industriales
	IV	Relación de normas UNE de obligado cumplimiento en la aplicación del Reglamento de seguridad contra incendios en los establecimientos industriales

Legislação Geral

A “*LEY 31/1995, de 8 de noviembre, de Prevención de Riesgos Laborales La ley de Prevención de Riesgos Laborales*” regulamenta o conjunto de direitos e obrigações derivados do direito básico dos trabalhadores a uma proteção de riscos no seu trabalho e, em particular as atuações a desenvolver em caso de emergência. O artigo 2º da Lei 31/1995, estabelece que o empresário deverá analisar as possíveis situações de emergência e criar as medidas necessárias em matéria de primeiros auxílios, luta contra incêndio e evacuação dos trabalhadores, designando para tal equipas para colocar em pratica as mediadas e comprovando periodicamente o seu correto funcionamento.

O “*Real Decreto 393/2007, de 23 de marzo*”, aprova a “*Norma Básica de Autoprotección de los centros, establecimientos y dependencias dedicados a actividades que puedan dar origen a situaciones de emergencia*”.

A “*Norma Básica de Autoprotección*” (NBA) define e desenvolve a autoproteção e estabelece os mecanismos de controlo por parte das Administrações Públicas.

Legislação para setores específicos independentemente de ser ou não aplicável a Norma Básica de Autoproteção

Existe uma norma sectorial específica para aquelas atividades que, por a sua potencial perigosidade, importância e possíveis efeitos prejudiciais sobre a população, meio ambiente e os bens, devem ter um tratamento singular.

a. Estabelecimentos turísticos

A “*ORDEN de 25 de septiembre de 1979, sobre prevención de incendios en establecimientos turísticos*”. Os estabelecimentos de alojamento turístico deverão adaptar, em aplicação da citada ordem, entre outras, as seguintes medidas:

1. Elaborar um manual para o pessoal contendo o plano de emergência que tenha em conta as características do mesmo e contenha as ações a realizar por o pessoal a realizar em cada departamento, consistentes em aviso a direção, aviso ao serviço de incêndio e participação em tarefas de evacuação.
2. Instruções em vários idiomas para os clientes na porta do quarto ou proximidade.
3. Plantas com peças desenhadas na porta ou na proximidade.
4. Dispositivos de alarme acústico que cobram na totalidade o estabelecimento.

b. Establecimientos Hospitalares

A “ORDEN de 24 de octubre de 1979, sobre protección anti-incendios en Establecimientos Sanitarios”.

Estabelece que os hospitais e estabelecimentos compreendidos no “*Real Decreto 2177/1978 (derogado; ha estado vigente hasta el 11 de octubre de 2003; sustituido por el Real Decreto 1277/2003 de 12 de octubre)*” deverão elaborar um plano de emergência que compreenda as medidas de prevenção necessárias para evitar a produção de incêndios, a sequência de atuações do pessoal e usuários ao declarar-se um fogo, a determinação de vias e formas de evacuação total ou parcial do edifício, sua difusão, por escrito a usuários e pessoal e a colocação, de forma facilmente visível, de um resumo de atuações imediatas em caso de incêndio nos locais habitualmente ocupados por o pessoal do centro, em zonas de alto risco, no quarto dos pacientes, em salas de espera, nos corredores e vestíbulos. Também determina a obrigação de formar o pessoal nos aspetos de prevenção, deteção, atuação perante o fogo e na evacuação de acordo com o Plano de Emergência.

c. Establecimientos Escolares

A “ORDEN de 13 de noviembre de 1984, sobre ejercicios prácticos de evacuación de emergencia en Centros públicos de E.G.B., Bachillerato y Formación Profesional”. Todos os centros de docentes referidos dependentes do “*Ministerio de Educación, Cultura y Deporte*” (e recomendado no privado) deverão levar a cabo as praticas de evacuação dos edifícios, que se efetuarem durante os primeiros meses do ano lectivo, de acordo com as instruções que figurão no anexo da ordem citada. Para tal se reunirão todos os professores com atenuação suficiente para elaborar o plano a seguir (de acordo com as características arquitetónicas do edifício), prever as incidências da operação, planificar os fluxos de saída e determinar os pontos críticos do edifício, as zonas exteriores de concentração de alunos, as saídas que se vão utilizar e quais delas se considera bloqueada para efeito do exercício.

d. Espectáculos públicos e atividades recreativas

O “*Real Decreto 2816/1982, de 27 de agosto, por el que se aprueba el Reglamento General de Policía de Espectáculos Públicos y Actividades Recreativas. (Sección IV (arts. 24 y 25) derogada por Real Decreto 393/2007, de 23 de marzo, por el que se aprueba la Norma Básica de Autoprotección de los centros, establecimientos y dependencias dedicados a actividades que puedan dar origen a situaciones de emergencia)*”. Este regulamento estabelece que estes locais deverão elaborar um plano de emergência e dispor de uma organização de autoproteção para garantir, com os meios próprios que dispõem, a prevenção de sinistros e a intervenção imediata no controlo dos mesmos.

O “*Real Decreto 2816/1982, de 27 de agosto, por el que se aprueba el Reglamento General de Policía de Espectáculos Públicos y Actividades Recreativas*”. (Sección IV (arts. 24 y 25) derogada por Real Decreto 393/2007, de 23 de marzo, por el que se aprueba la Norma Básica de Autoprotección de los centros, establecimientos y dependencias dedicados a actividades que puedan dar origen a situaciones de emergencia). Este reglamento establece que estos locales deberán elaborar un plan de emergencia y disponer de una organización de autoprotección para garantizar, con los medios propios de que dispongan, la prevención de siniestros y la intervención inmediata en el control de los mismos.

O “*Real Decreto 203/2010, de 26 de febrero, por el que se aprueba el Reglamento de prevención de la violencia, el racismo, la xenofobia y la intolerancia en el deporte*” estabelece, dentro do capítulo 1 as medidas de segurança, prevenção e controlo, que incluem os Protocolos de Segurança, Prevenção e Controlo e o Regulamento Interno do recinto desportivo.

e. Estabelecimentos de fabricação, utilização e armazenamento de explosivos

O “*Real Decreto 230/1998, de 16 de febrero, por el que se aprueba el Reglamento de explosivos*” indica que titular deve estabelecer um Plano de Autoproteção que contará:

- Os nomes e postos de trabalho das pessoas autorizadas para colocar em andamento os procedimentos de emergência e a pessoa responsável de coordenar as medidas de evacuação do estabelecimento.
- O nome e posto de trabalho da pessoa responsável da coordenação com a autoridade de responsável do plano de emergência exterior.
- Em cada circunstância o acontecimento pode chegar a proporcionar um acidente grave, descrição das medidas que deverão adaptar-se para controlar a circunstância ou acontecimento e limitar as suas consequências, incluir uma descrição do equipamento de segurança e dos recursos disponíveis.
- As medidas para limitar os riscos para as pessoas in situ, incluindo o modo de dar os alarmes e as medidas que se espera adotarem as pessoas uma vez recebida a advertência.
- As medidas para dar um alerta rápido do incidente a autoridade responsável de colocar o plano de emergência exterior em marcha, o tipo de informação que deverá recolher um alerta inicial e as medidas para facilitar informação mais detalhada.
- Medidas de formação ao pessoal e as tarefas que se espera cumprirem e, em coordenação com os serviços de emergência exteriores.
- Medidas para prestar assistência as operações atenuantes externas.

f. Estabelecimentos que podem causar acidentes graves com substâncias perigosas

O “*Real Decreto 1254/1999, de 16 de julio*”, que aprova as medidas de controlo dos riscos inerentes aos acidentes graves em que intervenham substâncias perigosas.

Em todos os estabelecimentos sujeitos as disposições do presente Real Decreto, a industria deverá elaborar um plano de autoproteção, denominado plano de emergência interior, em que define a organização e conjunto de meios e procedimentos de atuação, com o fim de prevenir os acidentes de qualquer tipo e, limitar os efeitos no interior do estabelecimento. O “*Real Decreto 1196/2003, de 19 de septiembre*”, aprova a “*Directriz básica de protección civil para el control y planificación ante el riesgo de accidentes graves en los que intervienen sustancias peligrosas*.” O objetivo desta diretriz básica é estabelecer os critérios mínimos que irão observar as distintas administrações publicas e titulares dos estabelecimentos para a prevenção e controlo dos riscos de acidentes graves que intervenham substâncias perigosas.

g. Atividades Industriais

O “*Real Decreto 379/2001, de 6 de abril*”, que aprova o regulamento de armazenamento de produtos químicos e instruções técnicas complementares MIE-APQ-1, MIE-APQ-2, MIE-APQ-3, MIEAPQ-4, MIE-APQ-5, MIE-APQ-6 y MIE-APQ-7.

As caraterísticas que deve ter o Plano de Emergências segundo as Instruções Técnicas Complementares (ITC), são as seguintes:

- MIE APQ-1: Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis
- MIE APQ-2: Armazenamento de oxido de etileno
- MIE APQ-3: Armazenamento de cloro
- MIE APQ-4: Armazenamento de amoníaco anídrico
- MIE APQ-5: Armazenamento de garrafas de gases comprimidos liquefeitos ou dissolvidos sob pressão
- MIE APQ-6: Armazenamento de líquidos corrosivos
- MIE APQ-7: Armazenamento de líquidos tóxicos “*Real Decreto 2016/2004, de 11 de octubre*”, que aprova a Instrução técnica complementar
- MIE APQ-8 “Almacenamiento de fertilizantes a base de nitrato amónico con alto contenido en nitrógeno”

O responsável de cada armazém ou conjunto de armazéns dentro da mesma propriedade elaborará e implementará um plano de emergência interior com o objetivo de prevenir os acidentes de qualquer tipo e, limitar as consequências. O plano considera as emergências que podem produzir-se, a forma precisa de controlar as mesmas pelo pessoal de armazenamento, assim como a possível atuação dos serviços externos ao estabelecimento.

O pessoal de armazenamento realizará, ao menos, dois exercícios anuais de praticas de emergência, dos quais se deverá guardar registo da sua realização, do resultado dos mesmos e os pontos do plano de emergência que se podem melhor ou modificar com os resultados obtidos. Os exercícios serão acompanhados e inspecionados por um inspetor próprio ou organismo de controlo, que será o encarregado de elaborar o respetivo registo.

O “*Real Decreto 105/2010, de 5 de febrero*”, que modifica determinados aspetos da regulamentação de armazenamento de produtos químicos e aprova a instrução técnica complementar MIE APQ-9 “*Almacenamiento de peróxidos orgánicos*”. Estabelece que cada armazém ou conjunto de armazéns dentro de uma mesma propriedade terá o seu plano de emergência. O plano considera as emergências que se podem produzir, a forma precisa de controlar as mesmas por o pessoal de armazém e a possível atuação dos serviços externos. O pessoal encarregado de colocar em pratica estas medidas conhecerá o plano de emergência e comprovará periodicamente o seu correto funcionamento.

A realização de simulacros se ajustará ao disposto na legislação específica no caso de cada aplicação.

O “*Real Decreto 888/2006, de 21 de julio*”, aprova o Regulamento sobre armazenamento de fertilizantes a base de nitrato de amónio com uma massa igual ou inferior de 28% de nitrogénio. Para cada armazém, se elaborará e implementará, por os responsáveis do mesmo, um plano de emergência interno com o objetivo de prevenir os acidentes de trabalho. O plano considera as emergências que se podem produzir, a forma precisa de controlar as mesmas por o pessoal de armazém e a possível atuação dos serviços externos.

O “*Real Decreto 919/2006, de 28 de julio*”, que aprova o “*Reglamento técnico de distribución y utilización de combustibles gaseosos y sus instrucciones técnicas complementarias ICG 01 a 11*”

Estabelece que os distribuidores das instalações contarão com os meios necessários para fazer frente as eventuais incidências ou avarias que possam apresentar-se. Terão um plano de emergência escrito que descreverá a organização e atuações dos meios humanos e materiais, próprios e exteriores, em situações de emergência normalmente previsíveis. O plano contemplará, entre outros, os seguintes aspetos:

- Objeto e âmbito da aplicação.
- Graus de emergência.
- Desenvolvimento de uma emergência.
- Determinação dos responsáveis.
- Etapas de emergência.

- Notificação dos serviços públicos (policia, bombeiros, serviços hospitalares, etc.) assim como as autoridades competentes.
- Análise de emergências
- Difusão e conhecimento do Plano de Emergência.

O “*Real Decreto 1523/1999, de 1 de octubre, por el que se modifica el Reglamento de instalaciones petrolíferas, aprobado por Real Decreto 2085/1994, de 20 de octubre, y las instrucciones técnicas complementarias MIIP03, aprobada por el Real Decreto 1427/1997, de 15 de septiembre, y MI-IP04, aprobada por el Real Decreto 2201/1995, de 28 de diciembre*”

Faz referência a existência de pessoal especialmente instruído em proteção contra incêndios mediante formação adequada, periódica e demonstrável incluindo os meios adequados que devem determinar-se especialmente, um plano de autoproteção, e uma coordenação adequada com o serviço de bombeiros.

Legislação autónoma ou local

Algumas comunidades autónomas publicarão decretos sobre planos de autoproteção em que estabelecem para cada udo (incluindo industrial) a obrigatoriedade de contar com o respetivo plano em função da superfície ou nível de risco que apresenta a atividade. Na comunidade autónoma da Extremadura, foi criado o PLATERCAEX é o Plano Territorial da Comunidade Autónoma, e foi aprovado por o “*decreto 91/1994, de 28 de junio, por el que se aprueba con carácter de Plan Director, el Plan Territorial de Protección Civil de la Comunidad Autónoma de Extremadura (DOE núm. 77 de 5 de julio de 1994) y fue revisado en el año 2002 y finalmente homologado por la Comisión Nacional de Protección Civil el 27 de marzo de 2003.*”

O objetivo geral do Plano Territorial de Proteção Civil da Comunidade de Extremadura é criar a estrutura organizacional e os procedimentos operacionais necessários para responder a todas as emergências que surgem no território da Comunidade Autónoma de Extremadura (CAEX) desde que não seja declarada de interesse nacional.

Dentro deste objetivo global pode ser considerado outros objetivos específicos:

- Responder eficazmente a todas as emergências que possam ocorrer na CAEX, como resultado dos riscos identificados no Plano e outras que possam surgir, tendo em conta as disposições dos Planos Especiais de Proteção Civil Basic.
- Coordenar todos os serviços, meios e recursos envolvidos no Plano e existentes no CAEX, bem como de outras autoridades públicas.
- Permitir a integração de planos de nível inferior.
- Providenciar a transferência de funções para a Administração Central, no caso, em que o interesse nacional causado pela emergência é declarado.
- Marcar as diretrizes de ordenamento do território (provincial, municipal ou supramunicipal).

O PLATERCAEX (Plano territorial da comunidade autónoma da Extremadura) abrange o território da Comunidade Autónoma da Extremadura, em termos de âmbito geográfico e os riscos gerais que podem afetar o CAEX exceto para os riscos especiais que têm seu próprio planeamento.

As circunstâncias especiais em que o papel de liderança para o Estado nos termos do artigo 1º da Proteção Civil Básica define as seguintes emergências:

- As que requerem para a proteção de pessoas e bens a aplicação da “*Ley Orgánica 4/1981, de 1 de junio*”, que regulam os estados de alarme, de emergência e de cerco.
- As que é necessário prever a coordenação de várias administrações que afetam várias Comunidades Autónomas e que necessitam de provisão de recursos a nível supraautónomos.
- As que, por suas dimensões, real ou previsível, exigindo liderança nacional das Administrações Públicas envolvidas.

A estrutura projetada no PLATERCAEX (Plano territorial da comunidade autónoma da Extremadura) pretende ser capaz de acomodar a variedade de situações de emergência que possam surgir, não só do ponto de vista de fazer frente as situações que se podem produzir, mas, principalmente, na planificação de um trabalho preventivo. A organização tem a seguinte estrutura:

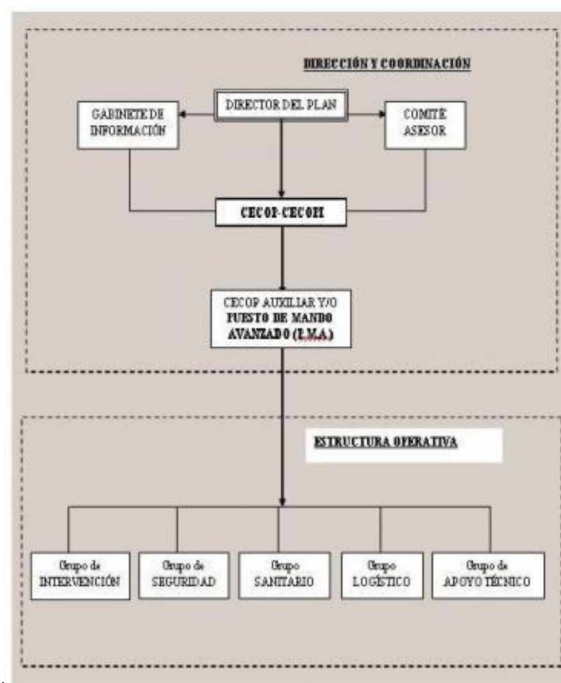


Figura 1 - Estrutura de PLATERCEX

Capítulo 2 - IDENTIFICAÇÃO DE TITULARES E LOCALIZAÇÃO

- 2.1. - Plano de titulares, filiação e dados da empresa.
- 2.2. - Identificação - descrição da atividade.
- 2.3. – Identificação do centro objeto do plano.

2.1. - Plano de titulares, filiação e dados da empresa.

No desenvolvimento do projeto, se irá apresentar um exemplo de aplicação de um determinado formulário, de acordo com o Real Decreto 393/2007:

FILIACÇÃO DA EMPRESA

Denominação:	XXXXXXXXX
Atividade:	VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIAS, AGRÍCOLAS E ELÉTRICOS
Localização :	BADAJOZ
C. Postal :	06007
	BADAJOZ

Representante Legal:	
DIRECTOR	

Chefe de Emergências:	
Pendente de designação	

2. 2. - Descrição da atividade:

Exposição e venda de produtos industriais, agrícolas e elétricos
--

2. 3. - Identificação do centro objeto do plano:

Armazém industrial de grandes dimensões situado em Badajoz
--

Capítulo 3 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE E O MEIO FÍSICO

- 3.1. - Descrição das atividades incluídas no plano.
- 3.2. - Descrição das instalações do centro ou estabelecimento.
- 3.3. - Classificação e descrição dos usuários

3.1. - Descrição das atividades incluídas no plano.

As atividades realizadas no centro são armazenamento, exposição e vendas diretas ao público de produtos industriais, elétricos e agrícolas.

3.2- Descrição das instalações do centro ou estabelecimento.

Trata-se de um armazém industrial com duas áreas, uma de exposição e venda ao público e outra de armazenamento (área acessível apenas pelo pessoal do centro de trabalho). Ambas as áreas são separadas por a zona de atenção ao cliente. O acesso de cada uma dessas áreas é diferenciado, existe uma entrada para a exposição e as vendas ao público, têm três acessos possíveis para os funcionários para a área de armazém. Há também uma entrada de material para o armazém

3.2.1. - Localização. E descrição do entorno de Urbano.

O armazém está localizado na periferia da área urbana da cidade de Badajoz, na Crta.Ex-100 de Cáceres.



Figura 2 - Entorno

3.2.2. -Distribuição.

Recinto:

Armazém de estrutura metálica composta de 6 corpos de 12 metros de luz.

Se descreve abaixo como são as instalações da Empresa em estudo. Para qualquer tipo de evento especificamente da exposição deve-se especificar qualquer modificação que possa sofrer a esse respeito. A empresa é distribuída em uma planta de forma trapezoidal, onde divide a área de venda e exposição ($548,61 \text{ m}^2$), armazenamento ($2974,22 \text{ m}^2$), casas de banho e vestuários ($19,85 \text{ m}^2$), arquivo ($20,33 \text{ m}^2$) e área de descanso do pessoal ($29,51 \text{ m}^2$). Existem áreas de armazenamento tipo “sótão”.

Tem entradas distintas para os clientes e pessoal do centro de trabalho.

A distribuição exata das instalações é definida nas plantas.

3.2.3. -Acessos as instalações e condições de acessibilidade do centro de trabalho.

Neste ponto se analisa os acessos até ao próprio recinto que contem as instalações, assim como, os acessos desde o mesmo, uma vez estando na empresa.

Acesso ao público:

O acesso ao público se realiza através da entrada situada na fachada principal do edifício, acedendo a um parque de estacionamento através da Ctra. EX-100 a Cáceres.

Por uma porta dupla de correr automática, que utilizada também como saída de emergência.



Figura 3 - Porta de acesso ao público

Acesso de Pessoal:

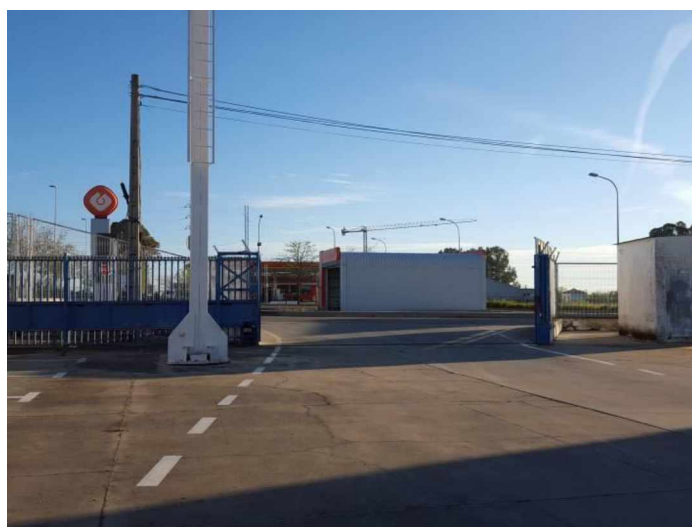


Figura 4 - Porta de Acesso através do parque de estacionamento

O acesso do pessoal se realiza através de três entradas. Acendendo por o parque de estacionamento através da Ctra. EX-100 a Cáceres.

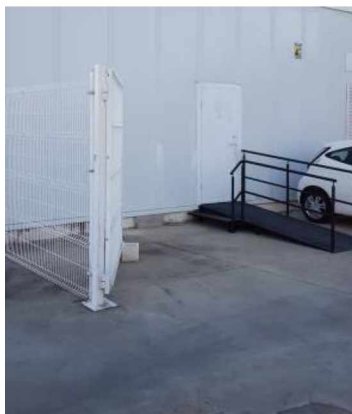


Figura 5 - Portas de Acesso para Trabalhadores

A partir da entrada destinada para os clientes a área de exposição e a área de vendas, os trabalhadores podem aceder da área de vendas para o resto das instalações.

Entrada de material:

A entrada de material ao armazém se realiza por a zona de carga situada na parte traseira da empresa.



Figura 6 - Porta de Carga e descarga de Material

3.3. – Classificação/ Descrição de usuários.

A continuação se relaciona os grupos de usuários classificando-os por categorias dentro do seu grupo, especificando a sua operatividade e assumir as suas funções no desenvolvimento do plano e especificando o seu número, se se trata dos trabalhadores ou estimá-lo pela capacidade, se se trata de clientes:

TIPO DE USUÁRIO	OPERATIVIDADE	Nº
Trabalhadores	--	15

Tabela 2 - Tipo de usuário

Esta tabela deve ser concluída, pela a empresa, especificando o pessoal com que contam.

El Real decreto 2816/1982, de 27 de agosto que aprova o “*Reglamento General de Policía de Espectáculos y Actividades Recreativas*”, indica no *Capítulo II, Sección primera, Artículo 27*

Punto 1º: “El conjunto de puertas de acceso a los campos o recintos estarán en la proporción de 1,20 metros libres por 400 espectadores de aforo o fracción y el ancho mínimo de cada una será de 1,80 metros libres.”.

Evacuação:

Zona de exposição e venda:

Vamos evacuar de forma independentemente.

Teríamos 2 portas com um total de 2,7 m. para evacuar a planta.

De acordo com CTE, quando numa zona, num gabinete, ou num edifício deve existir mais de uma saída, considerando também os pontos de passagem obrigatórios, a distribuição dos ocupantes para efeitos de cálculo de deve ser suposto que não é utilizada uma delas que, sob a hipótese mais desfavorável. Neste caso, o bloqueio de um dos portões de evacuação, é entendida como a situação mais desfavorável.

Zona de armazém:

Teremos 3 portas com um total de 7,7m, para evacuar toda a zona.

3.4. - Plantas de situação e localização.

Em anexo ao presente projeto (anexo 6), se juntam as seguintes plantas:

- ✓ Planta de localização.
- ✓ Planta das diferentes zonas do estabelecimento consideradas em este documento

De estas plantas devem preparar-se cópias completas, que devem ser entregues nos seguintes pontos:

1. Bombeiros
2. Policia
3. Chefe de Emergência e Intervenção.
4. Equipas de Vigilância e controlo
5. Equipa de Primeiros Socorros

Capítulo 4 - AVALIAÇÃO DE RISCOS

- 4.1. - Características construtivas.
- 4.2. - Processos produtivos. Áreas de risco.
- 4.3. - Instalações técnicas y locais especiais.
- 4.4. - Atividades Adjacentes
- 4.5. -Identificação, Quantificação e Tipologia de usuários.
- 4.6. - Plano de áreas de risco

4.1. -Características construtivas

Armazém industrial, construído com estrutura metálica, desenvolvido ao mesmo nível.



Figura 8 - Vista Aérea da empresa XXXX XXXX

4.2. - Processos produtivos. Áreas de risco

A atividade desenvolvida pode-se considerar que pode dar lugar a uma emergência como consequência de um possível incêndio que provoque estados de pânico, etc.

4.3. - Instalações técnicas e locais especiais

Quadros elétricos – se analisam todos os quadros elétricos considerados significativos, como consequência de um corte em algum dos seus componentes produziria efeito na instalação nessa zona.

Número	Denominação	Localização	
1	Quadro Elétrico General	Localização:	Fachada principal
2	Quadro Elétrico	Localização:	Fachada traseira.

Tabela 3 - Quadros Elétricos

Ambos os quadros se encontram sinalizados, com extintores de CO₂, de capacidade extintora 2kg 34B.

4.4. - Atividades Adjacentes

A empresa encontra-se localizada na zona urbana de Badajoz, num recinto delimitado por rede com parque de estacionamento para veículos, situando-se perto de propriedades rusticas ao lado do Rio Guadiana e por a Ctra. EX100, zonas desportivas e as instalações dos bombeiros.

Também se situa perto da empresa uma Estação de Serviços (bombas de gasolina) e uma universidade.

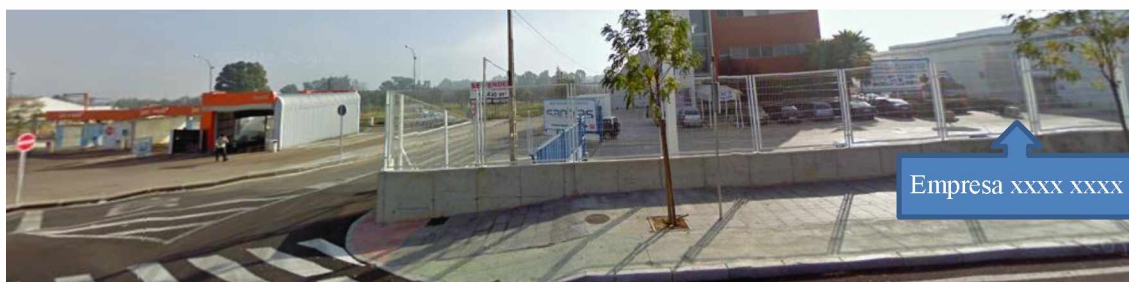


Figura 9 - Imagem da proximidade da Estação de Serviços

4.5.-Identificação, Qualificação e Tipologia dos visitantes

Nº de Trabalhadores	POSTO DE TRABALHO	TURNO		
		M	T	N
15	variado	Dia		
		-	-	-
		Dia		
		-	-	-

4.6. - Plano de áreas de risco

Em anexo ao presente relatório, se juntam as seguintes plantas:

- ✓ Planta de localização.
- ✓ Planta das diferentes zonas do estabelecimento consideradas em este documento

De estas plantas devem preparar-se cópias completas, que devem ser entregues nos seguintes pontos:

1. Bombeiros
2. Policia
3. Chefe de Emergência e Intervenção.
4. Equipas de Vigilância e controlo
5. Equipa de Primeiros Socorros

Capítulo 5 - INVENTÁRIO E DESCRIÇÃO DE MEIOS DE AUTOPROTEÇÃO

5.1. - Inventário

5.1.1. - Meios materiais e humanos

5.1.2. - Meios de ajuda exterior.

5.2.- Planos de meios de proteção e recorridos de evacuação

5.1. - Inventário.

Desenvolvem-se os meios, tanto humanos como materiais com que a empresa promotora enfrentará a eventualidade de uma emergência, focada ao caso mais provável de um incêndio.

Neste ponto, todos os dados são fornecidos pela empresa.

5.1.1. - Meios materiais e humanos

A empresa possui uma central de deteção e alarme, meios de extinção de incêndios e iluminação especial (sinalização, emergência, etc.). Nas tabelas seguintes, descreve-se o tipo de extintor e a zona onde se encontra dentro das instalações da empresa.

PISO 0

<u>Nº</u>	<u>ZONA</u>	<u>TIPO EXTINTOR</u>
1	Venda e exposição	CO ₂ .
1	Venda e exposição	Pó (21A 113B C)
18	Armazém	CO ₂ .
1	Armazém	Pó (21A 113B C)

Tabela 4 - Distribuição e tipo de extintor

Devido a natureza da empresa em estudo, recomenda-se colocar extintores portáteis, nas seguintes zonas:

<u>Nº</u>	<u>ZONA</u>	<u>TIPO EXTINTOR</u>
VARIOS	Em cada porta de saída	Pó ABC. Eficácia mínima 21 A 113 BC.
VARIOS	Cada 15 metros de recorrido	Pó ABC. Eficácia mínima 21 A 113 BC.

<u>Nº</u>	<u>ZONA</u>	<u>TIPO EXTINTOR</u>
1	Quadro elétrico.	CO ₂
1	Zonas de descanso	Pó ABC. Eficácia mínima 21 A 113 BC.
1	Vestuários.	Pó ABC. Eficácia mínima 21 A 113 BC.

Tabela 5- Recomendações

Todos os extintores devem encontra-se corretamente fixados e sinalizados.

Os meios de proteção contra incêndios de utilização manual (extintores, bocas de incendio, hidrantes exteriores, pulsadores manuais de alarme e dispositivos automáticos de sistema de extinção) se deve sinalizar com sinais definidas na Norma UNE 23033-1 com os tamanhos:

- a) 210 x 210 mm quando a distancia de observação do sinal não exceda de 10 m;
- b) 420 x 420 mm quando a distancia de observação esteja compreendida entre 10 y 20 m;
- c) 594 x 594 mm quando a distancia de observação esteja compreendida entre 20 y 30 m.

A sinalização deve ser visível em caso de falha de iluminação normal. Quando sejam foto luminescentes, devem obedecer ao estabelecido nas normas UNE 23035-1:2003, UNE 23035-2:2003 e UNE 23035-4:2003 e a sua Manutenção se realizará conforme o estabelecido na norma UNE 23035-3:2003.

Bocas de incêndio equipadas (BIE)

<u>Nº</u>	<u>ZONA</u>	<u>TIPO BIE</u>
5	Piso 0	25 mm

Tabela 6- Bocas de Incêndio equipadas BIE

A instalação de bocas de incêndio equipadas de 25 mm de diâmetro e distanciadas de 20 a 25 metros, de maneira que quando utilizadas toda a zona onde estão instaladas fique totalmente coberta.

Iluminação de emergência, e sinalização das vias de evacuação e meios de proteção

A iluminação de emergência, são sistemas especiais de iluminação cuja missão é por um lado iluminar os sinais próprios de orientação na evacuação e por outro proporcionar um nível de iluminação adequado em todas as áreas, em caso de falha de iluminação geral.

A empresa apresenta luzes de emergência, repartida por as diferentes zonas e em vários pontos. A comprovação do bom funcionamento das mesmas é feita através de uma simulação de falha de corrente elétrica, durante um período exato de tempo e verifica-se que estão todas em bom estado de funcionamento.

As vias de evacuação e saídas de evacuação estão sinalizadas.

As luzes de emergência, e a sinalização serão colocadas de maneira que indiquem a direção a seguir até a saída.

A iluminação de emergência, deve ser alimentado por fontes próprias de energia. Quando a fonte própria de energia é por baterias de acumulação ou por aparelhos autónomos automáticos, pode-se utilizar uma fonte exterior para proceder a sua carga. A autonomia da fonte de alimentação será no mínimo de uma hora.

5.1.2. - Meios de ajuda exterior

Os números de emergência, que se deve avisar em função do tipo de alarme, são:

<i>Emergências</i>	112
<i>Polícia Nacional</i>	091
	924 23 02 53
<i>Polícia Local</i>	092
<i>Informações Toxicológicas</i>	915 62 04 20
<i>Bombeiros</i>	080/085
	924 28 69 70
<i>Guarda Civil</i>	062
	924 24 41 06
<i>Ayuntamiento Badajoz</i>	924 21 00 00
<i>Aqualia (fornecimento de água)</i>	902 23 60 23
	924 27 34 34
<i>Cruz Roja</i>	924 24 02 00
	924 22 22 22
<i>Proteção Civil</i>	924 97 90 00
<i>Hospital Infanta Cristina</i>	924 21 81 00

Tabela 7 – Meios de ajuda externa

OUTRAS AJUDAS:

- Doadores de sangue, recomendação de centros alternativos, recomendações de circulação, etc.

5.2.- Plantas dos meios de proteção e recorridos de evacuação.

No Anexo do presente plano de autoproteção, se anexaram as seguintes plantas:

- ✓ *Plantas de situação/ localização.*
- ✓ *Plantas das instalações* com os pontos de reunião em caso de abandonar as instalações perante uma emergência, marcação dos equipamentos de luta contra incêndios, e sentidos de evacuação, etc.

Devem preparar-se cópias completas destas plantas para os seguintes pontos:

1. Bombeiros
2. Polícia Local e Nacional.
3. Chefe de Emergência, e Intervenção.
4. Equipas de Vigilância e controlo
5. Equipa de Primeiros Socorros.

Capítulo 6 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES

- 6.1. -Manutenção preventiva das instalações de risco.
- 6.2. -Manutenção preventiva das instalações de proteção.
- 6.3. - Outras inspeções de segurança por normativa específica.

6.1.-Manutenção preventiva das instalações de risco.

↳ MANUTENÇÃO GERAL.

Os lugares de trabalho, e, em particular, as suas instalações, devem ser objeto de uma Manutenção periódica, eliminando com rapidez as deficiências que possam afetar a segurança e saúde dos trabalhadores.

Quando os pavimentos se apresentam danificados ou bem quando o seu uso prolongado (desgaste) se procederá a uma rápida reparação ou substituição. Entre tanto se adotaram as medidas preventivas necessárias para evitar acidentes.

Se realizara de forma periódica uma inspeção aos pavimentos com o objetivo de detetar deficiências e que estas possam ser reparadas.

Efetuar uma Manutenção adequada das canalizações (tubos, borrachas, etc.) e dos equipamentos de trabalho, reparando, quando seja necessário, aqueles que originem fugas durante o seu normal funcionamento, ou durante a decantação,...

O sistema de drenagem de líquidos dos pavimentos, limpos para evitar obstrução, e respetivas grelhas devem estas sempre colocadas no seu sitio.

Os portões devem ter uma manutenção periódica para um correto funcionamento, e uma revisão de todas as partes que requerem lubrificação.

As escadas requerem uma revisa periódica, verificando o bom estado de conservação e manutenção, excluindo as danificadas que não ofereçam garantias de segurança durante a sua utilização, vigiar o estado das sapatas anti-deslizantes e substituí-las sempre que seja necessário. A revisão deverá ser pelo menos anualmente, antes de começar a campanha e o final da mesma, reparando as deficiências que se detetam, não utilizando as mesmas até que sejam reparadas, retirando de uso aquelas que não apresente garantia de segurança.

A instalação de iluminação de emergência, (se esta existir) deve entrar em funcionamento sempre que exista um falho de energia elétrica. Esta instalação deve ser inspecionada periodicamente, pelo menos anualmente, reparando aquelas que não funcionem.

↳ SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO

Em relação a outras instalações, se manterão no estado atual e seguindo as indicações do *Real Decreto 486/1997 de 14 de abril*, que estabelece as “*Disposiciones Mínimas de Seguridad y Saluden los Lugares de Trabajo*”, que estabelece:

1. *“Los edificios y locales de los lugares de trabajo deberán poseer la estructura y solidez apropiadas a su tipo de utilización. Para las condiciones de uso previstas, todos sus elementos, estructurales o de servicio, incluidas las plataformas de trabajo, escaleras y escalas, deberán:*
 - a. *Tener la solidez y la resistencia necesarias para soportar las cargas o esfuerzos a que sean sometidos.*
 - b. *Disponer de un sistema de armado, sujeción o apoyo que asegure su estabilidad.*
2. *Se prohíbe sobrecargar los elementos citados en el apartado anterior. El acceso a techos o cubiertas que no ofrezcan suficientes garantías de resistencia sólo podrá autorizarse cuando se proporcionen los equipos necesarios para que el trabajo pueda realizarse de forma segura.”*

↳ INSTALAÇÃO ELECTRICA.

Todas as instalações, equipamentos e materiais elétricos devem cumprir as exigências dos regulamentos elétricos de alta e baixa tensão que os afete.

Todas as instalações elétricas deverão contar com certificado de instalação emitido por um instalador autorizado.

A Manutenção, reparação ou qualquer outra operação na instalação elétrica deverá realizar-se por pessoal especializado.

As revisões pertinentes da instalação, como medições de resistência da ligação terra (contratando um especialista que determine que a resistência existente é inferior a máxima permitida realizando uma medição, preferencialmente, uma vez ao ano no verão devido a humidade do terreno é inferior e é quando mais alta pode resultar a resistência), comprovação do funcionamento correto dos diferenciais, ao menos uma vez ao mês utilizando o botão test, revisão dos tubos fluorescentes, trocando-os quando não proporcionem um nível de intensidade de iluminação satisfatória, revisão do estado dos cabos, extinções, tomadas múltiplas, interruptores, etc.

Esta revisão nos ajudará a manter o estado ótimo da instalação elétrica.

Em locais molhados ou húmidos, ou em instalações elétricas expostas a intempéries, os equipamentos elétricos, recetores fixos e tomadas devem ser protegidas contra projeções de água e as canalizações devem ser estanques.

Em locais onde se trabalhe com materiais inflamáveis, produtos químicos, pó combustível, etc, se deve extremar as precauções, sinalizando o local, e a instalação elétrica e os recetores devem ser antifogo, tudo segundo o projeto da instalação e seguindo prescrições técnicas dos regulamentos de Baixa e Alta Tensão que afete a instalação e sejam aplicados.

As lâmpadas portáteis utilizadas deverão ser estanques e estar alimentadas a 50V em locais secos, ou de 25V em caso da existência de humidade. Devem ter proteção anti queda, e em caso de locais com risco de explosão deverão ser antifogo.

6.2. -Manutenção preventiva das instalações de proteção.

↳ PLANO DE REVISAO DE EQUIPAMNETOS CONTRA INCENDIOS

Tarefa a realizar por o pessoal especializado do fabricante, o instalador do equipamento ou sistema, ou empresa autorizada:

Equipamento	Revisões anuais	Cada cinco anos
<i>Extintores de incêndio</i>	<p>Comprovação do estado de carga (peso e pressão);</p> <p>Estado das partes mecânicas;</p> <p>Comprovação da pressão do pulsador do agente extintor</p>	Timbrar extintor
<i>Bocas de incendio</i>	<p>Desmontagem da mangueira e ensaio de esta em local adequado;</p> <p>Comprovação do correto funcionamento da boca nas suas diversas posições e sistema de fecho.</p> <p>comprovação da estanquidade das juntas e mangueiras;</p> <p>Comprovação da indicação do manómetro com outro de referencia instalado na rosca de conexão da mangueira.</p>	Mangueira deve ser submetida a uma prova de pressão de 15 Kg/cm ²

Equipamento	Cada três meses
<i>Extintores de incêndio</i>	<p>Verifique a acessibilidade, bom estado aparente de conservação, selos, inscrições, mangueiras, etc.;</p> <p>Verificar o estado da carga (peso e pressão; estado das partes mecânicas;</p> <p>Certifique-se de que o equipamento seja colocado visível e acessível;</p>

<i>Bocas de incendio</i>	<p>Comprovação da boa acessibilidade e sinalização dos equipamentos;</p> <p>Comprovação por inspeção de todos os componentes, procedendo ao desenrolar da mangueira em toda a sua extensão e acionando a boquilha, caso este seja de varias posições;</p> <p>Comprovação por leitura no manómetro de pressão de serviço; Limpeza das fechadoras e lubrificação do conjunto;</p>
---------------------------------	---

➔ Deverão estar próximos dos pontos de risco de incêndio e saídas.

Estas revisões serão realizadas por pessoal qualificado de uma empresa autorizada.

Quando a empresa responsável da manutenção dos extintores, proceda a recolha dos mesmos para realizar a revisão, recomenda-se, que se solicite outros com o fim de evitar que as instalações da empresa fiquem sem proteção contra incêndios.

Recomenda-se uma Manutenção do sistema de alarme para verificar o seu perfeito funcionamento.

Nota: Nesta revisão anual não será necessária uma abertura dos extintores portáteis de pó com pressão permanente, ao menos que nas comprovações que se realizaram tenham detetado anomalias que justifiquem.

Em caso de abertura do extintor, a empresa de Manutenção colocara no exterior do mesmo um rotulo indicativo que acredite que se tenha realizado a abertura e revisão do mesmo extintor, pode-se utilizar uma etiqueta resistente, em forma de anel que se coloca no pescoço da garrafa antes do fecho do extintor e que não pode ser retirada sem que se produza a destruição da mesma.

6.3. - Outras inspeções de segurança por normativa específica.

↳ Aparelhos sob pressão

Equipamento	Provas Periódicas	
	Anualmente	Cada dez anos
<i>Aparelhos sob pressão</i>	Deverão limpar o interior dos mesmos com o objetivo de eliminar óleos e carvões produzidos.	Inspeção visual do interior e exterior do aparelho. Realização de prova de pressão
<i>Legislação</i>	<i>“Instrucción Técnica Complementaria MIE-AP5 del Reglamento de Aparatos a Presión”</i>	
As provas periódicas deverão ser inspecionadas por um órgão territorial competente da Administração Publica, ou uma entidade de Inspeção e Controlo Regulamentar. Efetuar um relatório ou ata, a qual deverá ser fotocopiado e entregue ao Órgão Competente, ao usuário do aparelho e a entidade de Inspeção e Controlo regulamentar.		

Estes equipamentos devem ser dotados de válvulas de segurança e discos de rutura em corretas condições de Manutenção. Estar equipados com indicadores de pressão e temperatura. Os compressores devem dispor de válvulas de bloqueio e paragem de emergência, e dispositivos de purga de óleo e da água condensada. É necessária uma válvula de retenção.

↳ Armazenamento de combustíveis

O armazenamento de combustível deverá cumprir com o estabelecido no “*Reglamento de Instalaciones Petrolíferas sus Instrucciones Técnicas Complementarias*” correspondentes, em particular a ITC MI-IP03 referente a instalações de armazenamento para consumo da própria instalação. Terá também em conta quando se especificar na norma que seja a sua aplicação.

De esta regulamentação se conclui que o armazenamento de carburantes e combustíveis líquidos devem estar inscritos no registo de estabelecimentos industriais da Comunidade Autónoma correspondente, ficando o titular da instalação **obrigado a mantê-la em correto estado de funcionamento, sendo responsável, em todo o momento, de fazer cumprir todos os requisitos técnicos de segurança estabelecidos por a ITC MI-IP03.**

Em conformidade com o estabelecido nesta norma, as instalações de armazenamento para consumo na própria instalação de verão submeter-se a **revisões, provas e inspeções periódicas** que se estabelecem na mesma ITC MI-IP03 (*Instrucciones Técnicas Complementarias MI-IP03*).

Os tanques de parede simples estarão contidos em cubetos. Os armazenamentos com capacidade não superior a 1000 litros não precisarão de cubeto, devido a possuírem uma bandeja de recolha com uma capacidade de pelo menos 10% do tanque.

A **instalação elétrica** se realizará de acordo com o indicado nos diferentes pontos da ITC MI-IP03 e em conformidade com a norma específica vigente.

As instalações, os equipamentos e seus constituintes destinados a proteção contra incêndios, em um armazenamento de carburantes e combustíveis líquidos e as suas instalações relacionadas devem respeitar as disposições da regulamentação específica.

Em instalações de superfície em interior de edifícios, se instalará extintores do tipo adequado ao risco e com **eficiência mínima de 89B**, a uma **distancia máxima na horizontal de 15 m**.

Tabela 8- Eficiência de Extintores Portáteis

Código de eficácia	Significado
8A, 13A, 21A, 27A, 34A, 55A, etc.	Número: <i>“Longitud en dm del lado de un entramado de madera ardiendo de sección transversal constante y sobre un pedestal metálico que el extintor es capaz de apagar, según se establece en el ensayo normalizado”</i> Letra A: <i>Clase de fuego - Sólido</i>
8B, 13B, 21B, 34B, 55B, 89B, 113B, etc.	Número: <i>“Litros de combustible normalizado (gasolina de aviación) ardiendo sobre bandejas circulares de diámetro especificados, que el extintor es capaz de apagar”</i> Letra B: <i>Clase de fuego - Líquidos</i>
C	Número: <i>“Carece”</i> Letra C: <i>Clase de fuego - Gases</i>

No armazenamento, e subre tudo, em áreas de manipulação se colocarão, bem visíveis, sinais normalizados, segundo estabelece o **Real Decreto 485/1997 sobre disposiciones mínimas em matéria de sinalização e segurança e saúde no trabalho**, que indiquem claramente la presença de líquidos inflamáveis o combustível, para além dos que possam existir para outro tipo de risco.

↳ Maquinas

As máquinas que não possuem certificado CE (anteriores a 1995), deverão ser submetidas a uma conformidade por uma pessoa ou empresa autorizada (*O. C. A. Organismo de Control Autorizado*) e capacitada para este trabalho, com o fim de adaptarem as indicações do *Real Decreto 1215/97*, sobre as disposições mínimas de segurança e saúde na utilização dos equipamentos de trabalho.

As maquinas ou equipamentos “novos”, sujeitos a marca CE, que apresentem perigo (por emissão de gases, vapores, líquidos o pó) já devem estar equipados com alarme e/ou condutas a que se pode adaptar facilmente um sistema de extração, seguindo as instruções do fabricante, que, deve indicar quais os riscos residuais e as medidas complementares que permitam reduzir a exposição.

Qualquer maquina ou equipamento que não apresente estas condições o seja impossível a sua adaptação, **NÃO SE DEVE UTILIZAR**, deixando de ser utilizada.

Nunca se deve manipular os sistemas de segurança que dispõe as maquinas, (anulando-se, alterando-se, etc.). Estes sistemas tem a missão de proteger o trabalhador e a anulação dos mesmos pode dar lugar a acidentes graves. Nas revisões das maquinas comprova-se que todos estes sistemas funcionam corretamente.

Todas as maquinas devem ter uma paragem de emergência, que deve estar acessível e fácil de acionar em qualquer momento por o próprio trabalhador que maneja a maquina. As operações de Manutenção, reparação, lubrificação e limpeza se realizarão sempre com a maquina parada. Se realizarão de forma periódica ou quando se verifique qualquer anomalia no funcionamento da maquina.

Toda a máquina avariada ou cujo o funcionamento seja irregular será sinalizada com a proibição da sua utilização por trabalhadores não responsáveis da sua reparação. Para evitar a sua utilização se bloquearão os seus dispositivos de arranque dos motores elétricos ou se retirarão os fusíveis da maquina avariada e se não é possível se colocará um letreiro com a proibição de utilização.

Recomenda-se que se respeitem as zonas demarcadas provisionalmente com bandas amarelas, que no pavimento e indicam as zonas de influencia das máquinas, e se evitará nessas zonas a acumulação de materiais.

Recomenda-se o uso de equipamentos de proteção individual necessários em cada uma das máquinas.

Se seguirão as recomendações contidas nos manuais dos respetivos fabricantes de cada máquina, em quanto ao uso, proteções, conservação manutenção e revisões periódicas.

Antes de manejar qualquer maquina, os trabalhadores deverão ler as instruções que proporciona o fabricante, de forma que sejam conscientes dos riscos da mesma e a forma correta de utilização. **As instruções das máquinas deverão estar disponíveis para os trabalhadores em qualquer momento.**

Em caso de um equipamento “novo” não tenha manual de instruções proporcionado por o fabricante, em espanhol, deverá exigir ao fabricante. Em caso de que seja um equipamento antigo, o mesmo, uma vez que este esteja em conformidade deverá ser dotado de manual de instruções em espanhol. O manual proporcionado por o fabricante ou importador, no qual figurão as especificações de manutenção, instalação e utilização, assim como as normas de segurança e quaisquer outras instruções que de alguma forma sejam exigidas por a legislação vigente de equipamentos de trabalho.

Não se manipulará no interior destes equipamentos enquanto estes não se encontrem completamente desligados. No caso da realização de operações no interior do equipamento, deverão indicar perante sinalização adequada “Pessoas trabalhando no seu interior”, ou “presença de trabalhadores”, que impeça que qualquer outro trabalhador proceda a ativação do equipamento enquanto algum dos seus companheiros manipula no interior do mesmo. Para esse objetivo a sinalização deverá colocar-se sobre o comando da maquina ou sobre o elemento que permite ativa-lo. E se se considera insuficiente esta medida devido as características só equipamento, deverá proceder-se ao corte de fornecimento de energia a partir do quadro de alimentação do equipamento, devendo colocar-se igualmente sobre este um sinal de “trabalhadores no seu interior”.

Capítulo 7 - PLANO DE ACTUAÇÃO OPERANTE UMA EMERGÊNCIA.

- 7.1. - Objeto
- 7.2. - Fatores de Risco
- 7.3. - A gravidade da emergência
- 7.4. - Equipamentos de emergência
- 7.5. - Ações em caso de emergência.
- 7.6. - Evacuação
 - 7.6.1. - Evacuação de uma Zona
 - 7.6.2. - Evacuação do Recinto
- 7.7. - Diagrama de decisões
- 7.8. - Instruções a seguir em caso de emergência
- 7.9. - Outras emergências
 - 7.9.1. - Aviso de bomba ou deteção de um pacote suspeito
 - 7.9.2. - Fuga de gás combustível
 - 7.9.3. - Explosão
 - 7.9.4. - Incidente com maquinaria
 - 7.9.5. - Falha elétrica
 - 7.9.6. - Incidência com produtos químicos perigosos
 - 7.9.7. - Acidente individual com feridos
 - 7.9.8. - Sucessos derivados de comportamentos anti-sociais
 - 7.9.9. - Fenómeno derivado da natureza
 - 7.9.10. - Queda de aeronave
 - 7.9.11. - Queda de raio
 - 7.9.12. - Sismo

7.1. - Objeto

O plano de emergência estabelece os recursos humanos e materiais que deve utilizar-se para combater uma emergência, assim como a forma de fazê-lo:

Los objetivos del plan de emergencia son:

1. Desalojar as ocupantes dos locais sinistrados ou manter os mesmos nesses locais, sem que sofram nenhuma lesão corporal nem sejam afetados pelo pânico.
2. Dispor de pessoal organizado, formado e instruído nas ações a empreender para controlo das emergências (incêndios, fugas, derrames nocivos, explosões, etc.)

O plano de emergência, responderá as seguintes perguntas:

- Que se deve fazer?
- Quem deve fazer?
- Quando?
- Como?
- De onde?

Todo o plano, se desenvolverá com base nos meios humanos e materiais que disponha a empresa.

7.2. - Fatores de Risco.

A tipologia dos riscos que podem provocar situações de emergência na empresa é variada, o Plano de Emergência desenvolvido contempla as situações de emergência gerais e específicas, destacando as situações provocadas principalmente produzidas por um incêndio, que é um tipo provocado que provoca alarme generalizado e reações em massa.

Existem aspetos como a organização das equipas que são perfeitamente válidos e aplicáveis a outros tipos de emergência.

Os fatores que se preveem e se vão analisar no documento, são:

<u>TIPO DE RISCOS</u>	<u>VALORIZAÇÃO DO RISCO</u>
INCÊNDIO	MODERADO
AVISO DE BOMBA	TORELÁVEL
EMBRULHO OU OBJETO SUSPEITOSO	TORELÁVEL
FUGA DE GÁS COMBUSTIVEL	POUCO PROVÁVEL
EXPLOÇÃO	POUCO PROVÁVEL
INCIDENTE COM MAQUINA	TORELÁVEL
RISCO ELÉTRICO	TORELÁVEL
INCIDÊNCIA COM PRODUTOS QUÍMICOS PRIGOSOS	POUCO PROVÁVEL
ACIDENTE INDIVIDUAL COM FERIDOS	TORELÁVEL
SUCESSOS DERIVADOS DE COMPORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS	MODERADO
ASSISTÊNCIA POR INGESTÃO DE ÁLCOOL OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS	MODERADO
FENÓMENO DERIVADO DA NATUREZA	TORELÁVEL
QUEDA DE AVIÃO, AERONAVE	POUCO PROVÁVEL
QUEDA DE RAIOS	TORELÁVEL
SISMO	TORELÁVEL

Tabela 9 – Tipo de Riscos

O risco mais importante na maioria das atividades é o incêndio. O maior problema em caso de incêndio é a evacuação em caso de emergência geral. Orientam-se os

procedimentos deste tipo de emergência de maneira geral e, posteriormente, tratam-se de maneira específica outros tipos de emergência possíveis, fazendo especial atenção as que apresentam maior valor de risco.

7.3. - A gravidade da emergência

As situações de emergência podem-se classificar, seguindo o critério de maior gravidade, em:

1. Pequena de emergência – Acidente que pode ser controlado de forma rápida e simples, por o pessoal e meios de proteção existentes na zona que se desenvolve.
2. Emergência parcial – Acidente que necessita a participação de equipas especiais. Os efeitos se limitam a uma zona, não há adjacentes nem a terceiras pessoas.
3. Emergência geral – Acidentes que necessita a todos os meios de proteção estabelecidos e a ajuda de meios de socorro e salvamento exteriores. Requer a evacuação de pessoas do interior dos locais de trabalho.
4. Evacuação

As diferentes emergências requerem a intervenção de pessoas e meios para garantir, em todo o momento, a alerta, o alarme para evacuação dos ocupantes, a intervenção para o controlo das emergências, o apoio para a receção e informação aos serviços de ajuda exterior.

Em função da disponibilidade dos meios humanos para fazer frente a uma emergência se indicam as ações a desenvolver por as equipas de emergência.

7.4. - Equipas de emergência.

CHEFE DE EMERGÊNCIA

A sua função é de dirigir o sinistro, tomando as decisões e comunicando as ordens oportunas.

Abrange a máxima responsabilidade sobre as pessoas que se encontram dentro do edifício. Realizará a missão de guia dos possíveis serviços externos de emergência que possam intervir, como polícia, bombeiros, ambulâncias, etc.

O chefe de emergência estará sempre localizado, delegando um suplente em caso de ausência obrigada. Possuirá um walkie-talkie, e, ou um telemóvel no caso de movimento contínuo dentro do edifício.

O chefe de emergência por estes efeitos deverá ser, por ordem de preferência, o seguinte:

CHEFE DE EMERGÊNCIA	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

SUPLENTE DO CHEFE DE EMERGÊNCIA	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

Tabela 10 - Chefe de Emergência

Estas pessoas deverão estar permanentemente localizáveis, por telemóvel ou walkie-talkie. Nos turnos em que não se encontre o titular, nem o suplente, se tentará localizar imediatamente, no entanto o seu posto o ocupará o vigilante mais qualificado.

CHEFE DE INTERVENÇÃO

O chefe de intervenção, será o responsável direto da intervenção “in situ” em caso de um sinistro, ou seja, uma emergência.

Estará sempre localizado, delegando um suplente em caso de ausência. Possuirá um telemóvel ou walkie-talkie em caso de movimento contínuo por o edifício.

Em ausência do chefe de intervenção e exclusivamente para efeitos de intervenção em caso de sinistro, assumirá as funções de *responsável da zona* mais próximo da origem de emergência, deve estar igualmente familiarizado com todos os meios presentes e os procedimentos de atuação.

No mesmo sentido, o chefe de intervenção dirigirá plenamente a intervenção até as últimas consequências, enquanto o chefe de emergência não comunique uma ordem diferente ou unilateral, assumindo entre tanto como suas as decisões e ações tomadas por o Chefe de Intervenção.

CHEFE DE INTERVENÇÃO	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

SUPLENTE DE CHEFE DE INTERVENÇÃO	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

Tabela 11 - Chefe de Intervenção

Estas pessoas deverão estar permanentemente localizáveis, por telemóvel ou walkie-talkie. Nos turnos em que não se encontre o titular, nem o suplente, se tentará localizar imediatamente, no entanto o seu posto o ocupará o *representante da zona* mais qualificado.

EQUIPA DE PRIMERA INTERVENÇÃO

A sua função é a prevenção de sinistros, assim como a intervenção imediata em caso que se produza uma emergência, para avaliar e em caso de reduzir as suas consequências.

Esta equipa deve ser composta por o responsável da zona e o pessoal a cargo, uma vez que a sua função é dar o alarme e quando detetam o sinistro, avaliar as suas condições e começar, se é necessário, as medidas de prevenção necessárias com os meios que dispõem. Se entende que devem estar formados em técnicas de prevenção e extinção de incêndios e relacionamento entre pessoas (Psicologia de massas).

O chefe de intervenção dirige em primeira linha os meios humanos mais próximos da emergência.

As normas de atuação em qualquer circunstância serão:

Resgate (Das pessoas em perigo imediato)

Alarme

Compartimentação

Extingção ou eliminação do risco.

E. P. I.	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

Tabela 12 - Equipa de primeiro intervenção

EQUIPA DE SEGUNDA INTERVENÇÃO

Esta equipa representa a máxima capacidade atuante no estabelecimento. A zona de atuação será qualquer ponto do edifício onde se possa ocorrer uma emergência de incêndio e não possa ser controlada por a E.P.I.

Os constituintes da E.S.I deverão ter a formação adequada, que inclui conhecimento das técnicas de extinção de todos os tipos de fogo possíveis no edifício, conhecimentos de primeiros socorros e competências em matéria de segurança pública.

Por as características das instalações, a formação dos trabalhadores, a localização do recinto, etc., esta equipa será formada por a Policia Nacional e Policia Local, e por Serviços Públicos de Extinção de Incêndios (S.P.E.I.).

EQUIPA DE ALARME E EVACUAÇÃO

A equipa de alarme e evacuação será formada por zonas e constituída por pessoal de controlo da zona em questão. Estarão coordenados por um Coordenador que, com a equipa da zona afetada, serão encarregadas de evacuar totalmente a área, controlando principalmente as portas que comuniquem com as áreas anteriores e seguintes a evacuar.

Em caso de uma evacuação geral, quando a sua área e as anteriores a esta estejam evacuadas, evacuarão os constituintes da equipa, a não ser que sejam necessários para ajudar em outras zonas.

A missão dos constituintes da E.A.E., é assegurar uma evacuação total e ordenada da sua zona e garantir que se deu o alarme. As missões fundamentais a realizar por os constituintes da E.A.E., são:

- ↳ Anunciar a evacuação da sua zona ao ouvir o alarme geral. Antes terão preparado a mesma, comprovando que as vias de evacuação se encontram livres, assumir os postos, etc.
- ↳ Dirigir o fluxo:
 - Indicar ao pessoal como alcançar as vias de evacuação.
 - Nas portas, controlar a velocidade da evacuação e impedindo a aglomeração de pessoas.
 - Em acessos a escadas
 - Indicar o ponto de reunião e informação exterior.
 - Ajudar a pessoas com mobilidade reduzida ou feridas.
 - Não permitir o regresso a zonas evacuadas
- ↳ Comprovar que não ficam trabalhadores para trás uma vez evacuada a sua zona.
- ↳ Comprovar a ausência de pessoal próprio no ponto de reunião quando termine a evacuação.

O número de constituintes da E.A.E. depende de inúmeros fatores, sendo alguns dos critérios elegidos os seguintes:

- Deverá existir, pelo menos, um componente da E. A. E. por cada acesso as vias de evacuação;
- Deverá existir, pelo menos, um componente da E. A. E., nos acessos aquelas portas que não se devem utilizar em caso de emergência e não estão sinalizadas;
- Maior ou menor numero de ocupação;
- Maior ou menor risco de incêndio;
- Maior ou menor risco para os ocupantes da zona;
- Presença na zona de pessoas com dificuldades de mobilidade

Nos seguintes quadros se recolhe os responsáveis de cada uma das áreas de evacuação.

E. A. E.	Empresa	
	Trabalhador	Localização
		Toda a empresa

Tabela 13 - Equipa de alarme e evacuação

EQUIPA DE PRIMEIROS SOCORROS OU PRIMEIROS AUXILIO

A missão da equipa de primeiros socorros ou primeiro auxilio é prestar assistência aos lesionados durante uma emergência. Para além de outras funções, como:

- ↳ Decidir se a gravidade de algum ferido requer ser trasladado.
- ↳ Encarregados de dar atenção aos feridos das zonas afetadas, que não sendo trasladados a outros centros de ajuda, precisam de assistência médica.

E. P. A.	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

Tabela 14 - Equipa de primeiros socorros

RESPONSÁVEL DE RECONTAR (R.R.)

O responsável de recontar (R.R.) será designado por a empresa, e será o responsável de comprovar, após realizada a evacuação total do edifício, a presença de todas as pessoas que, estariam dentro do edifício, e que deveriam evacuar com assistentes. Para efetuar este reconto, deverá de dispor de uma lista por turnos das pessoas presentes na empresa.

Para este posto recomenda-se uma pessoa habituada a estrutura organizativa da empresa assim como a lista de trabalhadores.

Para que o reconto resulte o mais efetivo possível, é uma prioridade que as pessoas que habitualmente se encontrem na empresa naquele turno, não se ausente sem aviso prévio ao responsável de reconto, ao de comunicação ou mesmo um companheiro de trabalho.

RESPONSÁVEL DE RECONTAR (R.R.)	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

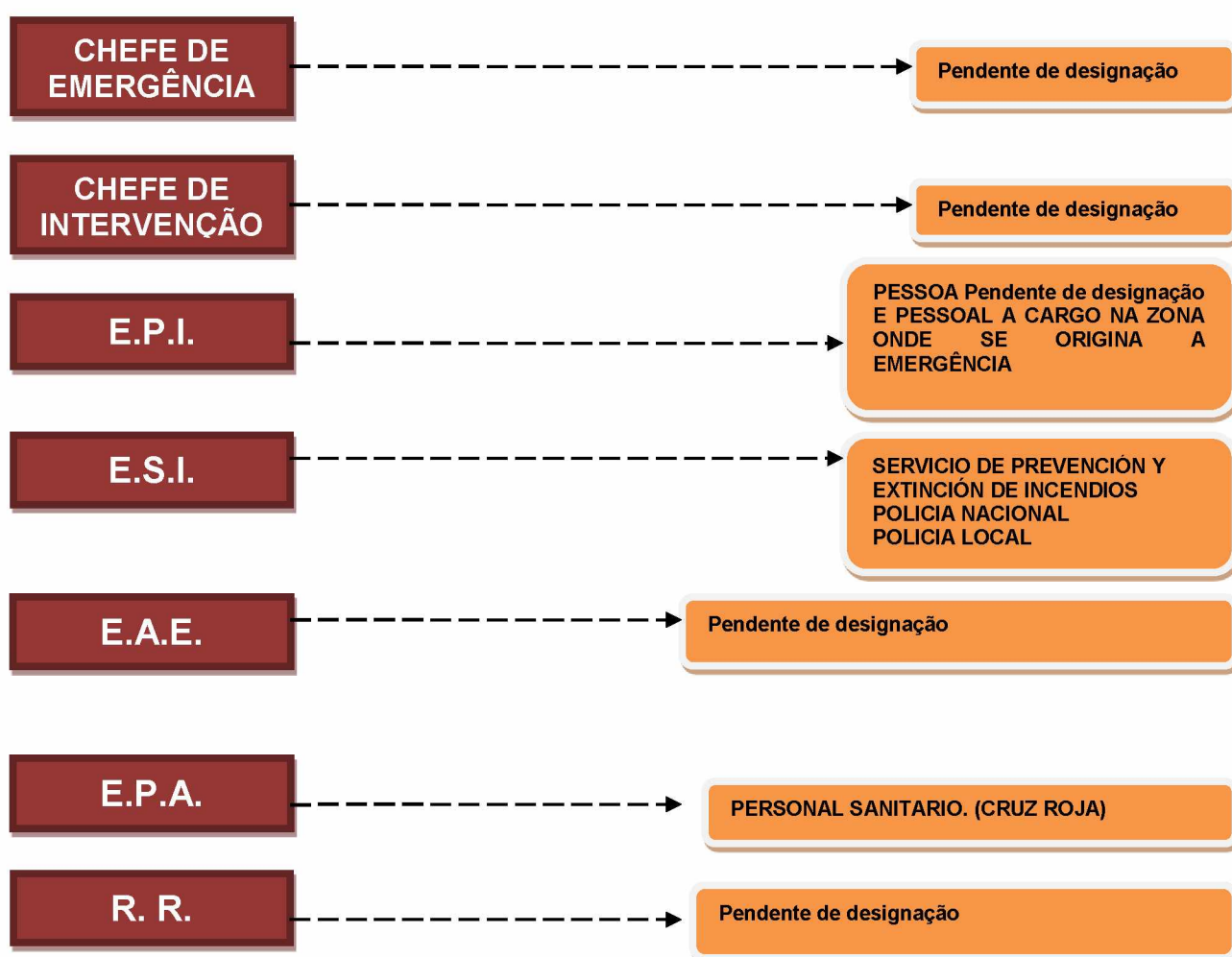
Suplentes do responsável de recontar (R.R.)	
Trabalhador	Localização
Pendente de designação por a EMPRESA	

Tabela 15 - Responsável de recontar

ESTRUTURA DAS EQUIPAS DE EMERGÊNCIA

No organograma seguinte representa-se em resumo a estrutura das equipas de emergência que se descreveram anteriormente, assim como o número de pessoas que os compõe.

Preencher organograma após designação:



E.P.I.: Equipa de Primeira Intervenção; E.S.I.: Equipa de Segunda Intervenção;
E.A.E.: Equipa de Alarme e Evacuação; E.P.A.: Equipa de Primeiros Auxílios;
R.R.: Responsável de Recontar.

Organograma 1 - Equipas de Emergência

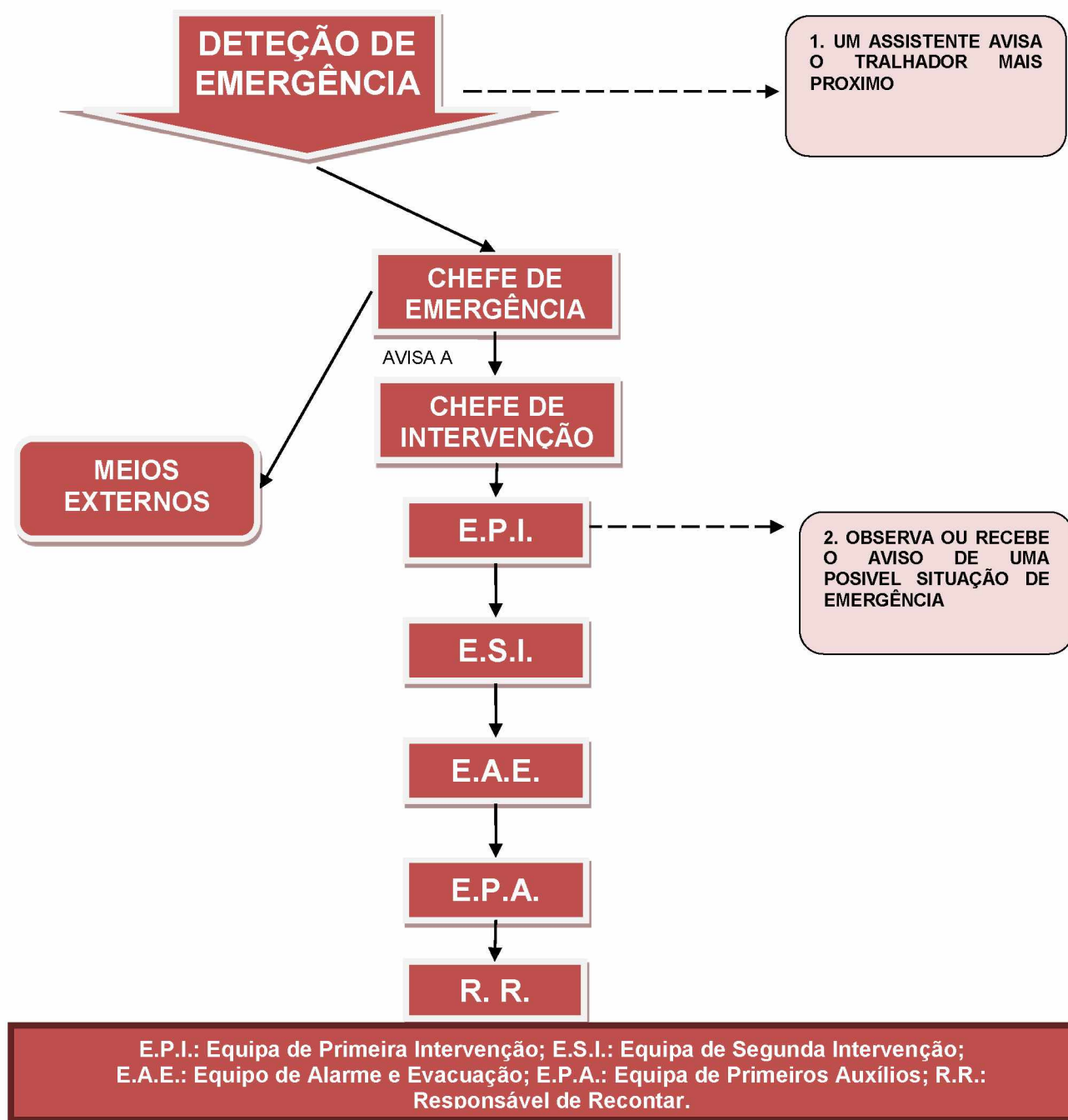
7.5. – Ações em caso de emergência.

Dependendo da gravidade da emergência, poderão ativar as fases de:

- Detecção e comprovação.
- Intervenção

DETEÇÃO:

A fase de deteção inicia-se quando o pessoal de segurança, controlo ou organização se apercebe de uma possível emergência bem diretamente o por aviso de um assistente.



COMPROVAÇÃO

Perante o aviso de um assistente, ou deslocação de um vigilante ou controlador se deteta a emergência.

A equipa de primeira intervenção da zona será a encarregada de comprovar a emergência, avisando ao mesmo tempo o Chefe de Intervenção por o meio de comunicação disponível (por exemplo telemóvel) para que se desloque ao lugar do sucedido e comprove a alerta. Todos os avisos de alerta terão de ser comprovados.

Mensagem ao J.I.: “Atención Código Rojo, señor (nombre del J.I.) acuda a la zona de (zona afectada) para comprobación. Atención Código Rojo, señor (nombre del J.I.) acuda a la zona de (zona afectada) para comprobación”.”

Este e qualquer mensagem e comunicações de uma emergência deverão ser com um tom de voz normal, que não demonstre nervosismo.

Em caso de ausência do Chefe de intervenção, se avisará o seu suplente, e em caso de ausência de pedirá a comprovação ao encarregado de controlar a zona.

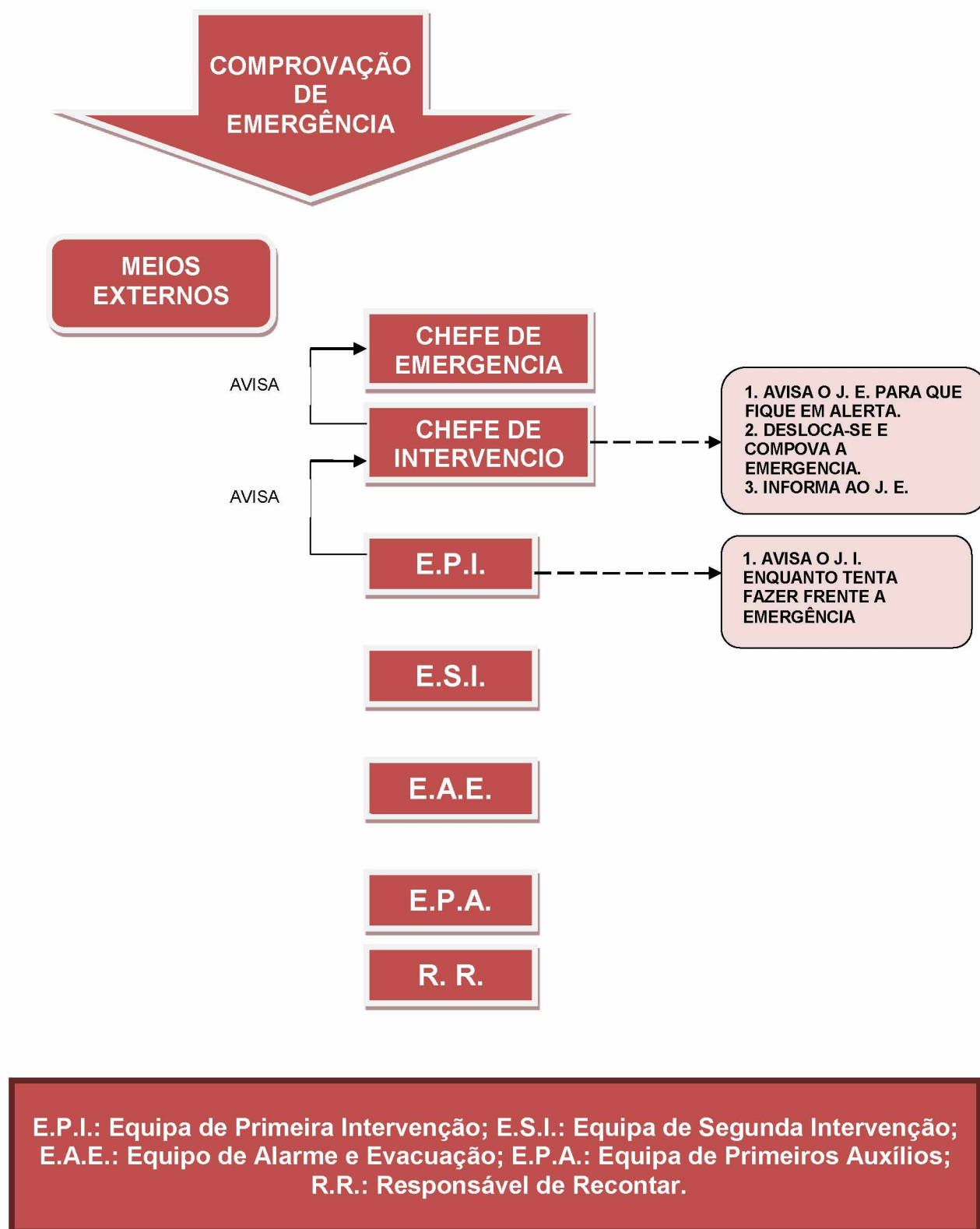
O chefe de intervenção na sua deslocação avisará o chefe de emergências (J.E) de que vai a proceder a uma comprovação de emergência, para que este fique em alerta.

Uma vez comprovada a alerta, poderá suceder dois casos:

↳ Falso Alarme: Se depois do reconhecimento da emergência por parte do chefe de intervenção esta não se verifica ou é solucionável por o Equipa Primeira Intervenção, se avisará o pessoal pode voltar aos seus postos de trabalho e o chefe de emergência.

↳ Emergência Real: assim que se comprove que a emergência é real, se comunica ao Chefe de emergência e este por sua vez aos meios externos, e se atuará em função da sua gravidade, estas atuações se descrevem no ponto Intervenção.

As fases de detecção e Comprovação são comuns para qualquer emergência, pois são o início da ativação do Plano.



Organograma 2- Comprovação de emergência

INTERVENÇÃO

A continuação se descreve as atuações em função do tipo de emergência, e o grau de afetação:

Pequena de emergência:

O chefe de intervenção e o pessoal de segurança da zona donde se origina a emergência, formam o que chamamos de Equipa de primeira Intervenção, realizando uma primeira intervenção para controlo inicial da emergência.

O chefe de Intervenção indicará se é necessária a intervenção da E.S.I. ou E.P.A. e comunica ao Chefe de Emergência da magnitude e possível controlo.

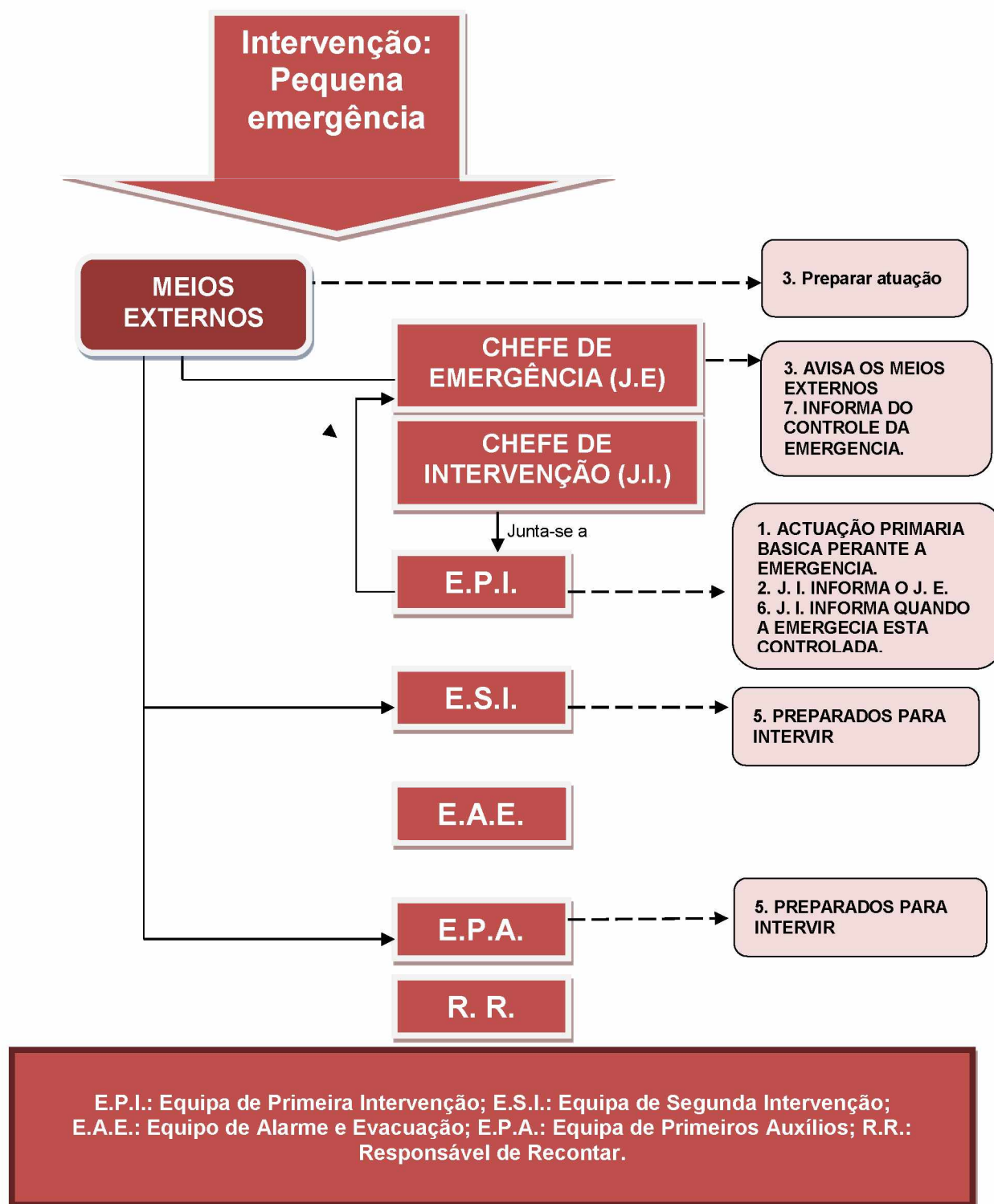
O chefe de emergência chamará o centro de controlo para informar o tipo e grau da emergência, quem avisará cautelosamente aos meios externos para que estejam preparados em caso de ser necessário a intervenção.

Para além da intervenção direta sobre a emergência do E.P.I. procurará a intervenção da zona de maneira que o mínimo número possível de assistentes esteja implicado ou afetado por a emergência. O Chefe de Intervenção avaliará a necessidade ou não de evacuar a zona.

Todos os trabalhadores que intervenham na emergência devem ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que seja, para não criar pânico.

Uma vez superada a emergência, o Chefe de Emergência ordena a volta a normalidade, voltando as suas tarefas o pessoal da Equipa de Primeira Intervenção, tomando as medidas preventivas necessárias para que a emergência não volte a acontecer. O Chefe de Emergência informará os meios externos sobre o controlo da emergência desativando a alerta dos meios externos.

Se a emergência não se controla, se atuará como se fosse uma Emergência Parcial.



Organograma 3- Pequena de emergência

Emergência Parcial.

O chefe de intervenção e o pessoal de segurança da zona donde se origina a emergência, formariam o que chamamos de E.P.I., realizando uma primeira intervenção encaminhada para o controlo inicial da emergência.

O Chefe de intervenção, decidirá se é necessária a ajuda da E.S.I e a E.P.A. e comunicará ao chefe de Emergência a magnitude da emergência e a sua localização, esperando que este repita a localização para evitar confusões.

O chefe de Emergência, chamará o centro de controlo para informar do tipo e grau da emergência (E. Parcial), solicitando apoio externo. Os meios externos planificam a intervenção com os meios presentes ou adicionais em caso de ser necessário.

Considerando que se trata de uma emergência parcial (emergência de certa importância), a equipa de segunda intervenção (E.S.I.) pode considerar necessário desalojar a zona afetada, ver ponto de EVACUAÇÃO DE UMA ZONA.

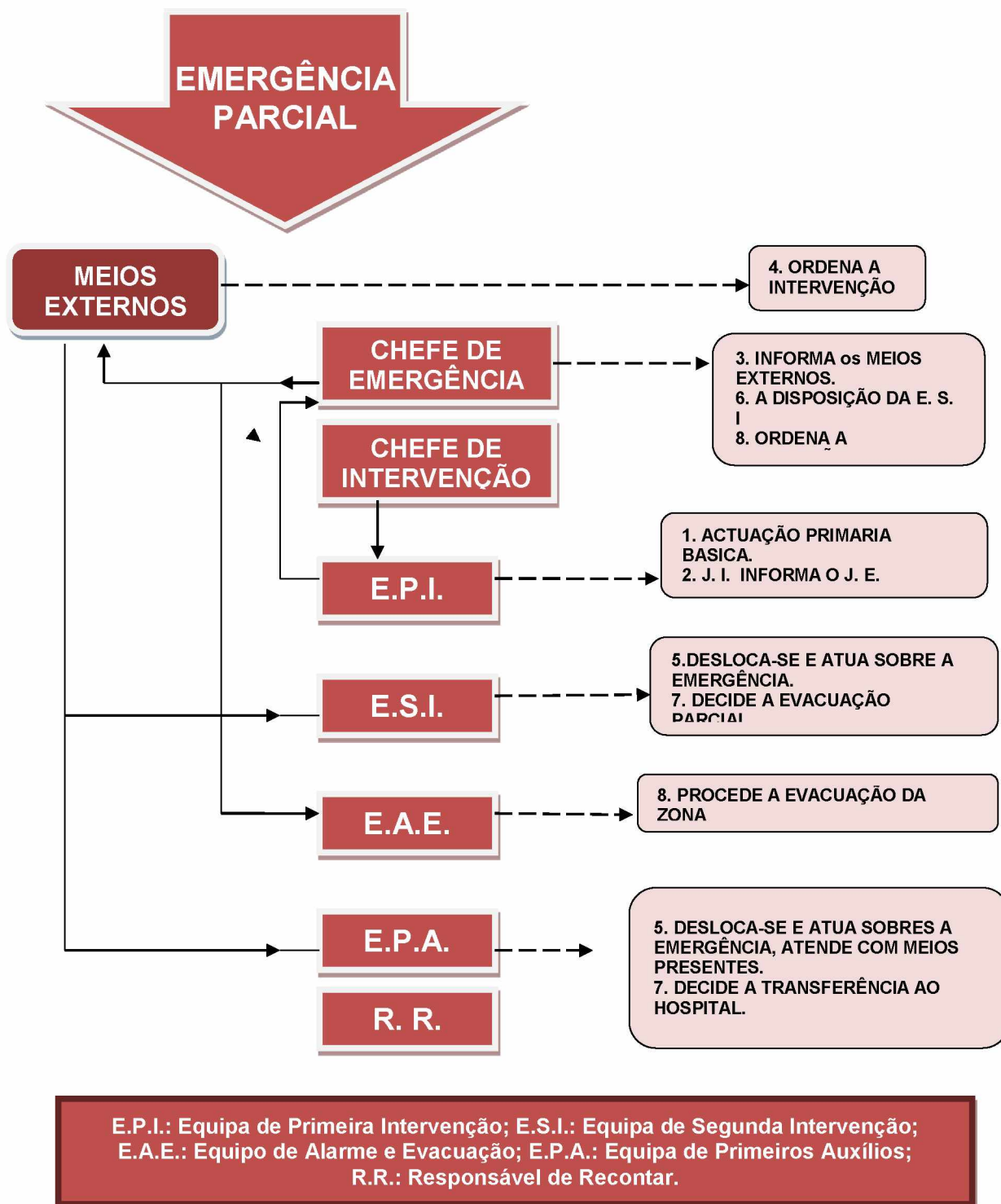
O chefe de intervenção ou algum companheiro designado por este, desligará as fontes de fornecimento de energia, que sejam necessárias, na zona afetada, sem por em risco a sua segurança e saúde. Também poderá decidir cessar as operações da E.P.I. se existe risco para os integrantes de esta equipa.

Todos os trabalhadores que interferem no sinistro devem ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que esta fosse, para não criar pânico.

Uma vez que acudam as ESI e as EPA a instalações, o Chefe de emergência cede o controlo da situação e procederá a informa-los da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.), se assim se requer os trabalhadores atuarão segundo as suas ordens.

Uma vez superada a emergência, o chefe de emergência ordenará a volta a normalidade, tomando as medidas preventivas necessárias, para evitar outro acontecimento de mesma natureza.

O chefe de emergência informa os meios externos quando a emergência esteja controlada e desativa o alarme aos meios externos.



Organograma 4. Emergência Parcial

Emergência Geral.

O chefe de intervenção e o pessoal de segurança da zona onde se origina a emergência, formarão o que chamamos de E.P.I., realizando uma primeira abordagem encaminhada para controlar a emergência.

O chefe de intervenção decidirá se é necessária a intervenção da equipa de segunda intervenção ou da equipa de primeiros socorros e comunicará ao Chefe de emergência a magnitude da emergência e a sua localização, esperando que este lhe repita a localização com fim de não existir confusões.

O chefe de emergência entrará em contacto com o centro de controlo para informar o tipo e grau de emergência, solicitando o apoio externo. Os meios externos determinarão a intervenção dos meios externos presentes ou adicionais se necessário.

Considerando que se trata de uma emergência geral (emergência de grande importância que pode afetar todas as zonas), é a equipa de segunda intervenção que poderá determinar se é necessária a evacuação de todo o edifício ou recinto, ver ponto de EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIO.

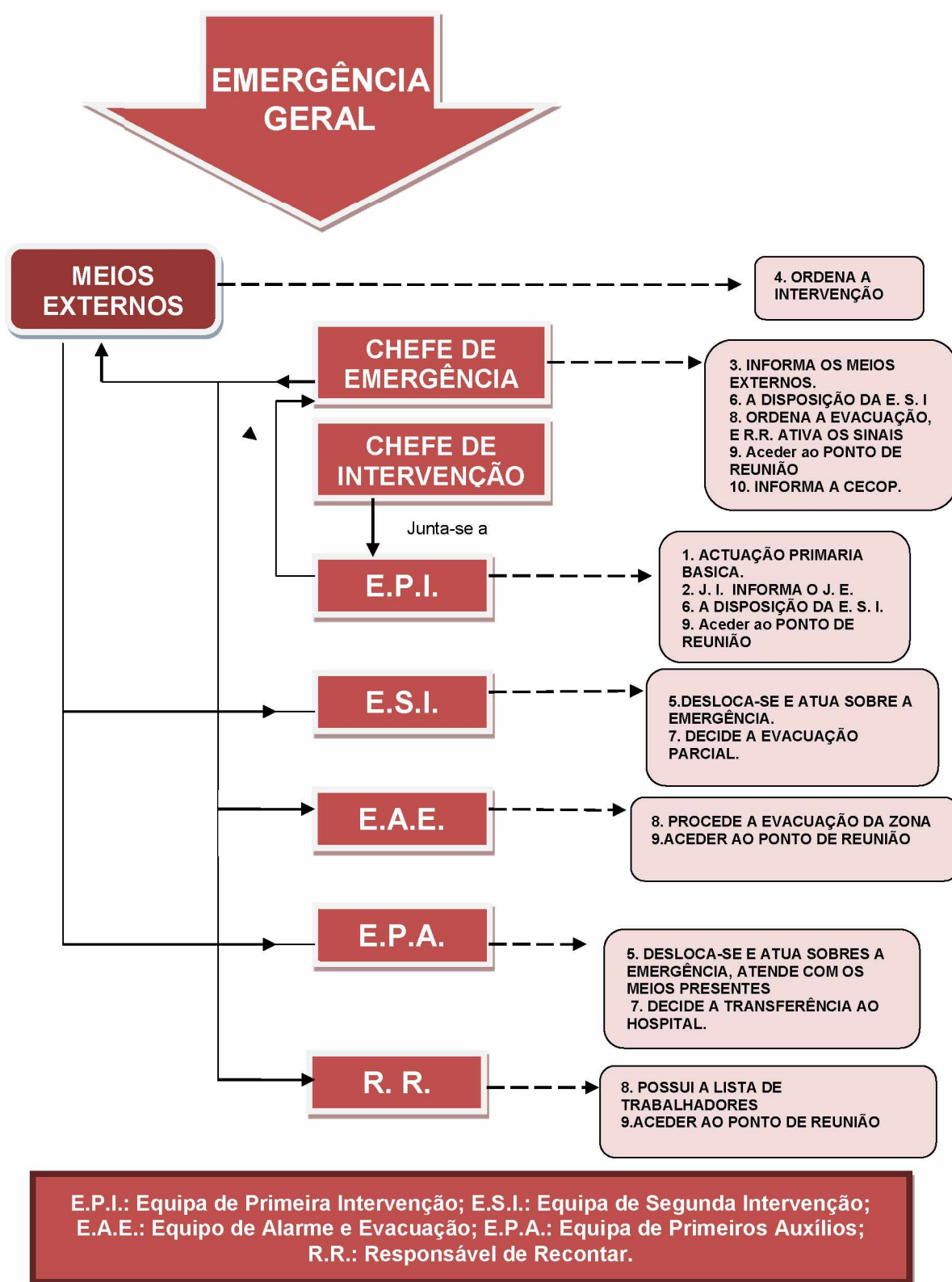
O Chefe de intervenção ou algum companheiro designado por ele, desligará as fontes de fornecimento de energia, que sejam necessárias, na zona afetada, sem por em risco a sua segurança e saúde. Também poderá decidir cessar as operações da E.P.I. se existe risco para os integrantes de esta equipa.

Todos os trabalhadores que interferem no sinistro devem ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que esta fosse, para não criar pânico.

Uma vez que acudam as ESI e as EPA a instalações, o Chefe de emergência cede o controlo da situação e procederá a informa-los da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.), se assim se requer os trabalhadores atuarão segundo as suas ordens.

Uma vez superada a emergência, o chefe de emergência ordenará a volta a normalidade, tomando as medidas preventivas necessárias, para evitar outro acontecimento de mesma natureza.

O chefe de emergência informa os meios externos quando a emergência esteja controlada e desativa o alarme aos meios externos.



Organograma 5 - Emergência Geral

7.6. - Evacuação

7.6.1. - Evacuação de uma Zona

No caso de se evacuar uma zona, a Equipa de Alarme e Evacuação da zona afetada será responsável de evacuar a zona, uma vez que o chefe de emergência consultando a equipa de segunda intervenção dê a ordem de evacuação.

O Chefe de intervenção poderá desalojar, impedir o acesso a zona afetada se for necessário.

Se deslocarão os assistentes da zona afetada para uma zona segura contígua para o qual deverão conhecer o edifício.

A deslocação dos assistentes se realizará em função das possibilidades evitando ocupar:

- Vias de evacuação
- Saídas de emergência
- Acessos a meios de proteção

Quando a situação permita e houver tempo suficiente se tentará, para além de salvar vidas, salvar os bens e equipamentos da zona.

O chefe de intervenção deverá informar o chefe de emergência das decisões tomadas.

O Chefe de Emergência comunica a cada responsável da zona de acessos, a área correspondente da existência de uma emergência, para impedir o acesso de pessoal a essa zona.

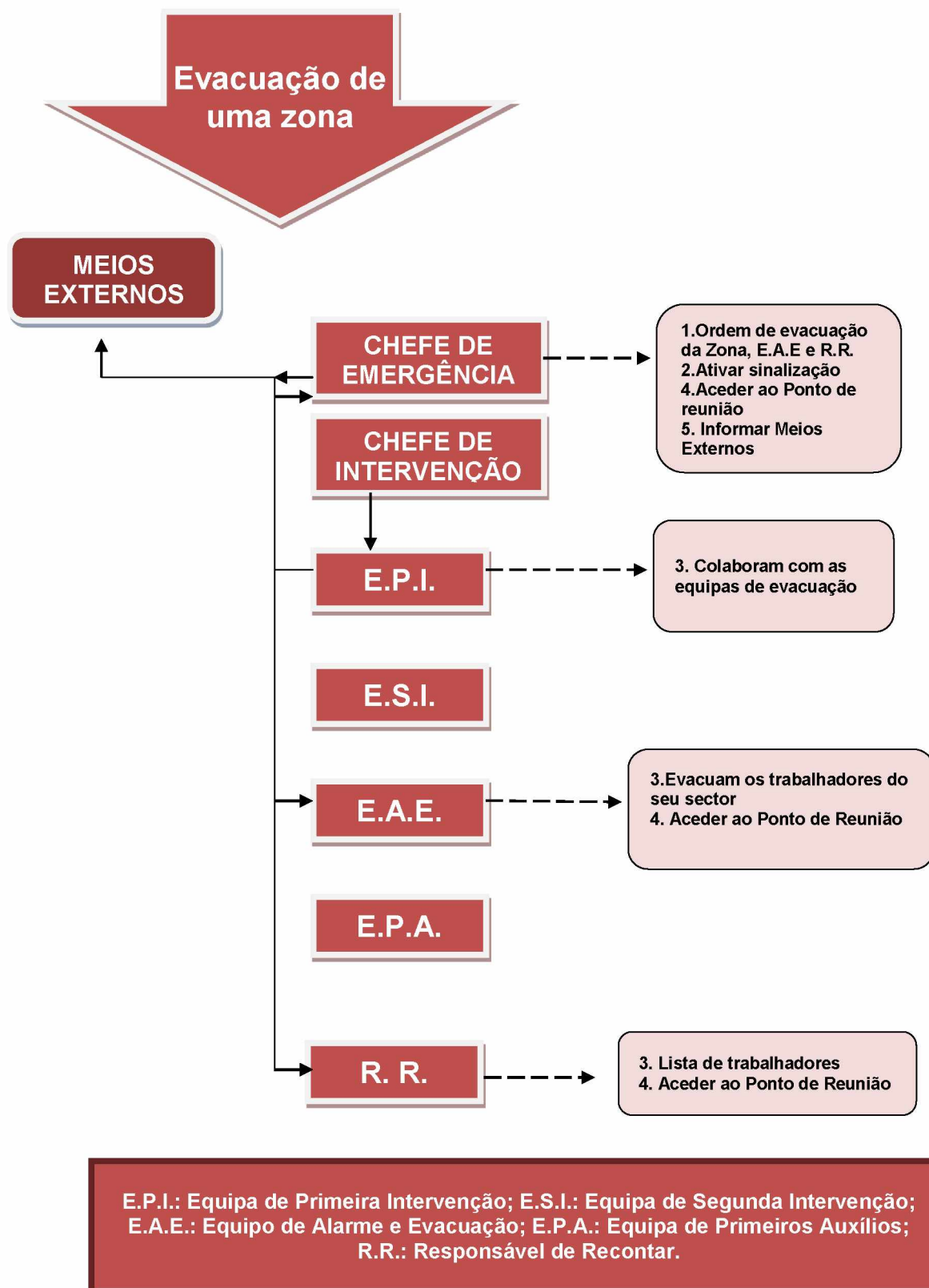
O chefe de emergência mobilizará o pessoal das áreas não afetadas, para que ajudem em tarefas de evacuação.

Dentro da zona afetada, a ordem de evacuação se fará de maneira que primeiro se evacue os trabalhadores que se desloquem por eles mesmos e depois os trabalhadores que necessitem de uma pequena ajuda.

Se não se pode controlar a emergência antes da chegada da E.S.I., o Chefe de Emergência informará da situação, estado de evacuação, acessos disponíveis, riscos, etc. e cederá o comando e controlo das operações. Todos os membros das equipas de intervenção se colocará a seu dispor, se este o requer.

Se a emergência não se controla se atuará como se indica no ponto seguinte, Evacuação do Edifício ou Recinto.

Uma vez finalizada a emergência, o Chefe de emergência informará o centro de controlo operativo. A informação será de carácter geral com os dados sobre o numero de afetados e o seu estado, cuidados que requerem, etc., nunca se divulgam os nomes dos afetados sem consentimento dos seus familiares.



Organograma 6 – Evacuação de uma Zona

7.6.2. - Evacuação de Edifício ou Recinto.

O chefe de emergência, após informação do chefe de intervenção, dará o Primeiro aviso de evacuação através do sistema de comunicação disponível.

O Primeiro aviso para evacuação, este será dado da seguinte forma:

Mensagem Primeiro Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso”.

Na zona afetada por o sinistro se atuará como se indica anteriormente, ponto 7.6.1, Evacuação de uma Zona, até que se efetue o Segundo aviso.

Os meios externos avaliam a situação e se consideram necessário avisarão os hospitais ou centros de saúde para que estejam preparados para receber feridos e enviem ambulâncias se não forem suficientes as presentes no local.

Perante a menor dúvida de controlo do incendio ou por indicação das equipas intervenientes se dará o Segundo Aviso (Evacuação Total).

O chefe de emergências dará o segundo aviso para evacuação, da seguinte forma:

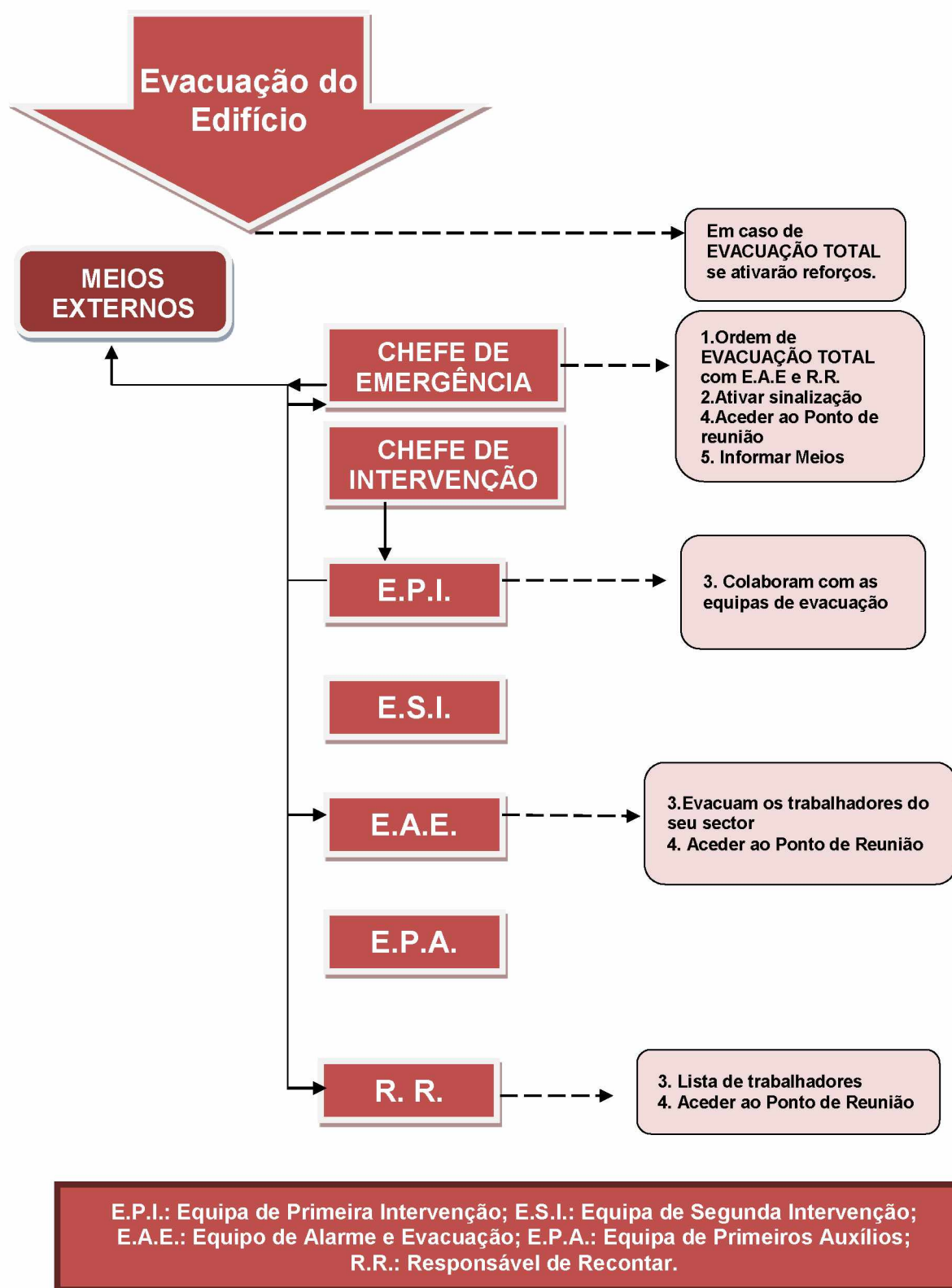
Mensagem Segundo Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total”.

Neste momento o chefe de intervenção, utilizando o sistema de comunicação existente ou o sistema auxiliar de megafonia, se dirigirá a todos os trabalhadores com a voz calma, da seguinte forma:

Mensagem ao público: “Atención por favor, se va a proceder a evacuar el recinto por comprobaciones de seguridad, diríjanse a la salidas. Por favor sigúan las instrucciones del personal de control. Gracias”.

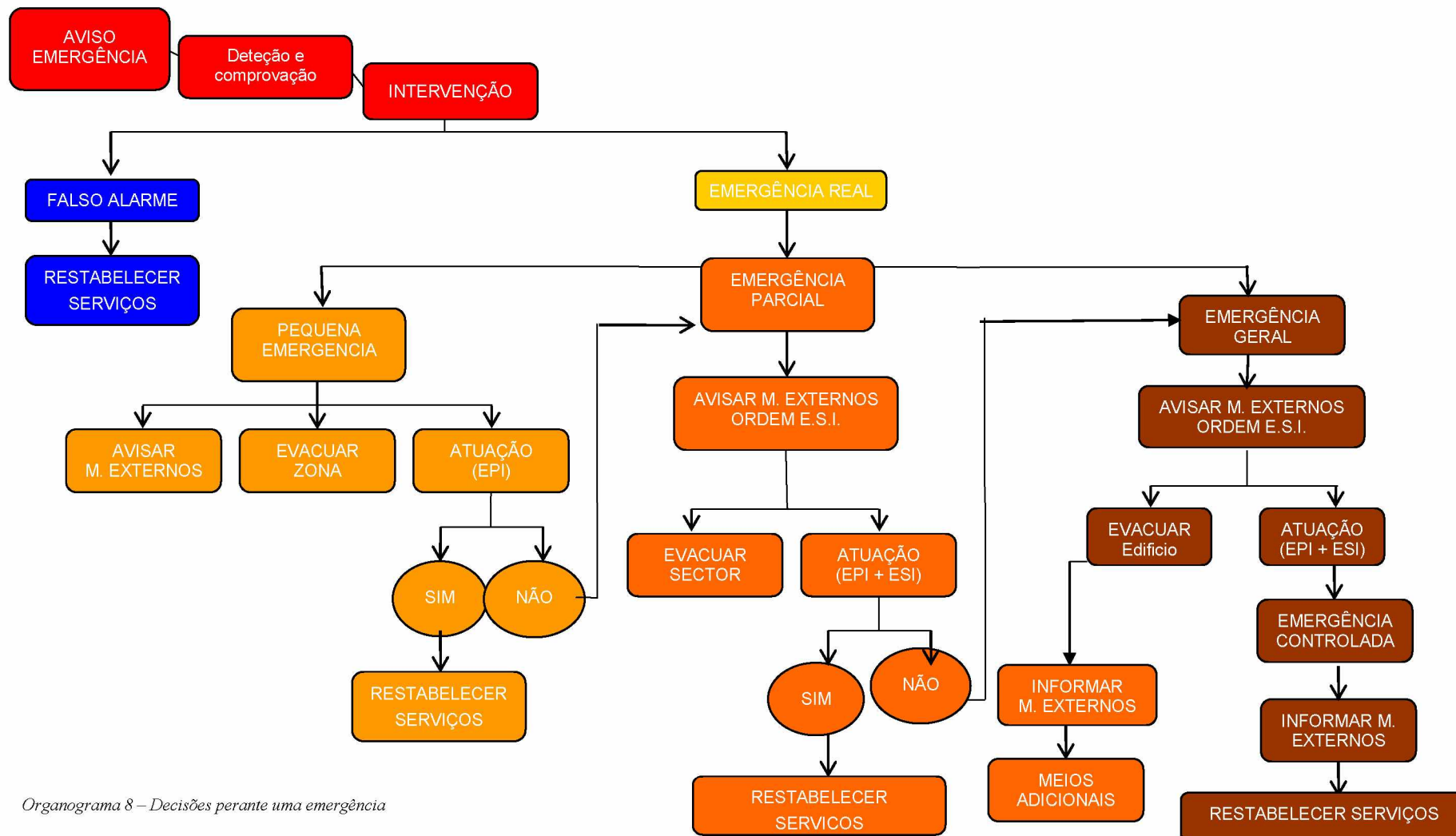
As equipas de alarme e evacuação procederão a evacuação dos ocupantes de todo o edifício para o exterior, através das saídas de emergência.

O **ponto de reunião** se define como aquele capaz de albergar de forma segura a todo o pessoal da empresa e seus assistentes. Este ponto deve ser conhecido por todos os trabalhadores da empresa e ser de fácil acesso para os veículos usados por a ajuda externa.



Organograma 7 – Evacuação do Edifício

7.7.- Diagrama de decisões perante uma emergência



Organograma 8 – Decisões perante uma emergência

7.8. - Instruções a seguir em caso de emergência.

A continuação, se apresentam as instruções que devem conhecer em caso de emergência.

Estas instruções devem facilitar as pessoas afetadas, de maneira que numa atuação imediata saibam exatamente o que fazer.

INSTRUÇÕES GERAIS A TODO O PESSOAL

SE DESCOBRE UM INCÊNDIO:

- Manter a calma e não gritar
- Avisar do incêndio ao pessoal de controlo e segurança.
- Se se incendia uma peça de roupa, não corra, deite-se no chão e rebole.

AO RECEBER A ORDEM DE EVACUAÇÃO:

- Siga exatamente as instruções do pessoal de controlo e segurança.
- Evacue rapidamente, mas sem correr.
- Se o fumo dificulta a respiração, desloque-se agachado, gateado. Se possível coloque um lenço molhado sobre a boca e nariz.
- Não retroceda, nem leve objetos volumosos.
- Dirija-se ao ponto de reunião.

OUTRAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS (AGRESÕES)

- Perante um perigo para a integridade física, não fazer frente ao agressor. Tentar tranquilizar o agressor se observa sintomas de sobreexcitação e existem pessoas em perigo.
- Não se envolva em discussões de grupo sem saída;
- Manter a pose e dignidade se enfrenta uma multidão hostil, não indignação.
- não discuta injustiças em uma reunião de massas;
- É importante evitar transmitir os seguintes sinais verbais e não verbais:

A. Verbais

- Estilos de comunicação que geram hostilidade: desinteresse, frieza, desprezo e impaciência.
- Evitar transmitir informações que não sejam reais ou propor acordos que não podem cumprir.
- Evitar o uso de ameaças, coação ou insultos.
- Evitar subtrair a importância das queixas ou críticas.

B. Não verbais

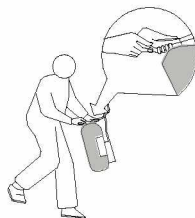
- Evitar o contato visual prolongado, porque pode interpretar como agressivo e desafiante.
- Evitar sinais que pode classificar como desafio, hostilidade, ameaça (colocar de pé em oposição frontal, indicando com o dedo, etc).
- Evitar o contato físico e ou de proximidade
- Procurar não invadir seu espaço pessoal.

Utilização de Extintores

1. Usar o Extintor adequado ao tipo de Fogo

Extintor	Aplicação Principal
Água	Combustíveis sólidos
CO ₂	Combustíveis Líquidos – Fogo com Riscos
Halon	Elétricos
Pó	Geralmente para todos os tipos de Fogo

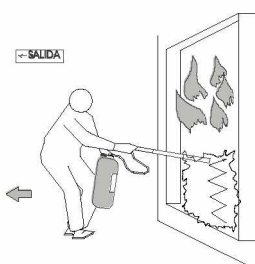
2. Retirar o Precinto de Segurança; Puxar a anilha de emergência



3. Agarrar a mangueira e pressionar a palanca de disparo; Apertar a válvula de Disparo



4. DIRIGIR O AGENTE EXTINTOR AO FOGO



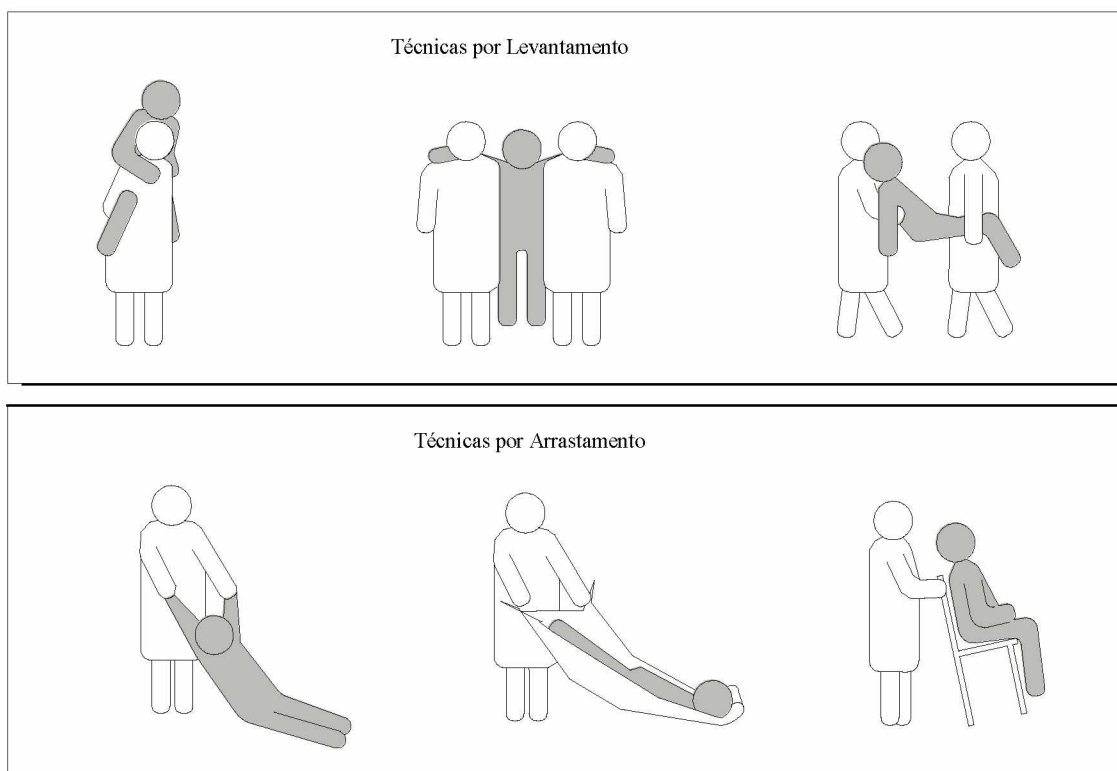
Dirigir o jato a base das chamas;
Evitar que uma pressão excessiva propague o fogo a outras zonas;
Mover a mangueira em zig-zag, varrendo a superfície incendiada;
Assegurar sempre um caminho de refugio;

5. RECARREGAR APÓS O USO

Uma vez utilizado, recarregar imediatamente e colocar no sítio



Método de transporte de doentes ou feridos



7.9 - Descrição e localização dos elementos, instalações, processos de produção, etc. que podem dar origem a uma situação de emergência ou incidir de maneira desfavorável no desenvolvimento da mesma.

7.9.1. Critérios adaptados para a avaliação dos riscos de elementos, instalações e processos de produção nas atividades que se contemplam.

A avaliação de riscos, que se desenvolveu para elaboração deste Plano de Autoproteção corresponde aos seguintes critérios:

1º. Determinar o índice de probabilidade (IP) correspondente a probabilidade que essa situação ocorra, temos como critério base estabelecido a tabela seguinte:

Índice de probabilidade (IP)	
1	Inexistente
2	Sem frequência ou menos de uma vez cada 10 anos
3	Frequência entre 1 e 10 anos
4	Cada 1 anos o menos
5	Uma o mais vezes ao ano

Tabela 16 - Índice de Probabilidade

2º. Determinar o índice de Gravidade das Consequências (IC), que pode causar esse perigo em forma de nocividade, em caso de que o risco suceda, a partir dos dados e critérios estabelecidos na seguinte tabela:

Índice de consequências (IC)	
1	Sem efeitos.
2	Pequenas perdas materiais ou do meio ambiente, sem afetados.
3	Pequenas perdas materiais ou do meio ambiente e/ou algum afetado o vítima mortal.
4	Perdas materiais ou do meio ambiente e/ou alguns afetados ou vítimas mortais.
5	Perdas materiais ou do meio ambiente e/ou numerosos afetados com possibilidade de algumas vítimas mortais.
6	Importantes perdas materiais ou do meio ambiente e/ou numerosos afetados com possibilidade de algumas vítimas mortais
7	Graves consequências com importantes perdas materiais, do meio ambiente e com múltiplos afetados e vítimas mortais.

Tabela 17 - Índice de Consequências

3º. Calcular o índice de Risco (IR), cujo valor é o resultado do produto dos índices anteriores.

Cálculo do “Índice de Risco” I.R. :

$$\text{I.R.} = \text{I.P.} \times \text{I.C.}$$

Para cada um dos riscos que possam ocorrer se vai atribuir valores de ambos os índices em função:

- Experiência de ocorrência anterior dos mesmos.
- Estimativa dos mesmos em função das características locais e da experiência sobre os mesmos noutras atividades sobre incidentes semelhantes.
- O índice de perdas correspondente aos gerados em um só incidente e não os acumulados em sucessivos incidentes da mesma natureza.

Tabela 18 - Índice de Risco

4º **Controlo de riscos:** os riscos, uma vez avaliados, serão controlados para melhorar as condições de segurança frente aos mesmos, seguindo os seguintes critérios:

Risco	¿Deve-se tomar novas ações preventivas?	¿Quando temos de realizar novas ações preventivas?
1 a 7	Não se requer ação específica.	
8 a 14	Não se necessita melhorar a ação preventiva. Deve-se considerar situações mais rentáveis ou melhoras que não tragam carga económica importante.	
15 a 21	Devem-se fazer esforços para reduzir o risco, determinando os investimentos precisos. Quando o risco esta associado a consequências extremamente prejudiciais, se deverá precisar melhor a probabilidade de que ocorra o risco para estabelecer uma ação preventiva.	Deverá fixar um período de tempo para implementar as medidas que reduzam o risco.
22 a 28	Necessidade de recursos consideráveis para controlar o risco.	Se se estão realizando trabalhos, deve tomar medidas preventivas imediatas. Não deve começar trabalhos nem as atividades, até que o risco se tenha reduzido.
28 a 35	Proibir o trabalho se não é possível reduzir o risco, inclusive com recursos limitados.	IMEDIATAMENTE: não se deve começar nem continuar o trabalho até que não se reduza o risco.

Tabela 19 - Controlo de Riscos

Este método se aplica sobre cada um dos riscos detetados, tanto em Atividades com regulamentação setorial específica, como em Atividades sem regulamentação setorial específica.

7.9.2. Atividades com regulamentação setorial específica

Avaliação de Riscos das Atividades com regulamentação setorial específica

Os riscos detetados em análise das atividades com regulamentação setorial específica.

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Incêndio	3	4	12
Explosão	2	4	8
Exposição a produtos químicos	5	2	10

Classificação dos riscos “Índice de Riesgo” (I.R.)		
Nº Ordem	Risco	I.R.
1º	Incêndio	12
2º	Exposição a produtos químicos	10
3º	Explosão	8

7.9.3. Critérios de avaliação de risco próprio da atividade e os riscos externos que podem afetar

Estabelecer a análise e valorização dos fatores das condições que influenciam o risco potencial para as pessoas e edifício, assim como de produtos tóxicos e perigosos que interferem nas atividades desenvolvidas no edifício, relacionando a sua situação, atividade, processos desenvolvidos e riscos de procedência exterior que podem afetar os mesmos.

A avaliação dos riscos (exceto a avaliação de risco intrínseco de incêndio), que consideramos na elaboração do Plano de autoproteção corresponde aos seguintes critérios.

1º. Determinar o índice de probabilidade (IP) correspondente a probabilidade que essa situação ocorra, temos como critério base estabelecido a tabela 7 .

2º. Determinar o índice de Gravidade das Consequências (IC), que pode causar esse perigo em forma de nocividade, em caso de que o risco suceda, a partir dos dados e critérios estabelecidos na tabela 8.

3º. Calcular o índice de Risco (IR), tabela 19, cujo valor é o resultado do produto dos índices anteriores.

4º Controlo de riscos: os riscos, uma vez avaliados, serão controlados para melhorar as condições de segurança frente aos mesmos, seguindo os seguintes critérios:

Risco	¿Deve-se tomar novas ações preventivas?	¿Quando temos de realizar novas ações preventivas?
1 a 7	Não se requer ação específica.	
8 a 14	Não se necessita melhorar a ação preventiva. Deve-se considerar situações mais rentáveis ou melhoras que não tragam carga económica importante.	
15 a 21	Devem-se fazer esforços para reduzir o risco, determinando os investimentos precisos. Quando o risco esta associado a consequências extremamente prejudiciais, se deverá precisar melhor a probabilidade de que ocorra o risco para estabelecer uma ação preventiva.	Deverá fixar um período de tempo para implementar as medidas que reduzam o risco.
22 a 28	Necessidade de recursos consideráveis para controlar o risco.	Se se estão realizando trabalhos, deve tomar medidas preventivas imediatas. Não deve começar trabalhos nem as atividades, até que o risco se tenha reduzido.
28 a 35	Proibir o trabalho se não é possível reduzir o risco, inclusive com recursos limitados.	IMEDIATAMENTE: não se deve começar nem continuar o trabalho até que não se reduza o risco.

Tabela 20 - Controlo de Riscos

Este método aplica-se sobre cada um dos riscos detetados (*a exceção do risco intrínseco de Incêndio*), tanto em riscos próprios ou como consequência da atividade desenvolvida, como riscos externos contemplados nos Planes de Proteção Civil.

Explosão

Descrição do tipo de Risco:

A explosão pode ser originada na empresa por diversas causas e situações, as qual se especificam:

- Incêndio
- Derrame de combustível
- Curto circuito
- Fuga de gás

Em geral trata-se de uma situação não desejada, cujas consequências podem ser importantes, tanto para bens materiais como vidas humanas.

Em relação a perigosidade, trata-se sempre de atuações e situações perigosas que têm consequências drásticas e fatais.

Avaliação do Risco

Através de dados disponíveis, as atividades desenvolvidas, as instalações, os materiais e combustíveis armazenados, etc., neste risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Explosão	3	4	12

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando acontece uma explosão, em que zona, situação, instalação ou ponto, igualmente como a natureza dos estragos causados por a mesma, mas é fácil prevenir frente a este tipo de sinistro, do mesmo modo que é fácil localizar as zonas, instalações, materiais e combustíveis que são capazes de provocar este tipo de situações.

Podemos afirmar que a prevenção é a melhor arma que se pode dispor para fazer frente a este tipo de situações, então deveremos estabelecer uma boa política preventiva, de manutenção das instalações, revisões periódicas e inspeções de segurança.

Fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes

Descrição do tipo de Risco:

A fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes pode ser originada na empresa por diversas causas e situações, as qual se especificam:

- Transporte
- Manuseamento
- Armazenamento

Em geral trata-se de uma situação não desejada, cujas consequências são importantes, tanto para bens materiais como vidas humanas, como para o meio ambiente.

A perigosidade, trata-se sempre de atuações e situações perigosas que têm consequências drásticas e fatais.

Avaliação do Risco

Através de dados disponíveis, as atividades desenvolvidas, as instalações, os materiais e combustíveis armazenados, etc., neste risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes	3	3	9

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando acontece uma fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes, as causas ou inclusive o ponto onde acontecerá, igual que a natureza dos estragos causados por a emissão de gases, partículas, produtos químicos, etc., mas é fácil prevenir frente a este tipo de sinistro, do mesmo modo que é fácil localizar as zonas, instalações, materiais e combustíveis que são capazes de provocar este tipo de situações.

Podemos afirmar que a prevenção é a melhor arma que se pode dispor para fazer frente a este tipo de situações, então deveremos estabelecer uma boa política preventiva, de manutenção das instalações, revisões periódicas e inspeções de segurança.

Fuga de produtos e/ou substâncias tóxicas

Descrição do tipo de Risco:

A fuga de produtos e/ou substâncias tóxicas é a descarga de poluentes tóxicos ao exterior, bem em forma de vapores, fumos, vertidos, etc. como consequência das atividades desenvolvidas, e que pode estar originado na empresa por diversas causas e situações, as quais se especificam:

- Derrame de produtos armazenados ou expostos para venda, como fertilizantes químicos.
- Manipulação inadequada
- Armazenamento defeituoso

Em geral trata-se de uma situação não desejada, cujas consequências são importantes, tanto para bens materiais como vidas humanas, como para o meio ambiente.

Em relação a perigosidade, trata-se sempre de atuações e situações perigosas em potencia e que podem ter consequências drásticas e fatais, incluindo com o tempo, pois mesmo que desapareça a fuga, as consequências podem permanecer no meio ambiente durante muito tempo.

Avaliação do Risco

Através de dados disponíveis, as atividades desenvolvidas, as instalações, os materiais e combustíveis armazenados, etc., neste risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Fuga de produtos e/ou substâncias tóxicas	3	3	9

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando acontece uma fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes, as causas ou inclusive o ponto onde acontecerá, igual que a natureza dos estragos causados por a emissão de gases, partículas, produtos químicos, etc., mas é fácil prevenir frente a este tipo de sinistro, do mesmo modo que é fácil localizar as zonas, instalações, materiais e combustíveis que são capazes de provocar este tipo de situações.

Podemos afirmar que a prevenção é a melhor arma que se pode dispor para fazer frente a este tipo de situações, então deveremos estabelecer uma boa política preventiva, de manutenção das instalações, revisões periódicas e inspeções de segurança.

Riscos em operações de carga/descarga de transporte de mercadorias perigosas

Descrição do tipo de Risco:

O transporte de mercadorias perigosas na carga e descarga das mesmas, como consequência das atividades desenvolvidas por a empresa, apresentam riscos que devem ser considerados.

Os produtos que podem ser causadores de estes riscos são:

- Produtos fitofarmacêuticos
- Combustíveis
- Produtos químicos

Em geral, se trata de potenciais agressões não desejadas tanto a bens materiais como a pessoas e inclusive ao meio ambiente, cujas consequências podem ser importantes.

Em relação a perigosidade, trata-se sempre de atuações e situações perigosas em potencia e que podem ter consequências drásticas e fatais, incluindo com o tempo, pois mesmo que desapareça a fuga, as consequências podem permanecer no meio ambiente durante muito tempo.

Avaliação do Risco

Através de dados disponíveis, as atividades desenvolvidas, as instalações, os materiais e combustíveis armazenados, etc., neste risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Operações de carga/descarga de transporte de mercadorias perigosas	3	2	6

I.P. Índice de Probabilidade

I.C. Índice de Consequências

I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Em geral, o risco das operações de carga/descarga de materiais e combustíveis por meio de transporte, ocorre de um possível acidente nas operações de carga, descarga e/ou manutenção e revisão de equipamentos, podendo também ser por sabotagem e em consequência produzir-se emissão de gases, fuga, incêndio ou explosão, existindo um potencial perigo relacionado com o produto transportado e afetando com maior ou menor intensidade em função do ponto onde se situe o acidente.

Não se analisa neste Plano de Autoproteção as atuações para fazer frente ao transporte de qualquer mercadoria perigosa (líquido ou gás) por estrada ou caminho de ferro, mas sim ao risco de qualquer meio de transporte de mercadorias perigosas possa ter nos locais e dependências da empresa, um sinistro, acidente que afete a atividade desenvolvida.

Falha de fornecimento de energia elétrica

Descrição do tipo de Risco:

O falho de fornecimento elétrico pode ser um risco para a empresa, devido a natureza das atividades desenvolvidas por a mesma, e que pode ser originado por:

- Deficiência na ligação
- Excesso de carga numa tomada
- Mau uso dos equipamentos elétricos
- Falta de manutenção

Em geral, se trata de uma situação, cujas consequências podem ser importantes, desde dos pontos de vista:

- A atividade desenvolvida: interromper a atividade desenvolvida pode assumir um risco, pondo em perigo os equipamentos ou instalações, bem como para o pessoal.
- Situação de pânico ocasionada: pode trazer consequências graves durante as operações de evacuação, se a situação de pânico ocorrer na ausência de energia elétrica.

Em relação a perigosidade, trata-se sempre de atuações e situações perigosas em potencia e que podem ter consequências drásticas e fatais, incluindo com o tempo, pois mesmo que desapareça a fuga, as consequências podem permanecer no meio ambiente durante muito tempo.

Avaliação do Risco

Através de dados disponíveis, as atividades desenvolvidas, as instalações, os materiais e combustíveis armazenados, etc., neste risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Falha de fornecimento de energia elétrica	4	2	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco (IR = IP x IC)

É difícil prever quando acontecerá uma falha de energia, ou prever a natureza dos estragos causados, mas é fácil de prevenir este tipo de sinistros.

Podemos afirmar que a prevenção é a melhor arma que se pode dispor para fazer frente a este tipo de situações, então deveremos estabelecer uma boa política preventiva, de manutenção das instalações, revisões periódicas e inspeções de segurança.

7.9.4. Riscos consequência da atividade desenvolvida

Acidente de trabalho

Descrição do tipo de Risco:

O acidente laboral deve ser identificado como um fracasso da prevenção de riscos. Estes fracassos podem ser devido a múltiplas causas, entre as que se destacam as difíceis ou nulo controlo, por estar influenciadas de maneira importante por o fator humano.

Uma classificação dos mesmos, é:

- A) Acidente sem baixa laboral.
- B) Acidente com baixa laboral.
- C) Acidente grave, muito grave o mortal.

Avaliação do Risco

É difícil determinar num conjunto o Risco que se supõe num conjunto as atividade desenvolvidas por a empresa, no entanto, com base em dados estatísticos e na natureza das consequências dos acidentes, podemos aproximadamente e em conjunto avaliar a situação preventiva em matéria de segurança e saúde da empresa, contemplados na Lei 31/1995 :

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Acidente de trabalho	4	3	12

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Roubo

Descrição do tipo de Risco:

Os roubos diretos em horário de trabalho, se realizam como objetivo de roubar principalmente dinheiro ou joias.

O obtido durante o roubo deve ser ligeiro, para que não impossibilite uma fuga fácil.

A avaliação do risco de Roubo, se efetua a partir de um parâmetro fundamental:

Atividade desenvolvida na empresa: como geralmente é associado a este tipo de crime a obtenção de dinheiro em efetivo, de acordo com o perfil da empresa ou pela atividade desenvolvida por a mesma faz com que se manipule mais ou menos quantidades de dinheiro, pelo que atraí em certa medida a realização deste tipo de crime.

“Respeito ao perigoso”, dizemos que se trata sempre de atuações com a elevada carga emocional, grande tensão psicológica e psíquica de possíveis sequelas, mas que muitas vezes não vai associado a crimes de sangue.

No entanto, devesse ter em mente que a resistência da vítima contra a atitude do ladrão é importante em determinar as consequências finais do evento.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis atualmente para a atividade desenvolvida, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Roubo	3	3	9

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando irá ocorrer um roubo, mas podemos dizer que o índice de criminalidade vai aumento, bem como a proliferação de bandas organizado, o que faz com que se as características da atividade desenvolvida são atrativas para este tipo de infrações, a situação vai também aumentando.

Aviso de Bomba

Descrição do tipo de Risco:

Os avisos de bomba, se realizam com o objetivo de alterar o normal funcionamento das atividades e interferir nos processos de trabalho, para além de causares estragos e consequências para os trabalhadores e visitantes da empresa.

A avaliação do risco de aviso de bomba, se efetua a partir dos seguintes parâmetros:

- Detecção do aviso procedente de terrorismo: nesta situação, deve tomar as atuações e possíveis consequências como graves ou muito graves, pois provavelmente estará associada a detonação do produto explosivo associado. Para determinar a extensão do risco, deverá estar sempre presente a escala dos últimos atos terroristas, desde o grau de intensidade e o alcance da explosão, muitas vezes este risco é influenciado pela situação política e social do momento.
- Detecção do aviso por pessoa ou grupo inconformado (como atitude de resposta contra a empresa, ou serviço fornecido, ou atuação profissional, etc.) nesta situação normalmente sempre se trata de um falso alarme, mas nunca se deverá menosprezar, não costuma estar associada a detonação do explosivo, pois normalmente não existe.

Em relação magnitude da perigosidade, dizemos que se trata de desastres localizados em zona ou setores do imóvel, com uma duração instantânea e uma onda expansiva reduzida com velocidade muito elevada, mas controlada na zona de ocorrência.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis atualmente para a atividade desenvolvida, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Aviso de Bomba	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando vai suceder um aviso bomba, mas podemos afirmar que o risco aumenta com as características da atividade desenvolvida e com a situação social do momento.

Acontecimentos de comportamento anti-social

Descrição do tipo de Risco:

Qualquer situação de risco (incêndio, roubo, ameaça, discussão, explosão, aviso de bomba, sabotagem, etc.) podem ser provocadas de modo intencionado por determinados indivíduos de comportamentos anti-sociais e condutas agressivas.

Normalmente este tipo de acontecimentos, além de causar problemas diretos aos afetados, tem associado uma evacuação descontrolada da empresa (sobretudo dos visitantes) que no momento do acontecimento ocupam o local.

A perigosidade destas atuações e situações são localizadas em determinadas pessoas e pontos, o que têm como consequências drásticas e fatais para os implicados.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis atualmente para a atividade desenvolvida, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Comportamentos anti-sociais	3	2	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

É difícil prever quando acontecerá um comportamento anti-social, ou prever a natureza dos do mesmo, mas é fácil de prevenir este tipo de sinistros contratando serviços de vigilância ou dispendo de um circuito de vigilância.

Podemos afirmar que a prevenção é a melhor arma que se pode dispor para fazer frente a este tipo de situações, então deveremos estabelecer uma boa política preventiva, de manutenção das instalações, revisões periódicas e inspeções de segurança.

7.9.5. Riscos externos contemplados por a Proteção Civil e atividades de risco próximas

Riscos Naturais - Movimentos Sísmicos

“El riesgo sísmico es motivo de una Planificación especial de acuerdo a la Directriz Básica de Planificación de Protección Civil ante el Riesgo Sísmico (Resolución de 5 de mayo de 1995)”

Descrição do tipo de Risco:

Os sismos se definem como sacudidas repetidas do terreno produzidas por a passagem de ondas estáticas irradiadas de uma origem determinada da crosta ou manto superior da Terra.

A avaliação do tamanho do sismo se determina a partir de dois parâmetros fundamentais:

- A sua magnitude, medida instrumental em termos absolutos e dependente da energia sísmica libertada.
- A sua intensidade (que está relacionada com os efeitos provocados por o sismo) medida de diferentes escalas, mas a mais utilizada é MSK, com doze graus diferentes de intensidade máxima.

Com respeito a perigosidade, trata-se de um desastre intensivo por excelência, uma vez que a sua frequência de ocorrência é muito rara (no que se refere a grandes terremotos), a sua duração é muito curta, a sua extensão espacial reduzida, a velocidade de implantação muito rápida, a sua dispersão espacial concentrada e o seu espaço temporal é muito aleatório.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Movimentos Sísmicos	2	4	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

O estado atual da sismologia ainda não permite prever quando acontece um terremoto destruidor, mas sim afirma que seguirão acontecendo.

Riscos Naturais - Riscos geológicos

Descrição do tipo de Risco:

Esta tipologia, inclui os riscos que ocorrem na crosta terrestre, embora, pela natureza dos mesmos a intervenção humana é muito relevante. É um desastre bastante intenso, mas sem atingir as extremidades dos movimentos sísmicos e que obviamente podem afetar a atividade.

Destaques:

- **Os movimentos de encostas:** se trata de um processo em que os materiais da crosta terrestre, afetados por processos de alteração, se movimentam por ação da gravidade.

Os principais fenómenos associados a instabilidade das Encostas são:

Deslizamentos: movimentos gravitacionais de rocha ou solo que deslizam sobre uma ou várias superfícies de rutura ao superar a resistência ao corte desses planos.

Desprendimentos de terra: são blocos caídos de material de uma encosta, que tendem a ter um impacto notável sobre vias de comunicação, com a possibilidade de acidentes e cortes de trânsito motivados pela obstrução ou deslizamentos de terra.

- **Solos expansivos:** este tipo de risco ocorre em solos compostos de certos materiais, tais como argilas e siltes argilosos. Estes experimentam um aumento significativo no volume quando aumenta o seu índice de humidade e uma redução no tempo de secagem.
- O aumento de volume por hidratação e as rachaduras por retração em tempos de seca produzem a instabilidade do terreno e o assentamento diferencial das estruturas dos edifícios, causando a rutura das tubagens, drenos, aterros. Em relação ao perigo é um risco de alta frequência, curta duração, pequena extensão espacial, velocidade de execução lenta (este é um risco que pode ser facilmente controlado).
- **A erosão:** Este tipo de risco ocorre em solos que são desertificáveis. A desertificação

experimenta mudanças nas condições climáticas. O vento e a chuva arrastaram as camadas superiores do terreno e os materiais mais leves, acelerando a erosão do solo e concentração de lodos e outros materiais arrastados que podem causar várias situações de emergência.

A perigosidade, dizemos que se trata de desastres intensivos, dado que a sua frequência e ocorrência é muito rara, a sua duração curta, a extensão espacial reduzida, a sua velocidade de implementação muito rápida, a dispersão espacial concentrada e o seu espaçamento temporal totalmente aleatório.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Riscos geológicos	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Não existe sistemas precisos para a periodicidade de este tipo de acontecimento, sendo solo as atuações de carater estrutural (contenções, ...) assim como a planificação do uso dos solos, são as medidas mais adequadas para mitigar os impactos face ao futuro.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos - Trovoadas e Inundações

“El riesgo de inundaciones es motivo de planificación especial, según Resolución de 31 de enero de 1995, por la que se publica el Acuerdo del Consejo de Ministros que aprueba la Directriz Básica de Planificación de Protección Civil ante el Riesgo de Inundaciones.”

Descrição do tipo de Risco:

O risco de inundação se caracteriza por a participação simultânea de fenómenos de ordem geológicos e meteorológicos, habitualmente é um fenómeno meteorológico.

O risco de inundação se caracteriza por a participação simultânea de fenómenos de ordem geológica e meteorológica, mas não chega a originar-se se a litosfera não contribuir.

Pode afetar a atividade desenvolvida de maneira importante.

O risco de inundação ocorre devido a convergência de vários fatores, como:

- A irregularidade intra-anual das precipitações.
- A especial configuração da rede hidrográfica.
- O desmatamento atópico de bosques, que favorece a erosão dos terrenos.
- A insuficiência de canalizações dos barrancos ou rede de esgotos em momentos pontuais, que provocam inundações em determinadas zonas do município.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Trovoadas e inundações	3	3	9

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

As trovoadas podem provocar trombas de água e inundações de caráter local. Quando as trovoadas são localizadas acima do nível da água, é necessário estar atentos a subida dos rios, barrancos, para além das próprias condições climáticas do entorno.

A Proteção Civil colabora com o Instituto Nacional de Meteorologia, compromete-se a informar, através dos meios de comunicação, os fenómenos meteorológicos que podem dar origem a este risco.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos - Raios e trovoadas elétricas

Descrição do tipo de Risco:

O raio, é uma descarga elétrica entre uma nuvem e a terra, enquanto que o relâmpago é uma descarga produzida no interior da nuvem.

Ambos são produzidos nos cúmulo-nimbo, a zona intermedia da troposfera, por a distribuição de carga na nuvem, libertando uma carga elétrica negativa em direção a terra.

O raio segue sempre um caminho tortuoso até ao solo, procurando sempre a mesma resistência.

Quando o potencial elétrico entre a nuvem e o solo atinge um determinado valor, cerca de 10.000 v, ar deixa de agir como isolamento e começa a fazê-lo como condutor, sendo então atravessado, durante uma fração de segundos, um enorme choque elétrico de aproximadamente 20.000 que pode atingir valores de até 200.000 A.

A enorme quantidade de energia que libera um raio faz com que os maiores efeitos sejam os incêndios e as electrocuções devido a impactos diretos. Mas não são menos importantes os efeitos em equipamentos elétricos e eletrônicos ligados à rede elétrica.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Raios	4	2	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

- Os efeitos diretos de um raio são a destruição física causada por o impacto e resultar um incendio. Quando o impacto direto atinge uma instalação onde há materiais combustíveis, podem estar expostos ao raio, ao canal do raio e ao efeito de aquecimento do raio, produzindo-se importantes incêndios.
- Quando cai um raio numa instalação sempre procurará o caminho à terra de mais baixo impedimento e por ele circulará até atingir a terra. Se o condutor tem algum

equipamento elétrico conectado a eletricidade e este atravessa a corrente, provavelmente será destruído. A queda direta de um raio é a mais devastadora e a mais improvável.

A Proteção Civil colabora com o Instituto Nacional de Meteorologia, compromete-se a informar, através dos meios de comunicação, os fenómenos meteorológicos que podem dar origem a este risco.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos - Nevão

Descrição do tipo de Risco:

Se trata de riscos relacionados com fenómenos atmosféricos e comportamentos extremo do clima, os quais podem causar situações de emergência.

A informação de precipitação, temperaturas, humidade, etc., recolhe-se através das estações climatológicas, processando e submetendo tratamento estatístico dos Centros Meteorológicos. O Instituto Nacional de Meteorologia tem estabelecida uma densa rede de estações climatológicas nas que se obtém dados diretos de precipitações, temperaturas, máximas e mínimas e informação referente a insolação, nebulosidade, velocidade do vento, humidade relativa, etc., em tempo real.

A neve é ocasionada por precipitações contínuas de neve que se acumula em capas ocasionando a incomunicação.

As nevadas produzem-se nas épocas de Outono e Inverno, épocas em que certas zonas costumam formar-se grandes trovoadas nas condições de frio e humidade do ambiente processo habitual para a formação de neve.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Nevão	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco (IR = IP x IC)

A origem dos nevões é devido a trovoadas de carácter local, razão pela qual é necessário permanecer atento durante determinados períodos do inverno atento as condições climatológicas adversas que podem dar lugar a queda de neve abastosa, e que podem afetar as atividades desenvolvidas.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos – Geadas e/ou baixas temperaturas

Descrição do tipo de Risco:

Se considerada a ocorrência de geada quando a temperatura do ar, registado meteorologicamente (ou seja, a 1,50 metros sobre o nível do solo), é de 0°C. Existem diferentes tipos de geada. De acordo com sua origem são classificados em:

Geada de advecção ou de vento frio: está presente em uma região quando este é "invadido" por uma massa de fria de ar cuja temperatura é inferior a 0°C. Este tipo de geada é caracterizado pela presença de ventos com velocidades iguais ou superiores a 15 km/h e o gradiente de temperatura (variação da temperatura com a altura) é negativo, sem inversão. As áreas afetadas são extensas e a agitação não influencia na temperatura, que experimentam variações com o tempo de marcha. As plantas são congeladas por contato.

Geada de radiação: ocorre por o arrefecimento das camadas baixas da atmosfera e os corpos que nelas se encontram devido à perda de calor terrestre por irradiação durante a noite. Produz-se uma estratificação do ar onde as camadas mais baixas são mais frias e as camadas mais altas são mais quentes (inversão térmica). Este tipo de geada ocorre em condições de vento calmo ou fraco, uma vez que a ausência de vento impede mistura estas camadas, e também, com céu sem nuvens, que permite uma maior perda de calor da superfície da terra. Perda de calor é maior quando as noites começam a ficar mais compridas e o teor de humidade do ar é menor. Nos solos cobertos de vegetação e no fundo dos vales é mais provável que ocorram este tipo de geadas. No caso da cobertura vegetal, este atua como um isolador entre o solo e a atmosfera, evitando que o calor do solo transmita rapidamente ao ar. Também reduz acumulação de calor no solo evitando a entrada de radiação solar. O relevo do solo, devido aos vários acidentes, determina a intensidade e a direção do fluxo da noite do ar frio. Se o solo tem inclinação, o ar frio (mais denso) procurará níveis inferiores, onde se estacionará. É por isso que o fundo dos vales é um local propício para a formação de geadas.

Geada de evaporação: devido a evaporação da água líquida da superfície da planta. Normalmente ocorrem quando, devido à diminuição da humidade atmosférica, o orvalho formado nas plantas se evapora. A transição da água líquida para o estado gasoso

necessita de calor. Esse calor provoca na planta como consequência o seu arrefecimento.

Geadas mistas: se denomina de este modo a aquelas geadas que se produzem simultaneamente por uma descida de ar frio e a perda de calor do solo por irradiação.

As geadas também podem ser classificadas por os efeitos visuais:

Geadas brancas: produz-se quando a temperatura desce abaixo dos 0°C e se forma gelo na superfície das plantas. Este tipo de geada ocorre com massas de ar húmidas. Além disso, o vento calmo e o céu limpo favorecem sua formação.

Geadas negras: acontece com a descida da temperatura abaixo dos 0°C mas não é acompanhada pela formação de gelo. Sua designação de geada negra aparece por a cor que adquirem certos órgãos vegetais devido à destruição causada pelo frio. Este tipo de geada ocorre quando a massa de ar é seca. Céu coberto ou parcialmente coberto ou a turbulência nas camadas baixas da atmosfera favorece a formação deste tipo de congelamento.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Geadas e/ou baixas temperaturas	4	2	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco (IR = IP x IC)

A origem da geada pode ser prevista com antecedência, motivo por que é necessário permanecer durante certos períodos de inverno de alerta as condições climáticas adversas condições no município que pode dar origem a forte queda de neve e que podem afetar as atividades desenvolvidas.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos – Granizo

Descrição do tipo de Risco:

Se trata de riscos relacionados com fenómenos atmosféricos e comportamentos extremo do clima, os quais podem causar situações de emergência.

A informação de precipitação, temperaturas, humidade, etc., recolhe-se através das estações climatológicas, processando e submetendo tratamento estatístico dos Centros Meteorológicos. O Instituto Nacional de Meteorologia tem estabelecida uma densa rede de estações climatológicas nas que se obtém dados diretos de precipitações, temperaturas, máximas e mínimas e informação referente a insolação, nebulosidade, velocidade do vento, humidade relativa, etc., em tempo real.

O Granizo é um tipo especial de precipitação sólida de grãos de gelo em forma arredondada ou bolas cujo diâmetro pode variar entre 5 e 50 mm, embora às vezes eles podem ser ainda maiores. Se trata de um desastre predominantemente intensivo, embora com pouco impactos relevantes, exceto para o sector agrícola, que tende a gerar danos importantes. As granizadas tendem a produzir em épocas de primavera e verão, em certas áreas com tendências para gerar grandes tempestades que contém enormes torres de cúmulo-nimbo em que o processo de formação de granizo é usual.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Granizo	4	2	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

O granizo como a chuva, é provocado por grandes tempestades que produzem descargas passageiras e que podem afetar pontualmente a determinadas zonas provocando estragos diversos, em função da atividade da trovoadas e da zona que aconteça.

Riscos Naturais - Riscos meteorológicos ou climáticos – Ventos fortes

Descrição do tipo de Risco:

Se trata de riscos relacionados com fenómenos atmosféricos e comportamentos extremo do clima, os quais podem causar situações de emergência.

A informação de precipitação, temperaturas, humidade, etc., recolhe-se através das estações climatológicas, processando e submetendo tratamento estatístico dos Centros Meteorológicos. O Instituto Nacional de Meteorologia tem estabelecida uma densa rede de estações climatológicas nas que se obtém dados diretos de precipitações, temperaturas, máximas e mínimas e informação referente a insolação, nebulosidade, velocidade do vento, humidade relativa, etc., em tempo real.

Os ventos violentos são aqueles que superam os 60 Km/h e podem gerar, por tanto, prejuízos ao homem e as suas atividades económicas. Estes ventos se produzem com situações de forte gradiente barométrico e normalmente associados a perturbações atmosféricas muito intensas. Podem chegar a gerar impactos severos, causados inclusive vítimas humanas como consequências de acidentes e destroços em edificações e nas instalações.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Ventos fortes	4	2	8

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Em qualquer dos casos o mais frequente é que se limitam a produzir alguns estragos no mobiliário urbano (postes de iluminação, postes publicitários, etc.), elementos construtivos e decorativos de edifícios inclusive do imóvel objeto deste plano de Autoproteção (toldos, cobertas, etc.) e vegetação ornamental. Em relação a perigosidade se trata de um desastre caracterizado por baixa frequência, curta duração, extensão espacial reduzida, velocidade de implementação rápida, depressão espacial e espaçamento aleatório.

Normalmente são previsíveis e costumam vir acompanhados por trovoadas, por o que neste caso haverá que extremar precauções e proteger instalações ou elementos que podem ser afetados.

Riscos Tecnológicos - Riscos provocados por as indústrias em geral

Descrição do tipo de Risco:

O aumento de atividades industriais nos arredores deste imóvel objeto do plano de autoproteção, introduziu um aumento progressivo na movimentação de mercadorias e precisa considerar critérios de planeamento territorial. Por isso o “*Ayuntamiento*” (a Câmara Municipal) procedeu a incluir os novos polígonos industriais nos “*Planes Generales de Ordenación*”, tentando com isso o delimitar os riscos em sectores determinados, localizados e afastados da população.

Essas atividades industriais têm acoplado um volume de circulação de mercadorias e substâncias apresentando um perfil de risco qualitativo semelhante às indústrias geradoras ou recetoras, e afetando não as áreas claramente delimitadas, mas também as rotas de trânsito e as atividades desenvolvidas nas proximidades destas rotas, como é o nosso caso, que gera o risco do transporte de mercadorias perigosas.

Igualmente aparecem os riscos relacionados com os temas ambientais neste sentido são sinalizados, as descargas de resíduos e os depósitos de segurança de resíduos.

Os riscos tecnológicos apresentam certas diferenças em respeito aos naturais:

- A causa principal da catástrofe é um falho humano, sem desprezar as causas naturais e as externas a atividade.
- Podemos modificar a vulnerabilidade dos estragos com três medidas:
 - ✓ a implementação de sistemas de emergência e alerta para casos de catástrofe;
 - ✓ a educação e preparação dos trabalhadores para este tipo de acontecimentos;
 - ✓ a Planificação territorial;

A grande diversidade destas atividades industriais dificulta fixar uns critérios genéricos de perigo, mas há atividades que requerem especial atenção:

- Industrias que tratam com substancias químicas, de natureza perigosa.
- Industrias relacionadas com atividades agroalimentares, energéticas e a manufatura e transformação de metal, madeira ou papel.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Riscos provocados por as industrias em geral	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Segundo a diversa natureza dos sinistros, se analisaram os produtos perigosos e as possíveis consequências que podem derivar do risco em cada localização, especialmente referente a bens e pessoas. Existem também atividades industriais que geram um maior risco, e que são basicamente as derivadas do armazenamento e distribuição de produtos inflamáveis, combustíveis tóxicos (hidrocarbonetos, gases liquefeitos de petróleo, fertilizantes nitrogenados, etc.).

Riscos Tecnológicos - Riscos e instalações singulares - Gasolineiras

Descrição do tipo de Risco:

Neste ponto, estudamos as potenciais atividades de Alto Risco, que por falhos no seu funcionamento ou consequência da incidência sobre elas de fatores externos podem produzir situações de risco com consequências catastróficas para a nossa empresa em estudo.

O risco intrínseco das estações de Serviço seria por explosão dos combustíveis armazenados, dos veículos que fornecem esses combustíveis e inclusive por os veículos dos usuários das instalações.

Avaliação do Risco

Por os dados disponíveis, este risco se considera:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Gasolineiras próximas	3	4	12

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Normalmente qualquer incidente que se possa produzir neste tipo de instalações resulta de um erro humano de manipulação ou imprudência ou por algum acidente ou intencionalidade em forma de atentado. Como consequência em caso de explosão ou incêndio seriam afetadas, além das pessoas e bens no local, infraestruturas e vias importantes, assim como as infraestruturas da atividade objeto deste Plano de Autoproteção.

Riscos Antrópicos - Incêndios populacionais

Descrição do tipo de Risco:

Define-se incendio populacional como:

"O que se origina por desenvolvimento normal da vida e atividades da população propriamente dita e que está intimamente ligado ao marco donde se desenvolve".

("El que se origina por el desarrollo normal de la vida y actividades de la población propriamente dicha y que está íntimamente ligado al marco donde se desarrolla".)

O risco populacional de incêndio compreende os sinistros ocorridos nas seguintes tipologias de edifícios, classificados segundo a NBE-CPI 96 y/o el “Código Técnico de la Edificación y su Documento Básico SI”:

- Uso Residencial Vivenda
- Uso Residencial público
- Uso Administrativo
- Uso Sanitário
- Uso Docente
- Uso Comercial
- Uso Garagem e estacionamento

Em qualquer dos casos, todas as atividades desenvolvidas em qualquer dos Usos, deveriam dispor do seu próprio Plano de autoproteção.

Avaliação de risco:

Este risco se considera que afeta em certa medida a atividade desenvolvida objeto de este Plano de autoproteção:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Incêndio populacional	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Para avaliar o risco de um incêndio populacional (de algum edifício ao lado deste) e a magnitude das consequências, estima-se que é proporcional ao número real de pessoas existentes no imóvel e para a densidade da população.

Em geral os incêndios populacionais são incidentes isolados, mas cada vez mais frequentes, com consequências mais ou menos graves, com ou sem vítimas, mas que não afetam massivamente grande número de pessoas, embora pode afetar as atividades.

Convém ter presente que se agravam os efeitos dos incêndios urbanos por a configuração da zona histórica, com edifícios antigos, ruas estreitas, estacionamento incorretos que impedem o acesso de veículos dos bombeiros, para além de uma escassa rede de hidrantes e bocas de incêndio, por o que estas circunstâncias devem ser consideradas.

Riscos Antrópicos – Desmoronamento de edifícios

Descrição do tipo de Risco:

Devido ao mau estado da zona histórica o núcleo principal da povoação, mas raramente, ocorrem principalmente desprendimentos de telhados, varandas que podem ocasionar estragos de alguma importância, sobre tudo nas operações de carga e descarga, abastecimento de mercadorias e acessos as atividades. Isto significa que existe um potencial risco para os moradores, os edifícios próximos, as pessoas que circulam nas ruas, os veículos estacionados e logicamente os trabalhadores da zona.

Avaliação de risco:

Este risco se considera que afeta em certa medida a atividade desenvolvida objeto de este Plano de autoproteção:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Desmoronamento de edifícios	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Embora cada caso isolado não representa um acidente que pode resultar em situações de emergência, esta situação pode ocorrer em momentos específicos de entrada/saída ou no carregamento e descarregamento de mercadoria, bem como por a presença na rua uma grande quantidade de tráfego ou pessoas pode se precipitar sobre eles uma fachada, cornija ou telhas de um prédio em mau estado , pelo que provocaria o pânico geral e lesões importante para um grande número de pessoas, o que seria uma situação de emergência.

Riscos Antrópicos - Acidentes de tráfego terrestre, ferroviário e/ou aéreo

Descrição do tipo de Risco:

Consideramos acidentes de trânsito tanto nas estradas próximas, como ferrovias próximas e o tráfego aéreo por a zona. Considerando que perto desta atividade, existem várias formas de comunicação pelo rodoviário, ferroviário e espaços aéreos, tornam necessário incluir o risco de acidentes deve ser incluída neste plano de autoproteção.

Da mesma forma que os incêndios, acidentes de trânsito, não implica uma emergência se acontece isoladamente, mas se os acidentes forem com veículos de transporte de mercadorias perigosas, ou queda de uma aeronave, se podem gerar uma emergência suscetível de ativar o plano de autoproteção, pois seriam necessários meios extraordinários para normalizar a situação.

Avaliação de risco:

Este risco se considera que afeta em certa medida a atividade desenvolvida objeto de este Plano de autoproteção:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Acidentes de tráfego	3	3	9

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Como mencionado anteriormente, um acidente de trânsito no qual envolveu um veículo de transporte de mercadorias perigosas, ou a queda de uma aeronave, pode causar uma situação de emergência suscetível de ativar o Plano de Emergência e Autoproteção, com consequências graves, especialmente em relação a bens e pessoas, afetando em maior ou menor medida as atividades desenvolvidas na empresa.

Riscos Antrópicos - Contaminação

Descrição do tipo de Risco:

A contaminação pode afetar as pessoas em função:

- Das causas.
- Da forma de transmissão
- Dos efeitos e consequências sobre o meio ambiente e população

Anteriormente, o risco de contaminação já foi contemplado tanto nos “Aspetos revelantes do sector industrial” como nos “Riscos tecnológicos”.

Focaremos neste ponto o caso de contaminação da água potável, que afetaria de maneira maior ou menor a toda a população, em especial as pessoas.

Riscos dos contaminantes		
Situação de emergência	Consequências	Medidas necessárias
<i>Contaminação da água potável</i>	Em função da natureza do contaminantes haveria que prever as possíveis consequências no momento ou num futuro próximo.	Interrupção imediata do fornecimento e dos processos industriais que intervenha a água.

Avaliação de risco:

Este risco se considera que afeta em certa medida a atividade desenvolvida objeto de este Plano de autoproteção:

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Contaminação	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Pode considerar que a água potável é um fornecimento básico tanto para esta atividade, como para a população, a poluição do mesmo produziria uma situação de emergência muito grave o que tornaria necessária ativar do Plano de Emergência e Autoproteção, e segurar as medidas necessárias para restabelecer a normalidade. As consequências vão depender do tipo de poluente, pelo que não saber qual o agente poluente não se pode estabelecer atuações concretas além da interrupção do fornecimento de água.

Outros riscos contemplados por a Proteção Civil - Contaminação Industrial de alimentos e/ou bebidas

Descrição do tipo de Risco:

A segurança alimentar não é apenas uma questão de controlo de produção, comercialização, venda e preparação de alimentos, mas que também tem relação com o meio ambiente podendo haver trocas entre este e os agentes perigosos em qualquer das fases de produção ou vice-versa. A contaminação não se nota ou nem é visível, pois os microrganismos não são vistos a olho nu por serem microscópicos.

Um alimento contaminado pode parecer completamente normal, por isso é um erro supor que por ter bom aspeto esta em boas condições de consumo, pode estar contaminado por bactérias.

Os alimentos geralmente contaminam-se por duas vias:

- A direta, do portador (saudável ou doente) ao alimento.
- A indireta, do portador (saudável ou doentes) a um intermedio, insetos, utensílios, e de este ultimo ao alimento.

A contaminação pode ser do tipo:

- Química
- Física
- Biológica

A contaminação química, acontece quando o alimento é colocado em contacto com substâncias químicas. Isto pode ocorrer durante os processos de produção, preparação industrial ou doméstico, armazenagem, embalagem e transporte.

As substâncias envolvidas podem ser pesticidas, resíduos de medicamentos para uso veterinário (antibióticos, hormonas), aditivos em excesso, produtos de limpeza, materiais de embalagem inadequados, materiais utilizados nos equipamentos e nos utensílios, etc.

A contaminação física, consiste na presença de corpos estranhos nos alimentos.

Estes geralmente são misturados acidentalmente com os alimentos durante o processamento.

A contaminação biológica, consiste na presença de agentes biológicos na comida. Estas podem entrar em contato acidentalmente com alimentos durante a elaboração.

Avaliação de risco:

Este risco afeta a população numa maior ou menor em função do tipo de agente contaminantes e da atuação do mesmo, podendo afetar os trabalhadores e as atividades desenvolvidas.

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Contaminação industrial de alimentos e/ou bebidas	2	3	6

I.P. Índice de Probabilidade
I.C. Índice de Consequências
I.R. Índice de Risco ($IR = IP \times IC$)

Em termos gerais e antes de mais nada, deve ter a calma necessária que permita adotar as decisões mais aconselhadas e apropriadas. É necessário calibrar o alcance e magnitude dos afetados, assim como a natureza do poluente. A serenidade e a reflexão são os melhores aliados para lidar com tais situações.

A coordenação das atividades e o acompanhamento dos protocolos de ação, diminuirão as consequências causadas por este tipo de situações.

7.9.6. Avaliação geral de todos os riscos contemplados anteriormente

Análise de Riscos próprios e como consequência da atividade desenvolvida.

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Explosão	3	4	12
Acidente de trabalho	4	3	12
Fuga ou derrame de produtos e/ou substâncias contaminantes	3	3	9
Fuga de produtos e/ou substâncias tóxicas	3	3	9
Roubo	3	3	9
Falha de fornecimento de energia elétrica	4	2	8
Operações de carga/descarga de transporte de mercadorias perigosas	3	2	6
Aviso de Bomba	2	3	6
Comportamentos anti-sociais	3	2	6

Análise dos riscos externos contemplados por a proteção civil e atividades de Risco próximas.

Riscos	I.P.	I.C.	I.R.
Gasolineiras próximas	3	4	12
Acidentes de tráfico	3	3	9
Trovoadas e inundações	3	3	9
Movimentos Sísmicos	2	4	8
Geadas e/ou baixas temperaturas	4	2	8
Granizo	4	2	8
Ventos fortes	4	2	8
Raios	4	2	8
Contaminação industrial de alimentos e/ou bebidas	2	3	6
Contaminação	2	3	6
Desmoronamento de edifícios	2	3	6
Riscos provocados por as indústrias em geral	2	3	6
Riscos geológicos	2	3	6
Incêndio populacional	2	3	6
Nevão	2	3	6

7.10. - Procedimento de atuação perante emergências.

7.10.1. - Aviso de bomba ou detecção de um objeto suspeito

Ameaça de Bomba (ameaça telefônica)

Manter a calma e completar o formato estabelecido para o efeito. Transcrever a mensagem e recolher o maior número possível de detalhes. Comunicar o fato ao chefe da emergência. Trate esta informação como confidencial, limitando sua difusão entre o resto do pessoal.

O chefe de emergência irá analisar a situação e denunciar à polícia. Agir de acordo com suas instruções. Na ausência ou demora na localização dos responsáveis do Hospital, comunicar o incidente a polícia e siga suas instruções.

Em situação de risco iminente, duvida, atraso na comunicação, etc.; o chefe de emergência avisa diretamente a desocupação da área afetada.

Com base nas instruções recebidas e confirmado o risco, o chefe de emergência aplicará o plano de evacuação.

Quando chegar a polícia, o chefe de emergência irá fornecer os dados existentes sobre o aviso e informar das ações feitas até o momento. A polícia irá assumir o comando e controlo das operações. Todas as equipas devem ser disponibilizadas, se elas solicitam.

Quando finalize a emergência, o responsável da Forças de segurança destacado comunicará ao chefe de emergência o controlo da situação e possibilidade de retorno ao edifício. O chefe de emergência ordena a volta a atividade.

Procedimento de atuação perante objeto suspeito

Detetado um embrulho ou objeto de suspeito, notificar imediatamente para o chefe de emergência e tratar esta informação como confidencial.

Determinado o objeto como suspeito, o chefe de emergência deve informar a polícia. Com base nas suas instruções e confirmado o risco, preparar a evacuação.

Como na ameaça por telefone, em situação de risco iminente ou risco razoável, o chefe de emergência pode diretamente assumir a responsabilidade e avisar para a desocupação da área afetada.

Isolar o embrulho ou objeto, não mover, tocar ou acionar; averiguar sobre a possível existência de outros objetos suspeitos, não passam de objetos de metal perto do mesmo ou usar as estações de rádio na sua vizinhança, proibir fumar nas proximidades, isolando um raio grande. Abrir Portas e janelas.

Avaliar a situação, analisar se o embrulho ou objeto afeta na rota de evacuação. Neste caso, canalize o fluxo de saída, tentando evitar a exposição ao risco.

Com base nas instruções que fornecem a polícia e confirmando o risco, o chefe de emergência ativa o plano de evacuação.

Quando chegar a polícia, o chefe de emergência irá fornecer os dados existentes sobre o aviso e informar das ações feitas até o momento. A polícia irá assumir o comando e controlo das operações. Todos as equipas devem ser disponibilizadas, se eles solicitam.

Quando finalize a emergência, o responsável da Forças de segurança destacado comunicará ao chefe de emergência o controlo da situação e possibilidade de retorno ao edifício. O chefe de emergência ordena a volta a atividade.

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

- Transmitir a informação ao chefe de emergência e atender a suas instruções.
- Não manipule embrulhos ou objetos suspeitosos, afaste-se prudentemente, advertindo da sua localização, evitando situações de pânico.
- Trate estes sucedidos com cuidado e discrição para evitar situações de pânico, com consequências de maior gravidade.

Ameaça telefónica: Ao receber a chamada, manter a calma em todos os momentos. Preencha o formato estabelecido para o efeito, literalmente, transcrevendo a mensagem e recolher o maior número de detalhes possíveis (para fazer isso, tente preencher o formato ao mesmo tempo que recebe a chamada). Trate esta informação como confidencial. Tente evitar a divulgação desnecessária entre funcionários. Comunicar imediatamente o facto ao chefe da emergência. Na ausência dos responsáveis deve notificar a polícia. Siga imediatamente suas indicações.

Questionário a preencher em caso se ameaça de bomba

AMENAZA

Fecha _____ Hora _____ Duración _____
 Voz: Masculina ☐ Femenina ☐ Infantil ☐

SI ES POSIBLE, HAGA LAS SIGUIENTES PREGUNTAS

¿Cuándo estallará la bomba?

¿Dónde se encuentra colocada?

¿Que aspecto tiene la bomba?

¿Que desencadenará la explosión?

¿Coloco la bomba usted mismo?

¿Por que, que pretende?

¿Pertenece a algún grupo terrorista?

TEXTO EXACTO DE LA AMENAZA

.....

VOZ DEL COMUNICANTE

Tranquila	Con acento	Clara	Gangosa	Suave
Normal	Excitada	Enfadada	Chillona	Nasal
Susurrante	Jocosa	Fuerte	Tartamuda	

Si la voz le resulta familiar, diga que le recuerda o a quien se le parece:

.....

SONIDOS DE FONDO

Ruidos de calle	Cabina telefónica	Oficina	Música
Cafetería	Maquinaria	Conferencia	Animales

LENGUAJE DE LA AMENAZA

Correcto	Vulgar	Incoherente
Mensaje leído	Mensaje grabado	

OBSERVACIONES

.....

DATOS DEL RECEPTOR DE LA AMENAZA

Nombre

Teléfono

7.10.2. - Fuga de Gás ou Combustível.

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

PRIMEIRO TRANSMITIR A ALERTA

- ❖ Uma fuga de gás geralmente apresenta sintomas para a sua deteção. **Os combustíveis comuns costumam levar aditivos que produzem um cheiro a gás.**
- ❖ **Perante uma fuga: cortar o fornecimento, e abrir portas e janelas para facilitar a circulação de ar.**
- ❖ Não acenda luzes, telemóveis, rádios ou outros aparelhos eletrónicos, lanternas ou isqueiros.
- ❖ Se ao abrir uma porta detetar o cheiro a gás e está fumando, não jogue para o chão o cigarro, mantenha-o alto, saia e apague-o num local seguro.
- ❖ Transmita a alerta para evacuar, evitando perdas a terceiros envolvidos involuntariamente.

7.10.3. - Explosão

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

PRIMEIRO TRANSMITIR A ALERTA

Uma explosão é um sucedido que aparece de forma instantânea, provocando importantes perdas por a onda expansiva ou derrubamentos provocados. A sua origem mais frequente pode ser fuga de gás ou excesso de pressão num equipamento.

- Auxilie se têm conhecimentos de primeiros auxílios até a chegada das equipas de Primeiros Auxílios. Se não possui estes conhecimentos, coopere com serenidade fora do cenário do sinistro.
- Não abandone as instalações da empresa enquanto não lhe permitam. Não usar veículos para bloquear acessos.
- Colabore mantendo a ordem e o controlo.
- Apoie e colabore com as equipas de emergência.

7.10.4. - Incidente com máquina ou equipamentos

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

PRIMEIRO TRANSMITIR A ALERTA

- Perante um incidente deste tipo devemos bloquear o equipamento.
- Tranquilizar a(s) pessoa(s) presa(s).
- Se temos conhecimentos suficientes, tentar eliminar o sucedido que gerou o incidente.
- Evitar a junção de curiosos e atender os possíveis feridos até chegar a ajuda exterior.

7.10.5. - Risco elétrico

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

- Avisar o responsável de manutenção. Não deve tentar de arranjar uma avaria se não está qualificado e autorizado. O pessoal especializado procederá a revisão do local e suas instalações.
- Respeite as instruções se for necessário evacuar as instalações.

7.10.6. - Produtos Químicos Perigosos

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

Atenção aos pictogramas e indicações de perigo do produto. Se é possível consulte a ficha de segurança do produto. Utilize os meios de trabalho e proteção indicados na ficha de segurança.



- Evitar contacto com o produto, seja, solido, liquido, gás, vapor ou fumo.
- Transmita a alerta com a mesma magnitude do sucedido.
- Em caso de corrosões na pele ou olhos, lavar com agua abundante.
- Em caso de pequena de incêndio não utilizar agentes extintores sem conhecer a sua adequação. Se possível utilizar mantas ignífuga.

Em caso de lesões ou ingestão, siga as instruções da etiqueta, enquanto chegam a equipa de primeiros auxílios, entre tanto:

- *Retirar o ferido em contacto com o agente nocivo.*
- *Se não sabe o que fazer, não mexa o ferido, não dar nada a ingerir, nem induzir ao vomito.*
- *Mantenha-o quente, tapando com uma manta, e consciente.*
- *Não deixar sozinho o ferido.*

7.10.7. - Acidente

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

- ❖ Transmitir a alerta e socorrer o ferido.
- ❖ Tranquilizar o ferido enquanto chega a ajuda necessária, se não têm conhecimentos de primeiros socorros, não mexa o ferido.
- ❖ Não evacuar um ferido sem conhecimento do pessoal de emergência. Em caso se extrema necessidade evacuar e informar de imediato.

7.10. 8. - Sucédidos derivados de comportamentos anti-sociais

A instabilidade de desastres em grande parte motivados por avanços tecnológicos, tem não só forçado a procurar soluções técnicas e físicas, mas a avaliar a importância de levar em conta as restrições psicossociais e derivados em geral do comportamento das vítimas e afetados de diferente ordem, bem como os próprios sujeitos envolvidos em situações de emergência

Pessoal de segurança

Os guardas de segurança desenvolvem as suas funções dentro dessas dependências e/ou propriedades citadas cuja segurança está a seu cargo, a menos que tais funções podem ser desenvolvidas por outras vias públicas.

Funciones:

Os guardas de segurança eleitos, desempenham as seguintes funções:

- ✓ Exercer a vigilância do edificio e proteção de bens, assim como a proteção das pessoas que podem encontrar-se nos mesmos.

- ✓ Efetuar controlos de identificação no acesso, tanto de pessoas como veículos, e no interior do recinto, sem poder reter a documentação pessoal.
- ✓ Evitar atos delituosos ou infrações em relação ao objeto de proteção.
- ✓ Colocar imediatamente a disposição dos membros das Forças e Corpos de Segurança do Estado a suspeitos implicados, em relação ao objeto de sua proteção, assim como instrumentos, efeitos e provas dos delitos, não podendo proceder ao interrogatório.
- ✓ Gestão do sistema de alarmes instalados perante os riscos de intrusão e incêndio, atuando segundo o protocolo preestabelecido.
- ✓ Procurar um recinto seguro perante o risco de incêndio, conseguindo que os sistemas eletrónicos e meios de intervenção imediata se encontrem em perfeito estado de uso e funcionamento.
- ✓ Intervir perante pequenas de incêndios ou qualquer outra classe de sinistro ou acidente, adotando as medidas preventivas para evitar que estes se produzam.
- ✓ Revisar a correspondência e embrulhos com os meios existentes.
- ✓ Inspeccionar diariamente todo o recinto, após saída dos trabalhadores.
- ✓ Verificar se as portas e janelas estão fechadas
- ✓ Verificar se as instalações elétricas estão desligadas.

Ao ser um serviço de vigilância e segurança, o que é contratado, a empresa será obrigada a fornecer o serviço com a máxima garantia, assegurando entre o seu pessoal uma atitude profissional e vigilante e fornecendo imediatamente, suporte técnico e reforços conforme as circunstâncias exigem.

Atuação perante um comportamento anti-social com hostilidade

Perante uma ameaça ou intento de agressão:

- Se considera como tal a intrusão não autorizada, o roubo ou furto, as agressões, as sabotagens, distúrbios públicos, etc.
- Notificar o chefe de emergência e respeitar as suas instruções.
- Perante um perigo para a integridade física, não fazer frente ao agressor, se for o caso tentar tranquilizar se se observa sintomas de sobreexcitação e existem pessoas em perigo.
- Não se envolva em discussões de grupo sem saída.
- Manter a calma e dignidade se enfrenta uma multidão hostil, não mostre indignação.
- Não discuta injustiças em uma reunião em massa.
- Se encontrar uma discussão e vai num veículo, não saia dele. Verifique que as portas estão fechadas e afaste-se conduzindo com cuidado.
- Só por atenção a um ferido, evitar a destruição de provas.
- Assegure-se que o público recebe a informação clara, para que saber o que sucede e precaver-se.

Pessoal de controlo.

Encargados de controlar e organizar os fluxos de pessoal no edifício. Em caso de emergência têm um papel fundamental como equipas de alarme e evacuação, tal como se recolhe nas funções operativas estabelecidas no Plano de Emergência.

Funções

- ✓ Prevenir e/ou diminuir as situações de tensão e conflitos entre usuários e trabalhadores.
- ✓ Prevenir as agressões e atos de violência contra os trabalhadores.
- ✓ Proteger os trabalhadores, usuários, bienes e serviços com os meios materiais e humanos disponíveis.
- ✓ Transmitir pautas de atuação concretas do suposto incidente.
- ✓ Garantir aos trabalhadores afetados assistência sanitária e de segurança.

- ✓ Melhorar o ambiente, para favorecer o respeito mútuo e uma boa comunicação.
- ✓ Favorecer a informação dos usuários em relação ao seus direitos e deveres, procedimento de acesso aos serviços, etc.

Recomendações para lidar com um usuário conflictivo e/ou irritado.

As situações que podemos estar à alerta para o surgimento deste tipo de situação são recebidas através da linguagem verbal, mas especialmente do não-verbal.

Em termos de linguagem verbal, devem ter em conta o tom elevado, insultos, palavras rudes, conteúdo do discurso, etc.

No que diz respeito a linguagem não-verbal, a contração dos músculos da face, tensão muscular, aperte os pulsos, apontar o dedo, alterações rápidas de postura e sem propósito específico.

Pode ter casos de inconsistência entre linguagem verbal e não verbal, nestes casos deve prestar atenção a este último. Em uma situação de risco são aconselhados:

- Manter o equilíbrio emocional e não responder as provocações.
- Manter a conversação num tom afável e profissional.
- Se a pesar do anterior a tensão aumenta, deve-se orientar a conversação para:
 - Tentar conduzir o usuário a um estado de animo mais tranquilo.
 - Facilitar a liberação da tensão emocional do usuário.
 - Reconhecer e admitir as possíveis deficiências próprias e da organização.
 - Tentar encontrar pontos comuns, sinalizando aqueles que estamos de acordo.
 - Conformer os sentimentos do usuário, sobre tudo quando há dificuldades para controlar as próprias emoções.
- É importante evitar os seguintes sinais verbais e não verbais.

A. Verbais

- Estilos de comunicação que geram hostilidade: desinteresse, frieza, desprezo e impaciência.
- Evitar a transmissão de informação que não é real ou propor acordos que não podem ser cumpridos.
- Evite o uso de ameaças, coerção ou insultos.
- Evitar reclamações ou críticas.

B. Não verbais

- Evitar contato visual prolongado, porque pode ser interpretado como agressivo e desafiador.
- Evitar sinais que pode classificar como desafio, hostilidade e ameaça (colocar-se de pé de frente, apontar com o dedo, etc.).
- Evitar contacto físico ou demasiada proximidade.
- Procurar não invadir o espaço pessoal.

PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO PERANTE INCIDENTES

O desempenho do profissional antes de uma situação potencialmente perigosa, onde tem violência ou previsível a sua aparição, é ajustado para o seguinte protocolo de ação:

- Iniciar a saída da zona e solicitar a ajuda do segurança. Na sua ausência, serão solicitados os colegas ou se exigido pela gravidade do chefe da emergência.
- Apesar da ajuda do vigilante ou companheiro, persiste a situação violenta se alerta para o 112.
- O incidente ou agressão se informará o chefe de emergência que, dependendo da gravidade dos factos, se apresentará no lugar do incidente ou atenderá o profissional agredido por via telefónica.
- Transferência para o serviço de Urgências ou Mutua de Acidentes.

7.10.9.- Fenómeno derivado da natureza

- Neste caso a empresa emitirá, em caso necessário, um comunicado, ao qual deveremos respeitar.

7.10.10. - Queda de aeronave

- Atuar como no caso de Explosão.

7.10.11. - Queda de raio

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

Conveniente observar as seguintes normas:

Evitar todo o lugar alto e refugiar-se em zonas baixas não propensas a inundar-se ou receber lençóis de água.

- **NUNCA começar a correr durante trovoadas e menos com a roupa molhada**, é muito perigoso. Se cria uma turbulência no ar e uma zona de convecção que pode atrair um raio.

- **Evitar todo material metálico** e deposita-lo a mais de 30 metros de distância. Os raios aproveitam a sua boa condução. **DESLIGAR TELEMÓVEIS**, cujas radiações eletromagnéticas podem atrair os raios.

- **Nunca se refugiar debaixo uma árvore ou uma rocha ou elementos salientes solitários**. Uma árvore solitária por a sua humidade e verticalidade aumenta a intensidade do campo elétrico. Por outro lado, uma floresta, embora seja pequena, pode ser um bom abrigo. Se abrigar debaixo das árvores de menor altura.

- **Fique longe de objetos metálicos**, tais como, cercas de arame farpado, linhas telefônicas e sistemas elétricos, máquinas, etc. A proximidade de objetos grandes de metal é perigoso, mesmo quando não está em contacto com eles, desde que a onda de choque produzida pelo raio aqueça o ar de tal maneira que pode produzir lesões nos pulmões.

- Evitar terreno aberto e limpo, como prados, culturas e campos de golfe. Nestas áreas, uma pessoa destaca-se o suficiente do solo e pode converter-se em para-raios. É preferível ficar sob um grupo de árvores, de preferência mais baixos do que outros na área.

- **Isolar-se do solo e do contato com poças de água ou áreas molhadas**. Saia imediatamente e afaste-se rios, lagos, mar, piscinas e outros corpos de água

- **Afastar-se e NÃO se refugiar em pequenos edifícios isolados** como celeiros, cabanas, as tendas de campismo também são seguras.

- **NÃO se refugiar na boca de uma caverna ou um abrigo saliente rochoso**, o raio pode lançar faíscas através dessas aberturas, alguns são até mesmo canais naturais de drenagem para as suas descargas. Só oferecem segurança as covas profundas e largas, no mínimo um metro de cada lado.
- **A posição de segurança mais recomendado é de CÓCORAS**, o mais agachado possível, com as mãos nos joelhos, tocando o chão apenas com o calçado. Nesta posição, nos isolaremos o máximo possível pois não sobressaímos demasiado do terreno. Não devemos deitarmos horizontalmente no chão.

7.10.12. - Sismo

As instruções que devem conhecer os membros das equipas de emergência

Este fenómeno aparece de forma súbita e não costuma existir prevenção.

Durante um sismo

- Manter a calma e serenidade, está numa situação de emergência.
- Se o terremoto não é forte, não há motivo de preocupação, passará rápido.
- Se o terremoto é forte, é primordial que esteja calmo e procure que os restantes também. Pense nas consequências de qualquer ação que realize.
- Manter-se longe de edifícios, paredes, postes elétricos e outros objetos que possam cair. Não corra por as ruas, provocará pânico.
- Se se encontra num veículo, para num lugar seguro, não saia do mesmo e afaste-se de pontes, postes elétricos e zonas de desprendimento.

Depois do terremoto

- Verifique se há feridos. A menos que tenha conhecimento, não mova pessoas gravemente feridas, a menos que estejam em perigo iminente de sofrer novos danos.
- Inspeccione o estado das instalações de água, gás e luz. Comunique as avarias a empresa em questão.
- Não recorra pontos de perigos iminentes como zonas costeiras onde pode ocorrer tsunamis ou maremotos.
- Não faça uso do telefone, a menos que seja absolutamente necessário colapsará as linhas que podem ser necessárias para casos verdadeiramente urgentes.

- Se for necessário entrar em edifícios danificados, permaneça o menos tempo possível e usar calçado forte para evitar lesões com objetos cortantes ou pontiagudas. Cuidado com fluidos potencialmente perigosos.
- Tente manter as ruas desocupadas para que os veículos de emergência possam circular e responder aos pedidos de ajuda dos organismos de segurança. A curiosidade não só dificulta o trabalho, também é perigoso.
- Alerta para possíveis replicas, geralmente são de menor magnitude, mas podem causar danos.
- Não faça correr rumores, estes provocam confusão e nervosismo. Faça caso unicamente daquelas informações que os organismos oficiais e autoridades fornecem.

Capítulo 8 - INTEGRAÇÃO DO PLANO EM OUTROS DE ÂMBITO SUPERIOR

- 8.1. - Definições dos meios de ajuda externa.
- 8.2. - Coordenação entre os meios próprios e os externos.
- 8.3. - Protocolos de notificação de Emergência

8.1.- Definições dos meios de ajuda externa.

Neste capítulo é definido os meios de ajuda externa de organismos públicos e envolvidos no desenvolvimento desse plano.

Estes são:

- Serviço Provincial de Prevenção e Extinção de Incêndios.
- Polícia Local, Nacional e Guarda Civil.
- Cruz Roja e Autoridades Sanitárias.
- Proteção Civil.

ÓRGÃOS OPERATIVOS:

- SERVIÇO PROVINCIAL DE PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS.

São considerados neste Plano como Equipa de Segunda Intervenção, por a sua formação e a sua capacidade extintora.

- Polícia Local.

São considerados neste Plano como Equipa de Segunda Intervenção, por a sua formação e a sua capacidade dissuasora no campo da ordem pública.

- POLICIA NACIONAL E GUARDIA CIVIL.

- Cruz Roja e Autoridades Sanitárias.

8.2. - Coordenação entre os meios próprios e os externos.

A empresa promotora deverá realizar a entrega de uma cópia de este Plano de Emergência e Autoproteção as distintas autoridades e organismos competentes, de maneira que se favoreça a integração do mesmo nos planos próprios, operativos ou planos gerais perante catástrofes das autoridades locais.

Os acordos de colaboração para casos de emergência devem concertar-se de acordos de colaboração para emergências devem ser organizados com antecedência e pode ser obtida da autorização pretendida. Noa anexos se apresenta um modelo de carta de acordo. Se for necessário celebrar acordos em questões de jurisdição são mais complicados ou que envolveu vários organismos, pode ser conveniente que o Centro de Coordenação de Emergência, atue como coordenador da agência.

Este plano contém as sequências necessárias de colaboração entre os meios humanos de proteção internos e as orientações de colaboração com estes.

Todas estas sequências serão ativadas e coordenadas no seu grau máximo pelo chefe de emergência de acordo com as instruções do chefe da intervenção.

O Chefe de emergência, uma vez solicitada a ajuda externa vai garantir a acessibilidade deles mesmos, receberá e escoltará estes desde o ponto encontro até o lugar da emergência, informando-os da situação, estado de evacuação, acessos disponíveis, riscos, feridos, etc., e cederá o comando e controlo das operações. Todos os membros do pessoal estará à sua disposição, se estes assim o exigirem.

Periodicamente, o chefe de emergência passará a reavaliar a situação, uma vez controlada a emergência restabelecerá os serviços de maneira gradual. Se a situação de emergência não é controlada para atuar como descrito no parágrafo seguinte, evacuação do local.

Uma vez finalizada a emergência, e se a propriedade não decide caso contrário, o chefe de emergência deve fornecer informações que os meios de comunicação solicitar. As informações serão de carácter geral, com dados sobre o número de afetados e seu estado,

que recebem cuidados, etc., nunca é difundido os nomes dos afetados, sem o consentimento destes, ou da sua família.

8.3.- *Protocolos de notificação de Emergência.*

As comunicações com os meios de ajuda externa, salvo delegação expressa, as realizará o chefe de emergência. A chamada se realizará ao 112, e de maneira calma possuirá a seguinte informação:

DADOS DO INFORMADOR

Sou Sr. _____ Chefe de Emergências da empresa XXXX, da localidade de Badajoz.

SE É POSSÍVEL, FORNEÇA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES

Ocorreu um

(acidente, incêndio, assalto, etc.)

↳ Na zona

de.....

(exposição, armazém, exterior, etc)

↳ Afeta a.....

(instalação elétrica, veículos, etc)

↳ Há/Não há feridos

.....

(e quantos aproximadamente)

↳ Ocorreu às

(hora de início)

↳ Os efeitos previstos

são.....

(explosões, avalanchas, etc)

↳ Pode afetar a

.....

(veículos, instalações, pessoas)

↳ Na empresa os receberá o

Sr.....

(pessoa que os guia a emergência).

↳ Espera no ponto

.....

(ponto de encontro de fácil acesso).

↳ As condições ambientais

são.....

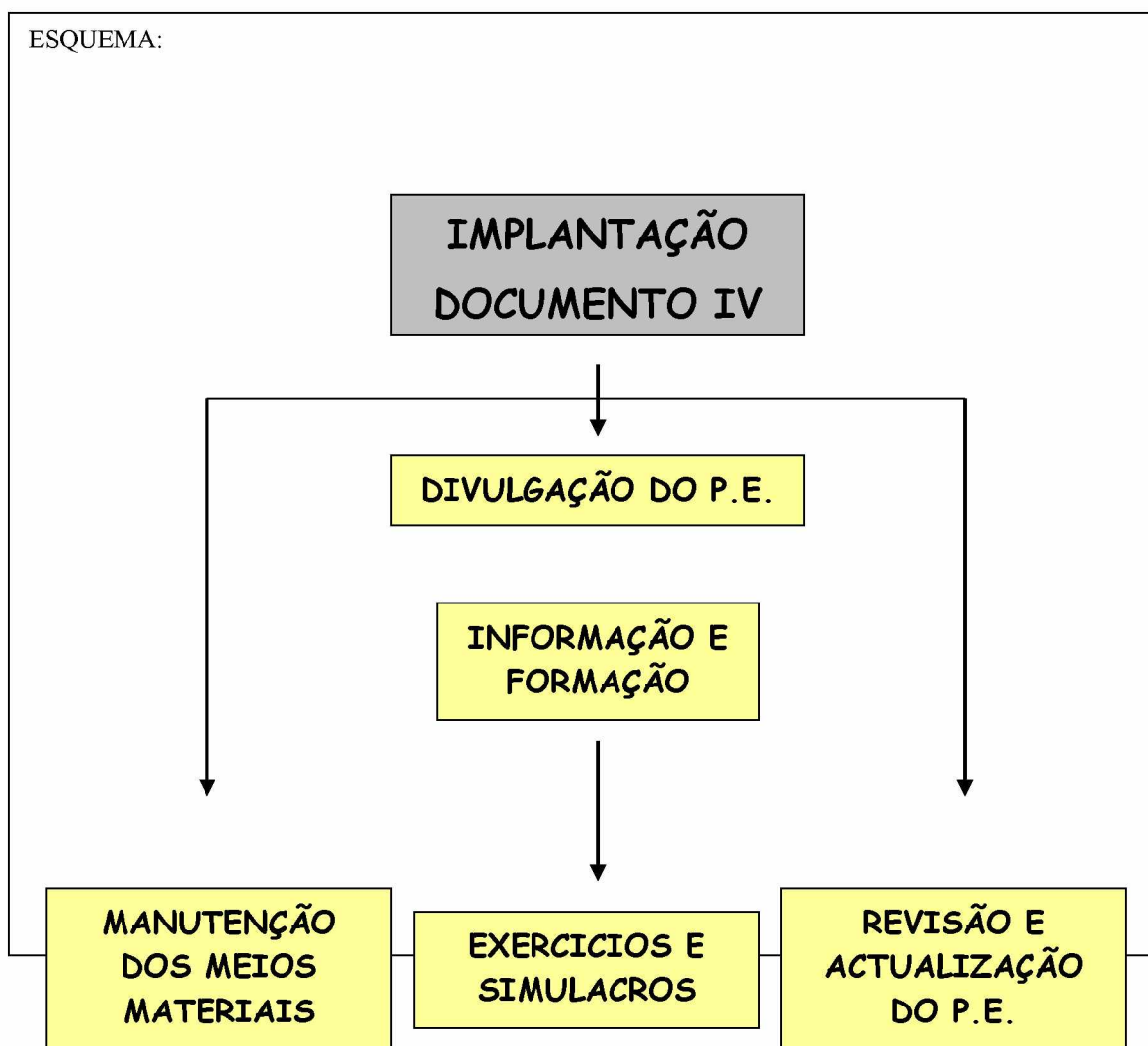
(opcional).

Capítulo 9 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AUTOPROTEÇÃO

- 9.1. - Responsabilidade.
- 9.2. - Organização.
- 9.3. - Meios técnicos.
- 9.4. - Meios humanos.
- 9.5. - Simulacros.
- 9.6. - Programa de implantação.
- 9.7 – Sinalização e normas de atuação de visitantes
 - 9.7.1 Sinalização de evacuação
 - 9.7.2 Sinalização de proteção contra incêndios

IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AUTOPROTEÇÃO

ESQUEMA:



9.1.- Responsabilidade.

Segundo establece o artigo 20 da Ley 31/1.995, sobre Prevención de Riesgos Laborales:

“El empresario, teniendo en cuenta el tamaño y la actividad de la empresa, así como la posible presencia de personas ajenas a la misma, deberá analizar las posibles situaciones de emergencia y adoptar las medidas necesarias en materia de primeros auxilios, lucha contra incendios y evacuación de los trabajadores, designando para ello al personal encargado de poner en práctica estas medidas y comprobando periódicamente, en su caso, su correcto funcionamiento. El citado personal deberá poseer la formación necesaria, ser suficiente en número y disponer del material adecuado, en función de las circunstancias antes señaladas.

Para la aplicación de las medidas adoptadas, el empresario deberá organizar las relaciones que sean necesarias con servicios externos a la empresa, en particular en materia de primeros auxilios, asistencia médica de urgencia, salvamento y lucha contra incendios, de forma que quede garantizada la rapidez y eficacia de las mismas.”

Este artigo deixa claro a que a responsável da execução e implementação do plano de emergência é o titular da atividade.

Por outro lado, e em relação com os trabalhadores da empresa, o Artigo 29 da Lei 31/1995, de 8 de novembro, de *Prevencion de Riesgos Laborales* nos diz que:

Por otro lado, y en relación con los trabajadores de la empresa, el Artículo 29 de la Ley 31/1995, de 8 de noviembre, de prevención de Riesgos Laborales nos dice que:

“Corresponde a cada trabajador velar, según sus posibilidades y mediante el cumplimiento de las medidas de prevención que en cada caso sean adoptadas, por su propia seguridad y salud en el trabajo y por la de aquellas otras personas a las que

pueda afectar su actividad profesional, a causa de sus actos y omisiones en el trabajo, de conformidad con su formación y las instrucciones del empresario.”

O incumprimento por parte dos trabalhadores das obrigações em matéria de Prevenção de Riscos a que se refere os parágrafos seguintes, será considerado de incumprimento laboral aos efeitos do artigo 58.1 do “Estatuto de los Trabajadores”, ou de falta, no caso, conforme o estabelecido nos regulamentos correspondentes no regime disciplinar dos funcionários públicos ou do pessoal estatutário ao serviço das administrações públicas. Presente número é igualmente aplicável aos membros das cooperativas cuja atividade consiste na prestação de seu trabalho, com prescrições que se estabeleçam no seu regulamento interno.

Os trabalhadores, com conhecimento e formação deve seguir as instruções do empresário e deverá em particular:

- Usar adequadamente, e de acordo com a sua natureza e os riscos previsíveis, as máquinas, aparelhos, ferramentas, substancias perigosas, equipamentos de transporte e, em geral, qualquer outro meio com que desenvolve a sua atividade.
- Utilizar corretamente os meios e equipamentos de proteção facilitados por o empresário, de acordo com las instruções recebidas.
- Não colocar fora de funcionamento e utilizar corretamente os dispositivos de segurança existentes ou os que se instalem nos meios relacionados com a sua atividade ou em lugares de trabalho em que este estejam.
- Informar de imediato o seu superior hierárquico direto, e os trabalhadores designados para realizar atividades de proteção e de prevenção ou, no caso, o serviço de prevenção, sobre qualquer situação que estranhe, por motivos razoáveis, seja um risco para a segurança e saúde dos trabalhadores.
- Contribuir para o cumprimento das obrigações estabelecidas por a autoridade competente com fim de proteger a segurança e saúde dos trabalhadores no trabalho.

Cooperar com o empresário para que este possa garantir umas condições de trabalho que sejam seguras e não introduza riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

9.2.- Organização.

O titular da atividade pode delegar a coordenação das ações necessárias para a implementação e manutenção do plano a uma pessoa que, em caso de emergência, deve assumir as funções de chefe da emergência.

Esta pessoa designada para assumir as funções de chefe de emergência deve ter um conhecimento profundo das instalações, pessoal, as características das matérias-primas armazenadas e equipamentos de trabalho utilizados.

O chefe de emergência é responsável de organizar as equipas de emergência e procurar que os membros das equipas recebam a formação adequada. Também é responsável de revisar a manutenção correta dos diferentes meios técnicos de proteção contra o fogo.

Por último, organizará simulacros e verificará a investigação dos sinistros.

9.3.- Meios técnicos.

As Instalações, tanto de proteção contra incêndio como as que são suscetíveis de causar incêndios, são submetidas as condições gerais de manutenção e uso previsto na legislação, neste caso, o Real Decreto 1942/93, “*Reglamento de Instalaciones de Protección Contra Incendios*” e suas alterações posteriores.

Os meios técnicos que possui as instalações, tanto para a prevenção de incêndios como para atacar estes, aparecem indicados em termos de tipo e localização nos planos e documentos que compõem este documento.

Para informar a ajuda externa, se entregará uma cópia do Plano ao Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndios e outra a PROTEÇÃO CIVIL. A terceira cópia fica a disposição da empresa.

Neste ponto se dispõe da seguinte documentação:

- Cópia do Plano de Emergência e Evacuação.
- Um envelope que contenha os nomes dos integrantes das equipas de intervenção e evacuação, e os seus números de telefone de localização.

A folha de instruções para o pessoal da empresa se entrega a todos os trabalhadores, dando-se aos os trabalhadores atuais e aos que se vão incorporando.

Em qualquer caso, será conveniente que uma cópia do Plano de Emergência seja entregue a empresas com carga funcional, tais como segurança e controlo. De forma abreviada se entregará ao resto das empresas que tenha acesso a empresa promotora.

9.4.- Meios humanos.

Além da constituição das equipas que o presente documento menciona, e que nos anexos se inclui a tabela com a denominação atual e revisão destas equipas, se propõe a realização das seguintes ações:

- a) Devem ser realizadas reuniões que contará com a presença de todos os membros do plano de emergência, em que se explicar as diretrizes estabelecidas no mesmo e se entregará uma brochura com slogans gerais de autoproteção.

Os slogans gerais se referem pelo menos:

- ❖ As precauções a tomar para evitar as causas que podem provocar uma emergência.
 - ❖ A forma como se deve comunicar quando se deteta uma emergência.
 - ❖ A forma como se transmite a alerta em caso de emergência.
 - ❖ Informação sobre o que se deve ou não deve fazer em caso de emergência.
- b) As equipas de emergência devem receber a formação e treinamento que lhes permite desenvolver as funções que têm atribuídas no plano de emergência.

Se programão cursos de formação e treinamento para membros das equipas de emergência e os responsáveis das mesmas.

Serão estabelecidas diretrizes que devem cumprir os visitantes das instalações, bem como os empreiteiros que vão realizar trabalhos na empresa.

Nos casos em que se desenvolvem trabalhos com risco, se fornecer autorizações especiais para poder reproduzi-los. Estes trabalhos são:

- Soldadura.
- Cortes metálicos.
- Manipulação e uso de substancias químicas inflamáveis.

Essas autorizações, constará o registro dos riscos aos quais se vê exposto o trabalhador e as medidas de prevenção que tem de adotar. É exigido ao trabalhador formação específica sobre os trabalhos a desenvolver, no caso de subempreiteiros e no caso dos trabalhadores da empresa, receberão formação da empresa.

9.5.- Simulacros.

Se recomenda efetuar um simulacro de emergência do que se deduzirá as conclusões precisas para alcançar uma maior eficiência e uma melhoria continua do Plano.

No simulacro, se porão em marcha os mecanismos de emergência da empresa, sendo recomendável a intervenção e apoio das equipas de ajuda externa.

No simulacro deverá realizar-se na sua totalidade, concluindo-se com a evacuação completa das instalações e a transmitida a informação a ajuda externa do estado da situação. Tendo em conta a atividade da empresa, se poderão realizar simulacros restringidos, e avisar os trabalhadores que o alarme não é real.

Estes exercícios devem ter como objetivo:

1. Treinar os constituintes das equipas de emergência nas funções previstas para os procedimentos de atuação.
2. Detetar possíveis circunstancias não previstas no Plano de Emergência ou anomalias no desenvolvimento das atuações que devem realizar aos distintos constituintes das equipas de emergência.
3. Comprovar o correto funcionamento dos meios técnicos existentes (deteção e alarme, comunicações, etc.)
4. Medir tempos de intervenção, deslocamento de ajudas, evacuação, etc. esta medição deve realizar-se da forma mais real possível, para análise e conclusões.

Recomendamos a realização de um simulacro de maneira inicial e a repetir anualmente. Os exercícios práticos e simulacros de emergência se realizam anual mente segundo o REAL DECRETO 393/2007.

A preparação de um simulacro deve ser feita de forma exaustiva, tendo em conta todas as ações e eventualidades que possam surgir durante a sua realização.

Um simulacro realizado sem a suficiente preparação pode dar lugar a aglomerações não desejadas, que podem originar as seguintes consequências, tropeções, quedas, atropelos, etc.

No primeiro simulacro, a informação fornecida as equipas de emergência e ao resto dos usuários do edifício será total. Deste modo se consegue que todos os ocupantes conheçam na prática e de forma sossegada, as ações a desenvolver em caso de emergência.

Nos restantes simulacros a informação fornecida irá diminuindo gradualmente, de forma que as ações a realizar se efetuaram de maneira automática e ordenada, segundo o previsto no Plano de emergência.

A realização destes simulacros, contará com a participação de observadores imparciais alheios as Equipas de Emergência e Autoproteção, que terão como missão principal, de seguir o desenvolvimento do simulacro, controlar os tempos de atuação e com base em Checklist (anexo 11), para posterior realização de um relatório.

9.6. - Programa de implantação.

A implementação a seguir para este Plano de emergência, programa-se as seguintes atividades que supõe uma constante revisão e modificação daqueles fatores que podem influenciar na atuação das pessoas perante uma emergência.

- a) Inventário de todos os fatores, substâncias e equipamentos que influenciam diretamente sobre os riscos de potencial incêndio.
- b) Revisão do inventário e localização dos meios técnicos de autoproteção.
- c) Atualização das plantas das instalações com as modificações e localização dos meios de proteção.
- d) Instalação dos meios técnicos previstos para ser utilizados nos planos de atuação (alarmes, pulsadores, sinalização, etc.).
- e) Revisão e entrega de proteção e atuação em caso de emergência para o pessoal da empresa, assim como para terceiros, (por exemplo, trabalhadores de empresas subcontratadas).
- f) Realização de planos de “VOÇÊ ESTÁ AQUÍ”, colocação dos mesmos em zonas determinadas das instalações.
- g) Programação e realização de reuniões informativas, para todo o pessoal, indicando qual o comportamento perante uma emergência.
- h) Formação continua e treinamento dos integrantes das equipas de emergência.
- i) Seria recomendável a possibilidade de formar um Comissão de Emergência, que se encargará da implementação do Plano de Emergência e Evacuação como missão principal.

9.7 – Sinalização e normas de atuação de visitantes

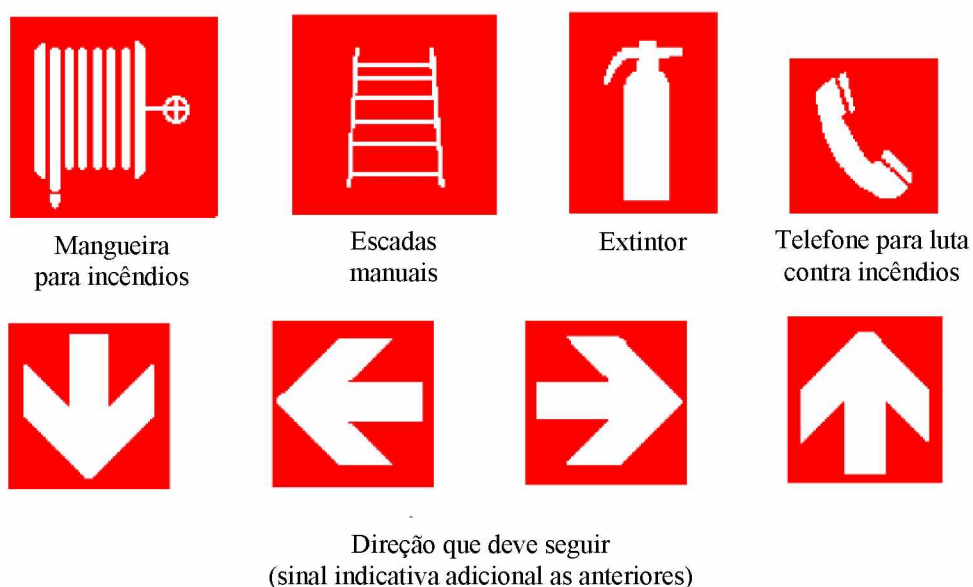
9.7.1 Sinalização de evacuação

Neste edifício, se utilizarão sinais de saída, de uso habitual ou de emergência definidos por a norma UNE 23034: 1988. Todos os visitantes deverão conhecer e respeitar a sinalização:



9.7.2 Sinalização de proteção contra incêndios

Os meios de proteção contra incêndios de utilização manual (extintores, bocas de incêndio, pulsadores manuais de alarme e dispositivos de disparo de sistemas de extinção) estão sinalizados com os sinais definidos por a norma UNE 23033-1:



Capítulo 10 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EFICÁCIA E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AUTOPROTEÇÃO.

- 10.1. -Programa de manutenção do Plano de Autoproteção.
- 10.2. -Investigação de sinistros.

10.1. - Programa de manutenção do Plano de Autoproteção.

Se sucederem situações ou modificações que alterem substancialmente as instalações ou condições atuais, se realizará uma revisão do plano de emergência, para este ser vantajoso. Estas revisões abrangerão as seguintes operações de manutenção do plano:

- Revisão dos fatores de risco e reavaliação.
- Atualização do inventário dos meios.
- Atualização de plantas.
- Revisão dos procedimentos de emergência.
- Revisão, ou criação se for o caso, de novas plantas de “você está aqui”
- Realização de simulacros.
- Relatório final do processo.

Se deverá preparar um programa com o correspondente calendário, que englobará no mínimo os seguintes aspetos:

- ❖ Cursos periódicos de formação e treinamento do pessoal.
- ❖ As revisões de manutenção referidas.
- ❖ Revisões e manutenção das instalações de deteção e alarme.
- ❖ Revisões das instalações suscetíveis de gerar um incêndio, como pode ser uma caldeira, depósitos de gasóleo, instalações de propano, instalações de gases, cozinhas, laboratórios, compressores, etc.
- ❖ Inspeções de segurança e instalações no geral.
- ❖ Datas para a realização de simulacros de emergência.
- ❖ Atualização de documentação que se dispõe para ajuda externa.

Deverá dispor de um registo, em que apareça uma copia das atualizações especiais concedidas, para trabalhos de risco de incêndio, assim como as diretrizes das empresas subcontratadas.

10.2- Investigação de sinistros.

Se houver uma emergência no centro, serão investigadas as causas que permitiu a sua origem, propagação e as consequências, se analisará o comportamento de indivíduos e equipas de emergência e se adaptarão as medidas corretivas necessárias.

Esta pesquisa será realizada pelo chefe da emergência e se contabilizará com a colaboração de todos aqueles que, pelo seu conhecimento da situação produzida pode fornecer dados básicos e fundamentais sobre o desenvolvimento do sinistro.

O Relatório que se realiza, estará à disposição dos bombeiros e os serviços de proteção civil.

O objetivo da pesquisa será a determinação das causas e falhas na cadeia de ação e nunca será pesquisar "culpados", pois a ocorrência de um sinistro é da responsabilidade de todos.

Capítulo 11 – CONCLUSÃO E FUTUROS TRABALHOS

Conclusão:

A realização de um plano de autoproteção pretende fazer ver a necessidade de planificação de medidas para poder atuar de maneira correta e coordenada perante diversas situações de emergência que podem surgir e as quais não estamos a habituados. Através do Plano de Emergência e Autoproteção podemos prevenir e controlar os riscos sobre as pessoas e bens, este documento serve de recompilação dos meios e medidas que dispomos para atuar frente uma emergência.

O Plano de Autoproteção se concebeu de uma maneira mais pratica durante o estágio Erasmus na *Sersys Prevencion, S.A* do *Grupo Inprex*, onde constante a realidade empresarial do sector de prevenção e como consequência o desenvolvimento pratico de Planos de Autoproteção e a sua implementação. De uma maneira geral a sociedade em si não compreende a importância dos planos de autoproteção, devido ao desconhecimento sobre eles e a pouca atenção que lhes confere.

O desenvolvimento de este trabalho foi uma tarefa complexa, devido as numerosas normativas de aplicação, para além dos aspetos a ter em atenção como as características do edifício, seus usuários, os possíveis clientes e visitantes, pois para o desenvolvimento do documento é necessário conhecer todas as dependências e instalações da empresa. É fundamental conhecer todo o pessoal que trabalhe no edifício, para isto temos de pedir toda a documentação necessária ao empresário e realizar diversas entrevistas aos trabalhadores e pessoal responsável para conhecer diversos aspetos que não sejam detetados na nossa apreciação.

O plano de Autoproteção está exposto a sofre continuas modificações, tais como introdução ou alteração do pessoal de trabalho, alterações nas instalações da empresa, ou por deteção de novos riscos existentes.

Ao longo do documento se realizaram comprovações com respeito a condições mínimas que deve cumprir em matéria de segurança contra incêndios, segurança e utilização e acessibilidade. Em relação as estas comprovações o edifício em estudo compre a maioria, mas não podemos afirmar que o centro de trabalho é seguro, apenas com essa apreciação, é importante o pessoal do centro de trabalho receber formação e informação adequada e suficiente, não só relativamente ao manejo dos equipamentos de autoproteção, mas também em quanto atitudes corretas e de prevenção em matéria de medidas de emergência e segurança e saúde.

Este documento pretende ser uma ferramenta que ajude a conhecer as atitudes corretas. Por tanto, o integrar uma política adequada de prevenção de riscos no trabalho, facilitará muito as atitudes corretas para prevenir a materialização de situações emergência.

Cada trabalhador deve-se familiarizar com a empresa, conhecer as suas zonas especiais de risco e saber como evitar, para tal é necessário uma formação continua dos trabalhadores. Mas não é apenas a formação importante, para que o estabelecido no Plano de Emergência e Autoproteção seja realmente efetivo, deve existir uma serie de fatores: agilidade e rapidez, eficiência e cooperação, rentabilidade, segurança, confiança e tranquilidade, seriedade e compromisso, responsabilidade e conscientização.

Em relação ao Mestrado, foi para mim de grande importância, pois me beneficiou para conhecer a importância da prevenção na sociedade atual, para além da legislação, implementação e aspetos fundamentais que rodeiam este mundo preventivo. Conhecer os aspetos e as disciplinas de prevenção mostrou-me os perigos que estamos expostos diariamente no nosso trabalho e analisar as ferramentas que temos a nossa disposição para lutar contra estes perigos com o objetivo de os nossos postos de trabalho sejam mais seguros.

A Prevenção tem avançado bastante nos últimos tempos, mas ainda falta um grande caminho a percorrer, no qual os futuros técnicos terão um papel fundamental.

Capítulo 12 – Bibliografia

Bibliografía:

1. *Instrucción Técnica Complementaria MIE-AP5 del Reglamento de Aparatos a Presión sobre Extintores de incendios, ITC-MIE AP5*
2. *ITC MI-IP03 - Instrucciones Técnicas Complementarias MI-IP03, aprobada por el Real Decreto 1427/1997, de 15 de septiembre*
3. *LEY 31/1995, de 8 de noviembre, de Prevención de Riesgos Laborales*
4. *NORMA UNE 23033-1 - Seguridad contra incendios. Señalización.*
5. *NTP 361, Planes de emergencia en establecimientos de pública concurrencia.*
6. *NTP 436, Cálculo estimativo de vías y tiempos de evacuación.*
7. *REAL DECRETO 39/1997, de 17 de enero, por el que se aprueba el Reglamento de los Servicios de Prevención*
8. *REAL DECRETO 1627/1997, de 24 de octubre, por el que se establecen disposiciones mínimas de seguridad y salud en las obras de construcción*
9. *REAL DECRETO 171/2004, de 30 de enero, por el que se desarrolla el artículo 24 de la Ley 31/1995, de 8 de noviembre, de Prevención de Riesgos Laborales, en materia de coordinación de actividades empresariales.*
10. *REAL DECRETO 2816/1982, de 27 de agosto, por el que se aprueba el Reglamento de Policía de Espectáculos Públicos y Actividades Recreativas.*
11. *REAL DECRETO 393/2007, de 23 de marzo, por el que se aprueba la Norma Básica de Autoprotección de los centros, establecimientos y dependencias dedicados a actividades que puedan dar origen a situaciones de emergencia.*
12. *REAL DECRETO 314/2006, de 17 de marzo, por el que se aprueba el Código Técnico de la Edificación.*
13. *REAL DECRETO 1215/1997, de 18 de julio por el que se establecen las disposiciones mínimas de seguridad y salud para la utilización por los trabajadores de los equipos de trabajo.*
14. *REAL DECRETO 2267/2004, de 3 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento de seguridad contra incendios en los establecimientos industriales.*
15. *REAL DECRETO 393/2007, de 23 de marzo, por el que se aprueba la Norma Básica de Autoprotección de los centros, establecimientos y dependencias dedicados a actividades que puedan dar origen a situaciones de emergencia.*

16. *REAL DECRETO 486/1997, de 14 de abril, por el que se establecen las disposiciones mínimas de seguridad y salud en los lugares de trabajo*
17. *REAL DECRETO 1244/1979, de 4 de abril, por el que se aprueba el Reglamento de Aparatos a Presión*
18. *REAL DECRETO 485/1997, de 14 de abril, sobre disposiciones mínimas en materia de señalización de seguridad y salud en el trabajo*

ANEXOS

- Anexo 1:** Fichas de Comunicações
- Anexo 2:** Fichas de Informação
- Anexo 3:** Formulários de Emergências
- Anexo 4:** Checklist de Simulacro
- Anexo 5:** Folheto de Sensibilização
- Anexo 6:** Peças Desenhadas

Anexos 1 – Fichas de Comunicações

Equipas de Emergência - contactos

Equipa de Emergência	Nome	Extensão	Telemóvel	Telefone Particular
Chefe de Emergência	Titular:			
	Suplente 1:			
	Suplente 2:			
Chefe de intervenção	Titular:			
	Suplente 1:			
	Suplente 2:			
Equipa de primeira intervenção				
Equipa de segunda intervenção				
Equipa de primeiros auxílios	Titular 1			
	Titular 2			
Equipa de Alarme e evacuação				
Centro de Controlo				

Contactos de Ajudas Externas

Emergências	112
Policia Nacional	091 924 23 02 53
Policia Local	092
Informações Toxicológicas	915 62 04 20
Bombeiros	080/085 924 28 69 70
Guarda Civil	062 924 24 41 06
Ayuntamiento Badajoz	924 21 00 00
Aqualia (fornecimento de água)	902 23 60 23 924 27 34 34
Cruz Roja	924 24 02 00 924 22 22 22
Proteção Civil	924 97 90 00
Hospital Infanta Cristina	924 21 81 00

Contatos telefónicos dos serviços de manutenção e instalações

Serviço	Empresa responsável	Telefone	Observações
Gás			
Água	Aqualia		
Elettricidade	Endesa		
Segurança			
Sistema de extinção			
Equipamentos de Extinção			
Deteção Contra Incêndios			

Anexo 2- Fichas de Informação

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: CHEFE DE EMERGÊNCIA

A sua função é dirigir o sinistro, realizando as decisões necessárias e comunicado as ordens oportunas.

Responsável máximo por todas pessoas que se encontram dentro do recinto. Do mesmo modo realizado o trabalho do guia de serviços externo de emergência que poderia intervir, polícia, bombeiros, ambulâncias, etc. O chefe de emergência estará sempre localizado, delegando um suplente em casos de ausência forçada. Terá um walkie-talkie, ou telemóvel em caso de movimento contínuo através do edifício.

DETEÇÃO E COMPROVAÇÃO

- O chefe de emergência recebe o aviso de emergência.

FALSO ALARME

- Após o reconhecimento da zona, por parte do chefe de emergência não se observa nada de anormal, se restabelece o serviço e se informa.

PEQUENA DE EMERGÊNCIA

- O chefe de intervenção informa o chefe de emergência da magnitude do incêndio e o seu possível controlo.
- Uma vez superada a emergência, o Chefe de Emergência ordena a volta à normalidade, e a equipa de primeira intervenção volta as suas tarefas. Tomará as medidas preventivas necessárias para que a emergência não se volte a produzir. O chefe de emergência informará os meios externos sobre o controlo da emergência desativando a alerta dos meios externos.

EMERGÊNCIA PARCIAL

- O Chefe de Intervenção informa o chefe de emergência da magnitude da emergência e possível controlo.
- Uma vez que acudam as Equipas de Segunda Intervenção e as Equipas de Primeiros Auxílios as instalações, o chefe de emergência cede o controlo da situação e procederá a informa-los da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.).
- Superada a emergência, o Chefe de emergência ordena a volta à normalidade, e a equipa de primeira intervenção volta as suas tarefas. Tomará as medidas preventivas necessárias para que a emergência não se volte a produzir.
- O chefe de emergência informará os meios externos sobre o controlo da emergência desativando a alerta dos meios externos.

EMERGÊNCIA GENERAL

- O Chefe de Intervenção informa o chefe de emergência da magnitude da emergência e a impossibilidade de controlo.
- O Chefe de Emergência informa o centro de controlo do tipo e grau de emergência (EMERGÊNCIA GERAL), solicitando o apoio externo. Os meios externos determinam se os meios existentes são suficientes ou é necessário pedir adicionais.
- Considerando que se trata de uma emergência geral (emergência de grande importância que pode afetar todas as zonas), a ESI pode decidir se é necessário a evacuação de todo o edifício, ver ponto EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIO OU RECINTO.
- Uma vez que acudam as Equipas de Segunda Intervenção e as Equipas de Primeiros Auxílios as instalações, o chefe de emergência cede o controlo da situação e procederá a informa-los da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.).
- Superada a emergência, o Chefe de emergência ordena a volta à normalidade, e a equipa de primeira intervenção volta as suas tarefas. Tomará as medidas preventivas necessárias para que a emergência não se volte a produzir.
- O chefe de emergência informará os meios externos sobre o controlo da emergência desativando a alerta dos meios externos.

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- No caso de se evacuar uma zona, a Equipa de Alerta e Evacuação da área afetada será o responsável de evacuar a zona, uma vez que o chefe de emergência, consultando a Equipa de Segunda Intervenção, dá a ordem de evacuação.
- As comunicações se farão de maneira discreta.
- Os trabalhadores da zona se transladarão a uma zona segura e contigua para o qual deverão conhecer bem a zona do edifício.
- O chefe de intervenção informará das decisões que tomará.
- Poderá mobilizar as pessoas das áreas não afetadas, para que ajudem em tarefas de evacuação.
- O chefe de emergência comunicará a cada responsável da zona os acessos da área que corresponde, a existência de uma emergência, para impedir o acesso de pessoal a essa zona.
- A ordem de evacuação na zona afetada se fará de maneira que primeiro se evacue os trabalhadores com mobilidade e depois os trabalhadores que necessitam de ajuda para se movimentar.
- Se não se controlar a emergência antes da chegada da Equipa de Segunda Intervenção, o chefe de emergência informará da situação, estado da evacuação, acessos disponíveis, riscos, etc. e cede o controlo das operações. Todos estão a sua disposição, se estes assim requerem.
- A emergência não se controla e se atuará como se indica no ponto seguinte, EVACUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU RECINTO.

Finalizada a emergência, o Chefe de emergência, informará o centro de controlo. A informação será generalizada com os dados sobre o número de afetados e o seu estado, cuidados que recebem, etc., nunca se divulgam os nomes dos afetados sem consentimento dos seus familiares.

EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIO OU RECINTO

- O Chefe de Emergência, consultando o Chefe Intervenção, dá o Primeiro Aviso de evacuação através do sistema de comunicação.
- O Primeiro Aviso para evacuação, este será dado da seguinte forma:

Mensagem Primeiro Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso”.

- Na zona afetada por o sinistro se atuará como se indica anteriormente, Evacuação de uma Zona, até que se efetue o Segundo aviso.
- Os meios externos avaliam a situação e se consideram necessário avisarão os hospitais ou centros de saúde para que estejam preparados para receber feridos e enviem ambulâncias se não forem suficientes as presentes no local.
- Perante a menor duvida de controlo do incendio ou por indicação das equipas intervenientes se dará o Segundo Aviso (Evacuação Total).
- O chefe de emergências dará o segundo aviso para evacuação, da seguinte forma:

Mensagem Segundo Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total”.

- Neste momento o chefe de intervenção, utilizando o sistema de comunicação existente ou o sistema auxiliar de megafonia, se dirigirá a todos os trabalhadores com a voz calma, da seguinte forma:

Mensagem ao público: “Atención por favor, se va a proceder a evacuar el recinto por comprobaciones de seguridad, dirijanse a la salidas. Por favor sigúan las instrucciones del personal de control. Gracias”.

- As equipas de alarme e evacuação procederão a evacuação dos ocupantes de todo o edifício para o exterior, através das saídas de emergência.

- Em função da situação, e consultando o chefe de intervenção, se estabelecerá a sequência de evacuação, procurando compaginar a prioridade em função da proximidade do foco de risco e a prioridade em função do grau de mobilidade (Trabalhadores com mobilidade própria, seguidos os trabalhadores que necessitam de ajuda, e por ultimo os trabalhadores que não se podem movimentar).
- O **ponto de reunião** se define como aquele capaz de albergar de forma segura a todo o pessoal da empresa e seus assistentes. Este ponto deve ser conhecido por todos os trabalhadores da empresa e ser de fácil acesso para os veículos usados por a ajuda externa.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: CHEFE DE INTERVENÇÃO

Será o responsável direto na intervenção “in situ” em caso de se apresentar um sinistro. Estará sempre localizável, delegando um suplente em caso de ausência, despondera de um walkie-talkie ou telemóvel em caso de continua movimentação dentro da empresa.

DETEÇÃO E COMPROVAÇÃO

- A equipa de primeira intervenção será a encarregada de comprovar a emergência, avisando ao mesmo tempo o chefe de intervenção, por os meios de comunicação, para que este se desloque ao local do sucedido e comprove a alerta. Todos os avisos de alarme deverão ser comprovados.

Mensagem: “Atención Código Rojo, señor (su nombre) acuda a la zona de (zona afectada) para comprobación. Atención Código Rojo, señor (su nombre) acuda a la zona de (zona afectada) para comprobación”.

FALSO ALARME

- Após o reconhecimento da emergência por parte do chefe de intervenção esta não se comprova ou tenha sido solucionada por a equipa de primeira intervenção, todos os intervenientes voltarão aos seus postos e se informará o chefe de emergência.

EMERGÊNCIA REAL

- Uma vez comprovada a emergência real, se comunica ao Chefe de emergência e este aos meios externos, e se atuará em função da gravidade de esta, estas atuações se descrevem no ponto seguinte.

PEQUENA DE EMERGÊNCIA

- O chefe de intervenção decidirá se é necessário a intervenção da equipa de segunda intervenção e da equipa de primeiros auxílios e comunicará ao chefe de emergência a magnitude da emergência e possível controlo.
- A equipa de primeira intervenção para além da intervenção direta na emergência, liderará a zona de maneira que sejam implicados o menor numero possível de

trabalhadores por a emergência. O chefe de intervenção valora a necessidade ou não de evacuar a zona.

EMERGÊNCIA PARCIAL

- O chefe de intervenção decidirá se é necessário a intervenção da equipa de segunda intervenção e da equipa de primeiros auxílios e comunicará ao chefe de emergência a magnitude da emergência e possível controlo.
- A equipa de primeira intervenção para além da intervenção direta na emergência, liderará a zona de maneira que sejam implicados o menor numero possível de trabalhadores por a emergência. O chefe de intervenção valora a necessidade ou não de evacuar a zona.
- O chefe de intervenção ou algum companheiro designado por este, desligará as fontes de energia, que sejam necessárias, na zona afetada, sem arriscar a sua segurança e saúde. Também pode decidir o cessar das operações da equipa de primeira intervenção se existe risco para os integrantes da equipa.

EMERGÊNCIA GENERAL

- O chefe de intervenção decidirá se é necessária a intervenção da equipa de segunda intervenção ou equipa de primeiros auxílios e comunica ao chefe de emergência a magnitude da emergência e a sua localização.
- Para além da sua intervenção direta sobre a emergência a equipa de primeira intervenção procurará orientar a zona de modo a minimizar os intervenientes afetados por a emergência.
- O chefe de intervenção, ou algum companheiro designado por ele, desligará as fontes de energia, necessárias na zona afetada, sem pôr em risco a sua segurança e saúde. Também poderá decidir cessar as operações da E.P.I. se existe risco para os integrantes da equipa.

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- O chefe de intervenção poderá desalojar, orientar e impedir o acesso a zona afetada assim o estimar necessário. Podem se utilizar meios audiovisuais para zonas muito concorridas.
- O chefe de emergência deverá estar sempre informado das decisões tomadas por o J.I.
- A equipa de alarme e evacuação da área afetada se encarga da evacuação, uma vez que o chefe de emergência após consultar a equipa de primeira intervenção, dê a ordem de evacuação.

EVACUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU RECINTO

- O chefe de intervenção estará disponível para colaborar com a equipa de segunda intervenção na evacuação direta, controlo e desbloqueio de acessos e reconto, etc.
- O chefe de emergência deverá estar sempre informado das decisões.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: EQUIPA DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO (E.P.I.)

A função desta equipa é a prevenção de sinistros, assim como a intervenção imediata em caso que se produza, para avaliar e reduzir as consequências se for o caso.

Esta equipa deve estar formada por o responsável da zona e pessoal a cargo, a sua função é dar o alerta quando se deteta um sinistro, avaliara as condições e começar, se necessário, as medidas de prevenção necessárias com os meios a sua disposição. Deverão estar formados em matéria de prevenção e extinção de incêndios e manejo de multidões (psicologia de massas).

O chefe de intervenção (chefe de serviço) será ele que dirige em primeira instancia os meios humanos mais próximos da emergência.

PEQUENA EMERGÊNCIA

- O J. I., o responsável da zona onde se descobre a emergência e o pessoal a seu cargo, formariam o que denominamos de equipa de primeira intervenção, realizando a primeira intervenção encaminhada para o controlo inicial de emergência, podendo desalojar a zona previamente. O J.I. decidirá se é necessária a ajuda da E.S.I., segundo a avaliação da emergência.

- Todos trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EMERGÊNCIA PARCIAL

- O chefe de intervenção, J. I., o responsável da zona onde se descobre a emergência e o pessoal a seu cargo, formariam o que denominamos de equipa de primeira intervenção, realizando a primeira intervenção encaminhada para o controlo inicial de emergência, podendo desalojar a zona previamente. O J.I. decidirá se é necessária a ajuda da E.S.I., segundo a avaliação da emergência.

- O J.I., consultando a E.S.I., poderá decidir cessar as operações diretas sobre a emergência se existe risco para os integrantes das equipas de primeira intervenção, passando estas equipas a tarefas de ajuda a evacuação, desbloqueando acessos, reconto, etc.
- Todos trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.
- Se a equipa de segunda intervenção (E.S.I.) requer, o pessoal da equipa primeira intervenção (E.P.I) atuará segundo as suas ordens.

EMERGÊNCIA GERAL

- O chefe de intervenção, J. I., o responsável da zona onde se descobre a emergência e o pessoal a seu cargo, formariam o que denominamos de equipa de primeira intervenção, realizando a primeira intervenção encaminhada para o controlo inicial de emergência, podendo desalojar a zona previamente. O J.I. decidirá se é necessária a ajuda da E.S.I., segundo a avaliação da emergência.
- O chefe de intervenção (J.I.), consultando a equipa de segunda intervenção (E.S.I.), poderá decidir cessar as operações diretas sobre a emergência se existe risco para os integrantes das equipas de primeira intervenção, passando estas equipas a tarefas de ajuda a evacuação, desbloqueando acessos, reconto, etc.
- O chefe de intervenção, ou algum companheiro designado por ele, desligará as fontes de energia, necessárias na zona afetada, sem pôr em risco a sua segurança e saúde. Também poderá decidir cessar as operações da E.P.I. se existe risco para os integrantes da equipa.
- Todos trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.
- Se a equipa de segunda intervenção (E.S.I.) requer, o pessoal da equipa primeira intervenção (E.P.I) atuará segundo as suas ordens.

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- Todo pessoal estará disponível para ajudar a equipa de segunda intervenção (E.S.I.) se esta assim o requerer.

EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIO OU RECINTO

- O pessoal que não tenha funções designadas como equipa de emergência, realizará as seguintes atuações:

- Seguir as ordens dos seus superiores.
- Colaborar com a evacuação da zona.
- Manter a calma e a tranquilidade.
- Não recolher objetos pessoais, nem permitir que ninguém a recolha.
- Não retroceder na evacuação.
- Se se incendear a roupa de um evacuado, deite-o no chão e cubra-o com uma manta, não permita que este corra pois ativará mais o fogo.
- Dirija-se ao ponto de reunião e espere instruções.
- Se não poder chegar a uma zona segura comunique através dos meios de comunicação disponíveis ou sinais.

- Todos os membros da equipa primeira intervenção se colocarão a disposição da equipa de segunda intervenção (E.S.I.), se esta o requerer.

UTILIZAÇÃO DE EXTINTORES

- Verificar que o extintor é apropriado para o tipo de fogo, verificando a etiqueta do extintor.
- Em caso de fogo em presença de tensão elétrica, efetuar o corte de corrente, ou seja, corte de energia. Se não é possível efetuar o corte de energia, utilizar os agentes extintores não condutores de eletricidade (pó, CO₂, etc.)
- Despendurar o extintor, sujeitar maneta, retirar o precinto, efetuar um disparo de prova e atacar o incêndio.
- Ao atacar o incêndio deve-se fazer na mesma direção que se desloca o incêndio, de costas para o vento exterior e a favor da corrente interior.
- Dirigir o jato do agente extintor a base das chamas, em zig-zag, apagando por franjas e sem avançar até estar seguro que está apagado.
- Se nota a presença de gás tóxico, tonturas ou dificuldade de respirar retroceder imediatamente.
- Como precauções mais destacáveis sinalizamos as do uso de extintores de CO₂, uma vez que a temperatura projetada está entre os -30 ° C, o que pode causar queimaduras por frio. Na presença de eletricidade não se utiliza extintores de água ou espuma.
- Finalizada a extinção do fogo, deveremos ventilar os locais onde se interveio. No caso onde existam rescaldos deveremos estar atentos a possíveis reacendimentos.
- Os extintores deverão ser recarregados após a sua utilização, mesmo que não se tenham esvaziado na totalidade, e reintegra-los no seu local de origem.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: EQUIPA DE SEGUNDA INTERVENÇÃO (E.S.I.)

Esta Equipa representa a máxima capacidade de atuação no edifício. Sua zona de atuação será qualquer ponto do edifício onde possa ocorrer uma emergência de incêndio e não possa ter sido controlada por a equipa de primeira intervenção E.P.I.

Os componentes da E.S.I. deverão ter formação e a destreza adequadas, que incluam conhecimento das técnicas extinção de todos os tipos de fogos possíveis no edifício, conhecimentos de primeiros socorros e competências em matéria de segurança.

Por as características das instalações, a formação dos trabalhadores, a localização do edifício, etc., esta equipa estará formada por as forças de segurança pública (Policia Nacional e Policia Local), e os serviços públicos de Extinção de Incêndios (S.P.E.I.)

PEQUENA EMERGÊNCIA

- O chefe de intervenção decidirá se é necessária intervenção.
- Todos trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EMERGÊNCIA PARCIAL

- O chefe de intervenção, decidirá se é necessária a intervenção da E.S.I. ou E.P.A. e comunicará ao chefe de emergência a magnitude da emergência e a sua localização.
- Considerando que se trata de uma emergência parcial (emergência com alguma importância), a E.S.I. pode considerar necessário desalojar a zona afetada, ver ponto de EVACUAÇÃO DE UNA ZONA.
- Assim que as equipas de E.S.I. e as E.P.A. chegam ao edifício, o chefe de emergência cederá o controlo da situação e procederá a informar da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.).

EMERGÊNCIA GERAL

- O chefe de intervenção, decidirá se é necessária a intervenção da E.S.I. ou E.P.A. e comunicará ao chefe de emergência a magnitude da emergência e a sua localização.
- O Chefe de Emergência informa o centro de controlo do tipo e grau de emergência, solicitando o apoio externo. Os meios externos determinam se os meios existentes são suficientes ou é necessário pedir adicionais.
- Considerando que se trata de uma emergência geral (emergência de grande importância que pode afetar todas as zonas), a ESI pode decidir se é necessário a evacuação de todo o edifício.
- Uma vez que acudam as Equipas de Segunda Intervenção e as Equipas de Primeiros Auxílios as instalações, o chefe de emergência cede o controlo da situação e procederá a informa-los da situação de emergência (situação, meios de acesso, etc.).

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- Todo pessoal estará disponível para ajudar os bombeiros, se estes assim requererem.

EVACUAÇÃO DE UM EDIFÍCIO

- Todo pessoal estará disponível para ajudar os bombeiros, se estes assim requererem.

UTILIZAÇÃO DE EXTINTORES

- Verificar que o extintor que dispomos é apropriado para o tipo de fogo, lendo a etiqueta do extintor.
- Em caso de fogo com presença de tensão elétrica, procurar efetuar o corte de corrente. Se não é possível, utilizar os extintores não condutores de eletricidade (pó, CO₂, etc.)
- Despendurar o extintor, sujeitar a maneta, tirar o precinto, efetuar um disparo de prova e combater o incêndio.
- Ao atacar um incêndio deve fazer-se na mesma direção que se desloca, quer dizer, de costas para o vento exterior e a favor da corrente nos interiores.
- Dirigir o jato do extintor a base das chamas, em zig-zag, apagando por franjas e sem avançar até estar seguro que se tenha apagado.
- O transporte do extintor se fará apoiando o mesmo na anca, isto facilita a nossa deslocação.
- Se nota a presença de gás tóxico, tonturas ou dificuldade de respirar retroceder imediatamente.
- Como precauções mais destacáveis sinalizamos as do uso de extintores de CO₂, uma vez que a temperatura projetada está entre os -30 ° C, o que pode causar queimaduras por frio. Na presença de eletricidade não se utiliza extintores de água ou espuma.
- Finalizada a extinção do fogo, deveremos ventilar os locais onde se interveio. No caso onde existam rescaldos deveremos estar atentos a possíveis reacendimentos.
- Os extintores deverão ser recarregados após a sua utilização, mesmo que não se tenham esvaziado na totalidade, e reintegra-los no seu local de origem.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: EQUIPA DE ALARME E EVACUAÇÃO (E.A.E.)

A E.A.E. se formará por zonas ocupadas e as constituídas por pessoal de controlo designado para cada zona. Estarão coordenados por um Coordenador que, junto com a equipa da zona afetada, serão as encarregadas de evacuar totalmente a sua área, controlando as portas que comuniquem com as áreas anteriores e seguintes a evacuar. Em caso de evacuação geral, quando a sua área e as anteriores e esta estejam evacuadas, evacuarão os componentes de esta equipa, a não ser que seja solicitada ajuda noutras zonas.

PEQUENA EMERGÊNCIA

- Em principio a evacuação da zona será para zonas contíguas, se estas são seguras.
- En principio el desalojo de la zona será hacia zonas colindantes, si estas son seguras.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EMERGÊNCIA PARCIAL

- Considerando que se trata de uma emergência parcial (emergência com alguma importância), a E.S.I. pode considerar necessário desalojar a zona afetada, ver ponto de EVACUAÇÃO DE UNA ZONA.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.
- Se a E.S.I o requerer, o pessoal da empresa atuará sobre as suas ordens.

EMERÊNCIA GERAL

- Uma vez dado o Primeiro aviso se ativará o Plano de Evacuação.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.
- Se os bombeiros requerem, o pessoal da empresa atuará sobre as suas ordens.

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- Em caso de se evacuar uma zona, a E.A.E. da área afetada se encargará de evacua-la, assim que o chefe de emergência consultando a equipa de primeira evacuação dê a ordem de evacuação.
- Devem conhecer o edifício pois se trasladará os trabalhadores de uma zona afetada para uma zona contigua.
- A evacuação dos trabalhadores se realizará em função das possibilidades evitando ocupar:
 - Vias de evacuação
 - Saídas de emergência
 - Acesso a meios de proteção
- Quando a situação permita e se despor de tempo suficiente se intentará, para além de salvar vidas, salvar bens e equipamentos da zona.
- O Chefe de intervenção mobiliza o pessoal das áreas não afetadas, para que ajudem em tarefas de evacuação.
- Dentro da zona afetada, a ordem de evacuação se fará da seguinte ordem primeiro evacuar os trabalhadores que se deslocam por eles mesmos e depois os trabalhadores que necessitam de ajuda.
- Se a emergência no se controla se procede a evacuação do edifício ou recinto, ponto seguinte.

EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIO OU RECINTO

- O Chefe de Emergência, consultando o Chefe Intervenção, dá o Primeiro Aviso de evacuação através do sistema de comunicação.
- O Primeiro Aviso para evacuação, este será dado da seguinte forma:

Mensagem Primeiro Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso”.

- Na zona afetada por o sinistro se atuará como se indica anteriormente, Evacuação de uma Zona, até que se efetue o Segundo aviso.
- Perante a menor duvida de controlo do incendio ou por indicação das equipas intervenientes se dará o Segundo Aviso (Evacuação Total).
- O chefe de emergências dará o segundo aviso para evacuação, da seguinte forma:

Mensagem Segundo Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total”.

- Neste momento o chefe de intervenção, utilizando o sistema de comunicação existente ou o sistema auxiliar de megafonia, se dirigirá a todos os trabalhadores com a voz calma, da seguinte forma:

Mensagem ao público: “Atención por favor, se va a proceder a evacuar el recinto por comprobaciones de seguridad, diríjanse a la salidas. Por favor sigúan las instrucciones del personal de control. Gracias”.

- As equipas de alarme e evacuação procederão a evacuação dos ocupantes de todo o edifício para o exterior, através das saídas de emergência.
-
- O ponto de reunião se define como aquele capaz de albergar de forma segura a todo o pessoal da empresa e seus assistentes. Este ponto deve ser conhecido por todos os trabalhadores da empresa e ser de fácil acesso para os veículos usados por a ajuda externa.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: EQUIPA DE PRIMEIROS AUXÍLIOS (E.P.A.)

A sua missão será os serviços de primeiros auxílios, aos lesionados durante uma emergência. Para além das funções da E.P.A., são entre outras as seguintes:

- ↳ Decidir se a gravidade de algum ferido requer traslado.
- ↳ Encarregados de dar atenção aos paciente e feridos da zona afetados que precisem de assistência médica, e não tenham sido trasladados a outros centros.

Estará constituído **por o pessoal especializado (CRUZ ROJA)**.

PEQUENA EMERGÊNCIA

- Estarão sobre alerta, preparados, para que acudam em caso de feridos.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EMERGENCIA PARCIAL

- Estarão sobre alerta, preparados, para que acudam em caso de feridos.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EMERGÊNCIA GENERAL

- Estarão sobre alerta, preparados, para que acudam em caso de feridos.
- Todos os trabalhadores que intervenham nos sinistros, deverão ser capazes de atuar como se a emergência não fosse grave, mesmo que o seja, para evitar o pânico.

EVACUAÇÃO DE UMA ZONA

- Comprovar repetidamente estado de consciência, respiração, pulso, e possíveis hemorragias.
- Acompanhar afetados.
- Todo o ferido evacuado deve poder posteriormente identificar a que zona pertence.

EVACUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU RECINTO

- Verificar a adequação do meio de transferência.
- Verificar repetidamente estado de consciência, respiração, pulso e possível hemorragias.
- Acompanhar afetados.
- Busca pessoal especializado e fornecer as informações disponíveis.
- Todo o ferido evacuado deve poder posteriormente identificar a que zona pertence.

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: MEIOS EXTERNOS

O chefe de emergência avisará os meios de ajuda externos adicionais, em caso de ser necessário. Estará composto por membros com chefia e amplo conhecimento do funcionamento de cada um dos componentes das E.S.I. e E.P.A.

Em caso de necessitar mais ajuda externa, contará com os seguintes números de telefone de interesse:

EMERGÊNCIAS	112
POLICIA NACIONAL	091
	924 23 02 53
POLICIA LOCAL	092
INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS	915 62 04 20
BOMBEIROS	080/085
	924 28 69 70
GUARDA CIVIL	062
	924 24 41 06
AYUNTAMIENTO BADAJOZ	924 21 00 00
AQUALIA (FORNECIMENTO DE ÁGUA)	902 23 60 23
	924 27 34 34
CRUZ ROJA	924 24 02 00
	924 22 22 22
PROTEÇÃO CIVIL	924 97 90 00
HOSPITAL INFANTA CRISTINA	924 21 81 00

Tabela 21 - Meios externos

FICHA DE INFORMAÇÃO PARA: RESPONSÁVEL DE RECONTAR (R.R.)

Será a pessoa responsável de comprovar, uma vez realizada a evacuação total do edifício, a presença no exterior de todas as pessoas que, sabendo que estavam dentro do edifício trabalhando, e que deverão evacuar com os assistentes. Para este fim deverá dispor de uma lista por turnos das pessoas presentes no edifício.

Recomendamos para este posto uma pessoa habituada a estrutura organizativa da empresa assim como o manejo das listas de pessoal.

EVACUAÇÃO EDIFÍCIO

- Quando o chefe de emergência dê o primeiro Aviso para evacuação, este se dará da seguinte forma:

Mensagem Primeiro Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Primer Aviso”.

- Neste momento o responsável de recontar, recolhe as listas atualizadas, divididas por turnos e por pessoal de distintas empresas, se for o caso, e de todas as pessoas que tenha conhecimento da presença no edifício.

-Quando o chefe de emergência, dê o segundo aviso para a evacuação, este dar da seguinte forma:

Mensagem Segundo Aviso: “Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total. Atención a todo el personal del recinto, Código Rojo, Segundo Aviso, Evacuación Total”.

- Neste momento o Responsável de Recontar deve-se dirigir ao **ponto de reunião**, tranquilizando, dando instruções aos evacuados (não permitir que voltem a entrar no edifício, pedindo que não abandonem o ponto de reunião, etc.) e recolher informação sobre pessoas que possam estar presas no interior.

- A E.A.E. procederá a evacuação dos ocupantes de todo o edifício para o exterior, através das saídas de emergência.

- O ponto de reunião se define como aquele capaz de albergar de forma segura a todo o pessoal da empresa e assistentes. Este ponto deve ser conhecido por todos os trabalhadores da empresa e ser de fácil acesso para os veículos usados por ajuda externa.
- No nosso caso se fixa apenas um ponto de reunião.

Se extremam as precauções de evacuação do edifício, uma vez que existem ruas com tráfego viário.

Se alerta os condutores cortando o tráfego se é necessário e sinalizando devidamente.

- O responsável de recontar estará em comunicação com os responsáveis das equipas de emergência. Uma vez que se comprove a evacuação ou não de todas as pessoas, entrará em contacto com o chefe de emergência ou as E.S.I, para comunicar o estado do reconto.

Anexos 3 – Formulários para Gestão de Emergências

Ficha de informação “Tipo” para identificação de uma Emergência:

IDENTIFICACION DE LA EMERGENCIA	
<p align="center">Localización de las instalaciones</p> <p>Provincia :</p> <p>Localidad:</p> <p>Dirección:</p> <p>Denominación del centro:</p>	
<p>Tipo de emergencia : Incendio escape gas explosión</p> <p>Otras:</p>	
<p>Localización de la emergencia:</p>	
<p>Instalaciones o material afectado:</p>	
<p>Hora:</p>	<p>Fecha:</p>
<p>Tipo de evacuación a efectuar:</p> <p>Sin evacuación Parcial General</p>	
<p>Observaciones:</p>	

Figura 10 - Ficha "tipo" de emergência

Modelo de notificação de acidente

MODELO DE NOTIFICACION DE UN ACCIDENTE TIPIFICADO EN EL PLAN DE AUTOPROTECCIÓN Y SOLICITUD DE AYUDA EXTERNA	
Fecha/Hora: _____/_____	
Comunicado del Centro (1) Les habla (2) _____ como (3) _____ con nº de tlf: _____ ext: _____ comunica que:	
Se ha producido un/a :(accidente, evento, situación de emergencia) de: (4) _____ a las __:__ h. del día de hoy en (5) _____ Descripción del evento (6): _____ Los efectos previstos / producidos son (7) _____ _____	
Las medidas de apoyo necesarias para el control del evento son: _____ _____ _____	
Las medidas de emergencia adoptadas en la actualidad son las señaladas en el Plan de Autoprotección del Centro: _____	
Hasta este momento se han producido/ no se han producido/ no se puede confirmar si hay víctimas.	

Figura 11 - Modelo de notificação de acidente

Formulário de Investigação de Emergência

INVESTIGACIÓN DE EMERGENCIAS	
IDENTIFICACIÓN DEL CENTRO:	
DOMICILIO:	
MUNICIPIO:	PROVINCIA:
FECHA:	TELÉFONO:
ANÁLISIS DE LA EMERGENCIA	
Descripción de la emergencia:	
Causas del origen de la emergencia:	
Consecuencias de la emergencia:	
MEDIDAS CORRECTORAS PARA EVITAR FUTURAS EMERGENCIAS:	
FECHA:	
JEFE DE EMERGENCIAS	JEFE DE INTERVENCIÓN

Figura 12 - Investigação de Emergência

Formulário Investigação de acidentes

INVESTIGACIÓN DE ACCIDENTES		
IDENTIFICACIÓN DEL TRABAJADOR		
Nombre:		
IDENTIFICACION DEL CENTRO		
Nombre:		
Domicilio:		
MUNICIPIO:	PROVINCIA:	
FECHA:	TELÉFONO:	
DATOS DEL ACCIDENTADO		
TIPO DE ACCIDENTE:		
Lugar:	Fecha:	Hora:
Tipo de lesión:		
Datos aportados por:		
ANÁLISIS DEL ACCIDENTE		
Descripción del accidente:		
Causas del origen del accidente:		
Consecuencias del accidente:		
MEDIDAS CORRECTORAS PARA EVITAR ACCIDENTES DEL MISMO TIPO :		
FECHA:		
JEFE DE EMERGENCIAS	JEFE DE INTERVENCIÓN	

Figura 13 - Investigação de Acidentes

Formulário para ameaça telefônica:

Perante uma situação de emergência produzida por uma ameaça telefônica, preencher o seguinte formulário:

<u>AMENAZA</u>			
Fecha	Hora	Duración	
Voz: Masculina	Femenina	Infantil	
<u>SI ES POSIBLE, HAGA LAS SIGUIENTES PREGUNTAS</u>			
¿Cuándo estallará la bomba?			
¿Dónde se encuentra colocada?			
¿Qué aspecto tiene la bomba?			
¿Qué desencadenará la explosión?			
¿Pertenece a algún grupo terrorista?			
<u>TEXTO EXACTO DE LA AMENAZA</u>			
.....			
.....			
<u>VOZ DEL COMUNICANTE (MARCAR LA MÁS APROXIMADA)</u>			
Tranquila	Excitada	Enfadada	Tartamuda
Normal	Jocosa	Fuerte	Suave
Susurrante	Clara	Gangosa	Nasal
Si la voz le resulta familiar, diga qué le recuerda o a quién se le parece:			
.....			
<u>SONIDOS DE FONDO</u>			
Ruidos de calle	Maquinaria	Música	
Cafetería	Oficina	Animales	
Cabina telefónica	Conferencia		
<u>LENGUAJE DE LA AMENAZA</u>			
Correcto	Vulgar	Incoherente	
Mensaje leído	Mensaje grabado		
<u>OBSERVACIONES</u>			
.....			
<u>DATOS DEL RECEPTOR DE LA AMENAZA</u>			
Nombre		
Teléfono		

Figura 14 - Formulário de ameaça telefônica

Anexos 4 - Simulacros

Checklist de Simulacros

OBSEVADORES:	
FECHA: HORAS:	
Ficha 1	EVALUACION SIMULACRO
SIMULACRO	
General	Parcial
Solo equipos	Otro tipo
Fecha de realización	
Fecha anterior simulacro	
VALORACIONES (de 0 a 10)	
General	
Fase previa: Detección y comprobación	
Fase 1.- Alerta	
Fase 2.- Evacuación	
Fase 3.- Intervención	
INCIDENCIAS Y OBSERVACIONES	
Responsable del simulacro:	
Nombre y apellidos	
Puesto en el Plan de Emergencia	
Cargo en la organización	
Se envía copia a la admón.	Firma y fecha
SI	NO
Ayuntamiento de BADAJOZ	
Junta de Extremadura	
Otra	

FICHA DE CHEQUEO SIMULACRO EMERGENCIAS: EVACUACIÓN
CONTROLADOR:
FECHA:
JEFE DE INTERVENCIÓN (J.I.):

S N A continuación marcar las actuaciones durante el simulacro:		Tiempo
<input type="checkbox"/>	El J.I. acude inmediatamente a la zona de emergencia	
<input type="checkbox"/>	El J.I. comunicará al R.A. la magnitud y localización del incendio, esperando que éste repita la localización con el fin de que no existan confusiones.	
<input type="checkbox"/>	Indica que es necesario la intervención del E.S.I. (Bomberos).	
<input type="checkbox"/>	Recibe la orden de evacuación total.	
<input type="checkbox"/>	Al abandonar el área afectada comprueba que no existe nadie en la misma. (Y que puertas y ventanas permanecen cerradas)	
<input type="checkbox"/>	El J.I. comunica, organiza y moviliza a todo el personal para que ayuden en tareas de evacuación.	
<input type="checkbox"/>	Acude al Punto de Encuentro.	

Observaciones:
CUESTIONES GENERALES

<input type="checkbox"/>	Dispone de teléfono móvil o buscapersoas permanentemente con él
<input type="checkbox"/>	Las vías de evacuación se encuentran señalizadas
<input type="checkbox"/>	Los extintores se encuentran visibles, señalizados, accesibles y en perfecto estado
<input type="checkbox"/>	Las vías de evacuación se encuentran despejadas.
<input type="checkbox"/>	Las puertas de salida se pueden abrir sin dificultad.
<input type="checkbox"/>	El Plan de Autoprotección se encuentra localizado, junto al punto de control.
<input type="checkbox"/>	Se retrocede en la evacuación.

Observaciones:
FIRMA:

FICHA DE CHEQUEO SIMULACRO EMERGENCIAS: EVACUACIÓN

CONTROLADOR:

FECHA: _____

JEFE DE EMERGENCIAS (J.E.):

S	N	A continuación marcar las actuaciones durante el simulacro:	Tiempo
		Recibe la comunicación del Responsable de Avisos (R.A.)	
		Se persona en el centro de control (junto a R.A.)	
		Ordena dar el Código Rojo, Primer Aviso	
		Ordena dar el Código Rojo, Primer Aviso, Evacuación Total.	
		Simula la recepción del Equipo de Segunda Intervención (BOMBEROS) y les informa de la situación	
		Mantiene contacto con el J.I.	
		Mantiene contacto con el Responsable de Recuento.	
		Acude al punto de encuentro	

Observaciones:

QUESTIONES GENERALES

Dispone de teléfono móvil o buscapersoas permanentemente con él
Las vías de evacuación se encuentran señalizadas
Los extintores se encuentran visibles, señalizados, accesibles y en perfecto estado.
Las vías de evacuación se encuentran despejadas.
Las puertas de salida se pueden abrir sin dificultad.
El Plan de Autoprotección se encuentra localizado, junto al punto de control.
Se retrocede en la evacuación.

Observaciones:

FIRMA: _____

FICHA DE CHEQUEO SIMULACRO EMERGENCIAS: EVACUACIÓN

CONTROLADOR:

FECHA:

RESPONSABLE DE AVISOS (R.A.) y centro de control:

S	N	A continuación marcar las actuaciones durante el simulacro:	Tiempo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Llega inmediatamente la comunicación del incidente al Centro de control	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Avisa al Jefe de Emergencias	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	El R.A. llama a los bomberos y le repite lo que le ha comunicado el Jefe de Intervención	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Da el primer aviso de evacuación	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Da el segundo aviso de evacuación	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Acude al Punto de Encuentro	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Impide que la entrada al edificio hasta fin del simulacro	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Solicita al personal evacuado que no abandone el punto de encuentro	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Recaba información sobre las personas que puedan estar atrapadas	

Observaciones:

CUESTIONES GENERALES

<input type="checkbox"/>	Las vías de evacuación se encuentran señalizadas
<input type="checkbox"/>	Los extintores se encuentran visibles, señalizados, accesibles y en perfecto estado
<input type="checkbox"/>	Las vías de evacuación se encuentran despejadas
<input type="checkbox"/>	Las puertas de salida se pueden abrir sin dificultad
<input type="checkbox"/>	El Plan de Autoprotección se encuentra localizado, junto al punto de control
<input type="checkbox"/>	Se retrocede en la evacuación

Observaciones:

FIRMA:

Anexos 5 – Folheto de Sensibilização

PRINCIPIOS BÁSICOS DE PRIMEROS AUXILIOS

DE MANERA GENERAL

ANTE UN ACCIDENTE



- ✦ Examinar el lugar del accidente.
- ✦ Eliminar el foco de peligro si este subsiste o trasladar al accidentado a una zona segura si es posible.
- ✦ Actuar con calma.
- ✦ Evaluar el estado del accidentado.
- ✦ Solicitar ayuda.
- ✦ Mantener y vigilar el estado del accidentado hasta la llegada de asistencia sanitaria.

CONTUSIONES Y FRACTURAS

- ✦ Aplicar frío. Si existe hinchazón aplicar un vendaje compresivo.
- ✦ No desplazar al accidentado. Si existe lesión de columna busque un médico inmediatamente.
- ✦ Mantenga la cabeza del accidentado en el eje cuello-tronco.
- ✦ En otras fracturas inmovilice la zona afectada.

QUEMADURAS

- ✦ Lavar con agua fría abundante (pero no a presión) de 10 a 15 minutos.
- ✦ Solicitar atención médica siempre.
- ✦ No aplicar cremas ni pomadas.

PULSO Y RESPIRACIÓN

- ✦ Si hay parálisis respiratoria y carece de pulso, avise a los servicios de emergencia y practique la reanimación cardio-pulmonar básica.



HERIDAS

- ✦ Lavar la herida y cubrir con gasas.
- ✦ Si hay sangre, aplicar vendaje compresivo.

OJOS

- ✦ Lavar con agua y tapar con gasas.

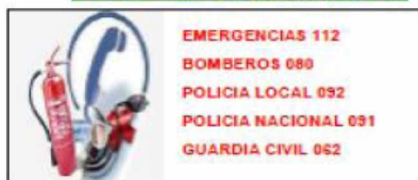
PERDIDAS DE CONOCIMIENTO

- ✦ Desabrochar prendas.
- ✦ Mantener abrigado.
- ✦ Mover lo menos posible.

INTOXICACION

- ✦ Llamar al centro sanitario. Dar el mayor número de datos posibles.
- ✦ Tratar de eliminar el agente tóxico.

TELÉFONOS DE EMERGENCIA



MEDIDAS ACTUACIONES EMERGENCIA



SEGURIDAD CONTRA INCENDIOS



Teléfono: 902011771
 Web: www.grupoinprex.com

¿CÓMO ACTUAR EN CASO DE INCENDIO?

ANTES

- Esté preparado, conozca su vía de evacuación y su zona de seguridad.
- Conozca la ubicación de los extintores y red húmeda (si la hay).
- Aprenda el uso y manejo de extintores
- Tenga siempre a mano una linterna en buen estado un extintor.

DURANTE



- Intente mantener la calma y dé la alarma a viva voz
- Si conoce su manejo, accione el extintor, a fin de extinguir el amago de incendio.



- Informe a su supervisor y bomberos de la alerta.
- Si se indica evacuación del edificio no utilice ascensores.
- Al abandonar cierre las

puertas a su paso, para disminuir la propagación del fuego.

Si debe descender escaleras, no corra, descienda sólo por el costado derecho para permitir el acceso de Bomberos

Diríjase a lugares seguros señalados.



MANEJO DE EXTINTORES

- Quitar el seguro.
- Descolgar el extintor.
- Sujetar la maneta, quitar el precinto, efectuar un disparo de prueba y acometer el incendio.
- Accionar la palanca hacia abajo.
- Apretar el mango de la pistola.
- Dirigir el chorro del agente extintor a la base de las llamas, en zig-zag, apagando por franjas y sin avanzar hasta asegurarse que se ha apagado la anterior.



COMO USAR UN EXTINTOR 4 pasos básicos



INCENDIOS

	CONSERVE LA CALMA		EXTINGUIR DESDE CERCA EL INCENDIO		ENTRÉ LA SEÑAL
	USE EL EXTINTOR		VERIFIQUE REACCIONES DEL PERSONAL CAPACITADO		SI PUEDE AYUDA SI NO RETRÁESE
	NO USE ELEVADORES		REUNIRSE EN TRABAJO Y GUARDAR NÚMEROS Y BOCAS		SI EL FUEGO ES HEROSO ARRÁSTRASE POR EL SUELO

VÍAS Y SALIDAS DE EVACUACIÓN

Dirigirse a los recorridos indicados por señales indicativas.



Anexos 6 – Peças Desenhadas